

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E
TERRAS TRADICIONAIS

ADÃO FERNANDES DA CUNHA

O CALENDÁRIO AGRÍCOLA NA COMUNIDADE KALUNGA
VÃO DE ALMAS: UMA PROPOSIÇÃO A PARTIR DAS PRÁTICAS
DE MANEJO DA MANDIOCA

Brasília
Julho de 2018

ADÃO FERNANDES DA CUNHA

**O CALENDÁRIO AGRÍCOLA NA COMUNIDADE KALUNGA
VÃO DE ALMAS: UMA PROPOSIÇÃO A PARTIR DAS PRÁTICAS
DE MANEJO DA MANDIOCA**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável (PPG-PDS), Área de Concentração em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais.

Orientadora: Dra. Maria da Gloria Moura

Brasília
Julho de 2018

FICHA CATALOGRÁFICA

CUNHA, Adão Fernandes da.

O Calendário Agrícola na Comunidade Kalunga Vão de Almas: uma proposição a partir das práticas de manejo da mandioca. Adão Fernandes da Cunha. Brasília-DF, 2018, 157 p.

Dissertação de Mestrado - Centro de Desenvolvimento Sustentável,
Universidade de Brasília.

Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais
(MESPT)

Orientadora: Dra. Maria da Gloria Moura.

1. [Quilombo Kalunga] 2. [Comunidade Vão de Almas] 3. [Calendário Agrícola] 4.
[Proposição] 5. [Educação Escolar Quilombola] 6. [Educação Informal] 7.
[Manejo da Mandioca] I. [Cunha], [Adão Fernandes da]. II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reprodução de cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O (a) autor (a) reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do (a) autor (a).

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E
TERRAS TRADICIONAIS

ADÃO FERNANDES DA CUNHA

O Calendário Agrícola na Comunidade Kalunga Vão de Almas: uma proposição a partir das práticas de manejo da mandioca

Dissertação submetida a exame como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável (PPG-PDS), Área de Concentração em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais.

Brasília – DF, 31 de julho de 2018

Prof.^a Dra. Maria da Gloria Moura/UNB
Orientadora (Presidenta da Banca)

Prof.^a Dra. Bárbara Oliveira Souza
Examinadora Externa

Prof.^a Dra. Cristiane de Assis Portela
Examinadora Interna

Prof.^a Dra. Ana Tereza Reis
Examinadora Interna (Suplente)

Prof.^a Dra. Roberta Rocha Ribeiro e Prof.^o Dr. Gilberto Paulino de Araújo
Examinadores Convidados de honra

Agradecimentos

Gratidão: palavra de fé, de reconhecimento, de justiça e de acolhimento.

*A gratidão abre as portas para a minha presença,
Minha presença abre as portas para a minha aparência,
Minha aparência abre as portas para a minha existência,
Minha existência abre as portas para a minha permanência,
E minha permanência garante as portas abertas para que outros
entrem.*

(Adão Fernandes)

Caro leitor!

“Quando eu era criança”

Quando eu era criança...

*lembro minúcias da minha infância,
A vida era difícil, ainda me restam lembranças.*

*O trabalho era pesado,
a educação precária,
o sentimento de repressão muito me castigava.*

*Não tinha escola,
na época isso pouco me importava,
estudava embaixo das árvores, numa esquisitice danada.*

Caro leitor!

Quando eu era criança, não tinha esperança de vida, o mundo para mim era fechado, os caminhos não tinham saídas.

Caro leitor!

Eu hoje sou um jovem, fruto das lutas sofridas, que busco no meu passado as minhas experiências vividas.

Caro leitor!

Os passos que os negros dão, deixam pegadas vívidas, mas a pegada maior que nós temos é a gratidão pela vida.

Sou grato porque recebi como maior presente na vida o amor, e aprendi a amar para presentear com gratidão às pessoas de “grandes valores”.

(Adão Fernandes)

Várias pessoas estiveram comprometidas junto comigo na elaboração desta proposta, algumas me forneceram experiências que de outro modo talvez seria impossível chegar aonde cheguei. Foi a partir deste contato mais profundo de línguas, como disse Couto (2007), que pude descobrir o significado verdadeiro, o bem-estar e o bem viver. E, por esta descoberta quero a essas pessoas profundamente agradecer. Em seguida faço uma prévia de modo a fazer jus a cada partilha que fizemos nestes contatos, e dos saberes vividos nessa discussão.

Meu primeiro agradecimento é a Deus, por tudo que Ele tem proporcionado na minha vida, o amor, a saúde, a paz e a oportunidade de estar lutando em prol de um bem comum. Agradecer por poder ter acrescentado às minhas lutas o amor pela educação inclusiva e libertária. Agradecer a Ele simplesmente pela minha vida e pela vida de cada um de nós. Obrigado Deus. Que esta semente que aqui semeio, possa florescer e gerar frutos para alimentar a alma e o espírito de luta em busca de melhoria para todas as gerações.

Um agradecimento todo especial vai direcionado aos meus pais, Josecílio da Cunha Fernandes e Percília dos Santos Rosa. A família é o maior presente que se pode ter na vida e eu tive a sorte de receber de presente esta família tão querida. Mãe, pai, saibam que minha gratidão por vocês é infinita. Obrigado por não ter me deixado me perder na vida e nem na estrada seguida. Agradecendo os meus pais, agradeço também aos meus irmãos: Zelmira, Eva, Salvador e Gerson, pela família que somos e pelo apoio quando preciso.

Quero também agradecer de maneira muito especial e carinhosa a minha namorada, amiga, companheira e esposa apaixonada, Esther Aline Bispo dos Santos, por tudo que me proporcionastes. Apoio, amizade, carinho, alegria, força, estima, esperanças e muitas outras coisas boas. Minha gratidão a você é imensa! Agradecendo a ela quero

elevar os meus agradecimentos a toda a sua família também. A todos/as o meu maior obrigado!

Quero agradecer também lucidamente e carinhosamente a minha grande orientadora Glória Moura e a minha Coorientadora Cristiane Portela. Vocês foram o sustentáculo nesse meu caminhar, minha gratidão profunda a vocês que me escolheram. Acolheram, plantaram sementes, permitindo que elas nascessem e trouxessem de presente para nós este fruto que servirá de alimento para muita gente nossa. Sei que minha gratidão não paga o trabalho que tiveram comigo, mas talvez a nossa união, a construção de mais essa família a qual somos agora, traduza essa minha gratidão em longa vida para nós. Vidas longas e livres de quaisquer dores é o que a minha gratidão expressa para vocês, porque vida é o que vocês me deram, e vida é parte do que apresento aqui.

Os meus agradecimentos cuidadosos a toda família escolar da unidade Santo Antônio. Aos professores(as) Eva da Cunha Fernandes, Irene Moreira Dias, Iberacy de Sousa Cunha, Sivaldo Marques Rosa e Sulene Francisco Pereira. Obrigado pelo apoio e contribuições pertinentes para com este trabalho.

Agradeço também a todos os estudantes da unidade educacional, em especial aos que participaram diretamente do processo da pesquisa, as turmas de 6º e 9º anos de 2017, que hoje são estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental e 1ª série do Ensino Médio. Agradecer lucidamente aos pais desses estudantes que, por serem bibliotecas ambulantes e carregarem um banco de saberes, foram de certa forma representantes das interfaces entre os diálogos apresentados na formação do calendário agrícola da comunidade Vão de Almas.

Outro agradecimento carinhoso. Faço jus aos auxiliares da escola, merendeiras, auxiliar de serviços gerais José dos Reis em especial e ao motorista do ônibus escolar, Matildes, pelo apoio e disposição para nos acompanhar nas atividades etnográficas realizadas.

Com votos de admiração ao trabalho da direção da escola e de toda a sua equipe gestora estendo os meus agradecimentos à Secretaria Regional de Campos Belos-GO, que atende as escolas Calungas. Deixo um agradecimento, um carinho imenso também pelos (as) diretores/as que estiveram na direção das escolas Kalungas anteriormente e que por vezes discutimos desde as gestões passadas um calendário escolar diferenciado que respeite e valorize a cultura e a tradição da comunidade Vão de Almas.

Na certeza de que nos meus agradecimentos, não deixarei a desejar, elevo os meus votos de gratidão à comunidade Vão de Almas por inteiro, ao programa de Mestrado Profissional Junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT), aos colegas do programa e aos outros colegas professores de programas de outras universidades federais que concederam votos de estima e energias positivas nesse meu caminhar. Meus agradecimentos carinhosos e profundos. OBRIGADO A TODOS!

SUMÁRIO

RESUMO	10
1. INTRODUÇÃO	12
2. O SER KALUNGUEIRO: EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA SÃO SINÔNIMOS DE SOBREVIVÊNCIA	16
2.1 Comunidades quilombolas e singularidades do Kalunga	16
2.2 Uma história kalungueira	21
2.3 A memória e a história oral propiciando a recriação da identidade de contrastes....	24
2.4 Terra, nossa mãe, nossa história, nossa fonte de existência, reservatório da nossa vitória	27
2.5 Nascido no mato e criado na roça	30
2.6 Memórias remanescentes, a luta pela vida e um passado presente	35
3. A PEDAGOGIA KALUNGA: SABERES E FAZERES	39
3.1 A Escola de Repassação na comunidade Vão de Almas: a opressão ao saber Kalunga	39
3.2 A educação formal como continuidade do domínio e assujeitamento dos povos e dos conhecimentos tradicionais	44
3.3 A Escola Estadual Calunga I sede e os anexos	48
3.4 Educação para plantar, colher, replantar e sustentar as novas gerações: diálogo com pesquisadores Kalunga do Vão de Almas	51
3.5 A escola é o saber, a educação é o fazer	55
3.6 O calendário regular e realidade escolar	59
4. O CALENDÁRIO AGRÍCOLA KALUNGA: UMA PROPOSTA DE INOVAÇÃO E NOVOS SENTIDOS PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA	63
4.1 Mandioca <i>d'iplantar, d'icomer e d'ivender</i>	65
4.2 Colaboração é o princípio metodológico para a pedagogia dos tempos Kalunga ...	74
4.3 Diálogo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e o Currículo Referência em oposição	77
4.4 Um novo diálogo para a educação escolar quilombola: o jeito de ser e de fazer diferente	83

5. DA PICADA DA ROÇA AO PLANTIO DA MANDIOCA: BALIZA PARA USO DO CALENDÁRIO AGRÍCOLA NA COMUNIDADE VÃO DE ALMAS.....	89
5.1 A roça como rede de trocas	89
5.2 O plantar, o limpar e o replantar	96
5.3 Mandioca di rancar, d'icascar, lavar, relar, secar, cuar e torrar	103
5.4 Maniva, casca, cruera e caroço: rejeitos de valores	115
5.5 Abandono, <i>paiada ou pousio</i> ?	118
5.6 Z'água e seca, tempo inverno e tempo verão	120
5.7 Baliza para o uso e sustento do calendário agrícola e da vida	125
5.8 É tempo de refazer o Feito!	136
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
ANEXOS	141
BIBLIOGRAFIA	151

RESUMO

Este trabalho “O Calendário Agrícola na Comunidade Kalunga Vão de Almas: uma proposição a partir das práticas de manejo da mandioca” apresenta, como problema de pesquisa, como pensar as práticas agrícolas dentro do modelo de educação tradicional, trazendo novos elementos para a reconstrução e emancipação das propostas de educação escolar nas comunidades quilombolas. Debate ainda se a educação formal prepara os jovens Kalungas integralmente para a vida, respeitando e valorizando suas culturas dentro das práticas educativas escolares.

O objetivo geral desta pesquisa foi realizar, junto aos estudantes de 7º ano do Ensino Fundamental e alunos da 1ª série do Ensino Médio da escola Estadual Calunga I. Extensão Santo Antônio, um trabalho de pesquisa-ação que resultasse na construção de um calendário agrícola local que possa fundamentar o próprio calendário escolar e as práticas de educação formal nesta escola. Tal ação deve considerar as práticas do manejo da mandioca nos processos de reconstrução e ressignificação da vida plena.

Os objetivos específicos deste trabalho foram: fazer o levantamento do calendário agrícola local, tendo em vista as práticas de cultivo e processamento da mandioca; compreender esse calendário em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola; identificar outros elementos da cultura dentro do calendário agrícola para o avanço nos processos de gestão da educação; e contribuir com a luta pela execução da lei 10.639/03 na Educação Escolar Quilombola.

Os principais resultados desta pesquisa são a construção de um Calendário Agrícola e de uma “Baliza” orientadora. Apresentado ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável Junto a Povos e Territórios Tradicionais da Universidade de Brasília/UnB, este trabalho se torna elemento de fortalecimento da luta quilombola, não somente, pelo direito à educação inclusiva e contextualizada. Traz ainda a trajetória histórica da comunidade e da vida do pesquisador.

De forma resumida, o trabalho se desafiou a promover e fortalecer a luta pela efetividade de políticas públicas de educação de qualidade para a comunidade quilombola.

Palavras-chaves: Calendário Agrícola. Baliza. Proposição. Comunidades quilombolas Kalunga. Colaboração. Educação. Cultura. História. Identidade. Saberes e Fazeres.

SUMMARY

This work, *The Agricultural Calendar in the Kalunga Community 'Vo das Almas': a proposal inspired by the manioc management practices*”, tries to present as a research problem a new way of thinking the agricultural practices in the framework of traditional education. In addition, it tries to bring new elements for the reconstruction and emancipation of the proposals for school education, in the quilombolas communities. It tries as well, to discuss if formal education effectively prepares the Kalunga youth for life in the respect of the values of their culture, within the school education practices.

Its general objective is therefore to conduct, with the students of the 7th grade of *general education* and students of the 1st grade of *high school* of the State School Kalunga I Extension Santo Antônio, a research-action that will result in the construction of a local agricultural calendar. This in turn, will finally become the base for a school calendar and for the formal education practices in this school.

This research-action should consider the manioc management practices in the reconstruction processes of life in general.

The specific objectives of this work are: (i) to find out what is the local agricultural calendar, in relation to the practices for the cultivation and processing of manioc; (ii) to understand this calendar in relation to the National Curricula Norms for the Quilombola School Education; (iii) to identify other cultural elements within the framework of the agricultural calendar for the development of the educational management processes; and (iv), to contribute to the application of the law 10.639/03 of the Quilombola School Education.

The principal results of this research are the construction of an Agricultural Calendar and of a framework [*for School Calendar? Education?*]. It is presented to the Post-Graduation programme on Sustainable Development with the Traditional Peoples and Territories' of the University of Brasilia. As such, it becomes not only a part for the strengthening of the Quilombolas struggle for the right to inclusive and contextualized education as well as the historical trajectory of the community and of the researcher's life.

In conclusion, the challenge of this work is to promote and strengthen the struggle for the effectiveness of public policies for quality education for the quilombola community.

Key words: Agricultural Calendar. Framework, Proposition. Kalunga Quilombola Communities. Collaboration. Education. Culture. History. Identity. *Saberes e Fazeres*.

1. INTRODUÇÃO

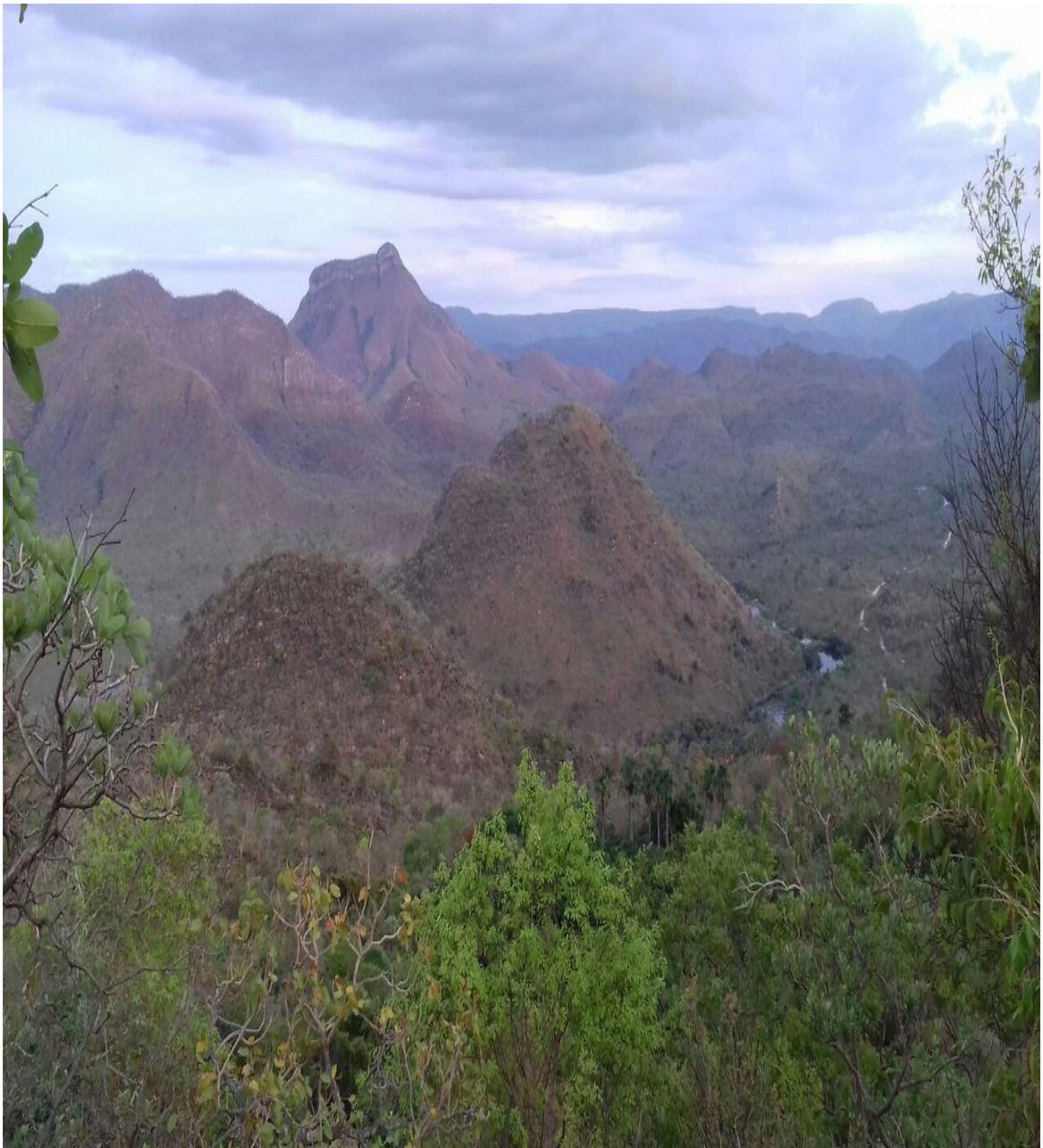


Foto: Comunidade Kalunga Vão de Almas, 2017.

*Vão de Almas minha comunidade querida,
Quantas lutas aqui já foram exercidas,
Quantas batalhas já foram perdidas
Quantas memórias já foram esquecidas,
Quantas histórias já construídas.*

*Vão de Almas minha comunidade querida,
Quantas caças já foram abatidas,
Quantas noites já foram sofridas,*

*Quantas esperanças já foram suprimidas,
Quantas chegadas resultaram em partidas.*

*Vão de Almas minha comunidade querida,
Quanta riqueza que nos dão alegria,
Quantos silêncios resultaram em melodias,
Quantas Secas já foram vencidas,
Quantas Z'águas já te puseram florida.*

*Vão de Almas minha comunidade querida,
Que de educação nunca foi desprovida,
É no processo de escolarização que sua educação não foi incluída,
Quantas Mandiocas já cultivamos nessa vida,
Quantas rezas sustentaram a fé perdida,
Quantas descobertas estão sendo importantes,
para ressignificação dos caminhos da vida.
Ah, o meu vão de Almas, minha comunidade querida,
Eternamente a minha gratidão por fazer parte da minha história e eu, da sua vida.
(Adão Fernandes)*

Com esse tom de melodia vou apresentando minha alegria, falando de um calendário que envolve as relações de famílias, embasado no manejo da Mandioca e educação da escolar. O presente trabalho é um esforço onde busco apresentar algumas ideias sobre como promover uma educação contextualizada a partir da construção de um calendário agrícola da comunidade Kalunga Vão de Almas. Também é um esforço aqui, buscar alternativas para promover a efetividade da Lei 9394/96 disposta nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Essa lei apoiada na redação dada pelas Leis 10.639/03 a 11645/08 e a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP) nº 1/2004, fundamentada no parecer CNE/CP nº 3/2004 que assegura a garantia do nosso direito enquanto quilombola a uma educação escolar inclusiva, ou seja, contextualizada com nossas práticas agrícolas (agrícolas= agricultura + culturas). Legislação resultante da nossa luta porque para nós, nada vem sem esforço e de graça.

Por esta razão a problemática que veio à tona com o desenvolvimento da pesquisa aqui apresentada é: como pensar as práticas agrícolas dentro do modelo de educação tradicional trazendo novos elementos para a reconstrução e emancipação das propostas de educação escolar nas comunidades quilombolas? A educação formal prepara os jovens Kalungas integralmente para a vida, respeitando e valorizando suas culturas dentro das práticas educativas escolares?

Para responder a estas questões foi proposta uma pesquisa que traz de fato parte dessa cultura como importante elemento da formação humana. Assim sendo, meu

objetivo maior é realizar junto aos estudantes de 7º ano do Ensino Fundamental e alunos da 1ª série do Ensino Médio da escola Estadual Calunga I. Extensão Santo Antônio, um trabalho de pesquisa-ação que resulte na construção de um calendário agrícola local para dar base ao calendário escolar e as práticas de educação formal nesta escola, considerando as práticas do manejo da mandioca nos processos de reconstrução e ressignificação da vida plena.

Outros objetivos, neste caso os específicos, associados a essa discussão e que relaciona melhor a teoria com a prática e que de antemão aproxima o leitor do produto final desta pesquisa são vistos aqui. O primeiro e mais importante deles é fazer o levantamento do calendário agrícola local, tendo em vista as práticas de cultivo e processamento da mandioca como bem apresenta o tema. Outro objetivo específico, liga essa discussão às compreensões desse calendário em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e como estão traduzidas no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Identificar outros elementos da cultura dentro do calendário agrícola para o avanço nos processos de gestão da educação desenvolvida na escola Kalunga é mais um dos objetivos específicos e por último, contribuir com a luta pela execução da lei 10.639/03 na Educação Escolar Quilombola.

Desse modo, o trabalho foi pensado e organizado em quatro capítulos. O primeiro traz as narrativas de memórias, histórias de vida e de lutas, minhas e de famílias Kalunga da comunidade Vão de Almas, localizada em Goiás. É um capítulo cujo objetivo é permitir ao leitor aproximar-se e conhecer um pouco mais da realidade da comunidade e da vida do povo que ali resiste às dificuldades enfrentadas no dia a dia.

O capítulo dois discute as questões de tempo e de espaços da educação e da formação dos sujeitos, contextualizando os processos de escolarização e processos educativos. Já o terceiro capítulo trata do cerne da pesquisa, as relações que existem e orientam a formação do calendário agrícola. É um capítulo que apresenta os elementos centrais da pesquisa. Nele, estão expostas as experiências construídas e vividas na comunidade escolar e comunidade em geral, em relação às práticas de manejo da mandioca. É o capítulo chave do calendário agrícola.

Já o capítulo quatro, vem como reforço do antecedente. Nele, trago as características de todo o trabalho exercido desde o cultivo até a produção dos derivados da Mandioca. Ele é um elo entre a teoria às práticas de manejo da mandioca e a educação escolar quilombola pretendida.

Metodologicamente, este trabalho se opõe ao sistema de regra vigente da produção do conhecimento. Busquei apresentar uma nova forma de busca e de sistematização das novas informações a partir de um princípio chamado colaboração. Colaboração das partes envolvidas é o método pelo qual caminhamos e chegamos a este resultado. Foi escolhido trabalhar desta forma porque era preciso um exercício de pesquisa-ação, onde o pesquisador, sendo parte da pesquisa, entra também nesse processo de colaboração na comunidade.

Por fim, apresentamos algumas referências que orientarão o leitor, pesquisadores, educadores, a equipe gestora da educação, a comunidade em geral, entre outros sujeitos interessados, destacando uma baliza que trata do uso do calendário nos processos de educação escolar. Por ser o capítulo final, nele estão contidos também os resultados finais e as considerações aferidas sobre esta pesquisa. Quando à linguagem do texto, foi feita em duas pessoas verbais, um na primeira pessoa do singular e outra na primeira pessoa do plural, visto que eu me apresento como um pesquisador implicado na pesquisa, portanto, ao mesmo tempo que sou o pesquisador sou também sujeito coletivo de minha comunidade. Já as duas expressões, Kalunga e Kalungas são usadas para designarem a diferença entre o sujeito e o território. Quando escrito O Kalunga, refere-se ao conjunto do Território, ao Sítio Histórico e Patrimônio Cultural, já quando escrito os Kalungas, especificamente estou dizendo dos sujeitos, das pessoas que fazem parte desse patrimônio.

2. O SER KALUNGUEIRO: EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA SÃO SINÔNIMOS DE SOBREVIVÊNCIA

2.1. Comunidades quilombolas e singularidades do Kalunga

*Para falar de quilombolas quero antes fazer uma apresentação,
o Brasil é todo quilombola,
só nega a sua nação.
Dividiu preto e branco,
do campo e da urbanização,
estabeleceu o pré-conceito como regra da separação.
Se já não bastasse isso,
fez mais uma distinção,
chamou de rituais a cultura dessa nação,
estabeleceu como dialeto as línguas de comunicação.
Mas temos quilombolas brancos, pretos, quilombolas de toda coloração,
temos quilombolas tradicionais no centro de urbanizações,
daí o Brasil é todo quilombola,
por origem,
por gerações
ou por suas singularidades dos sertões.
(Adão Fernandes)*

O contingente de comunidades quilombolas é vasto, por isso foi necessário aqui fazer um recorte para que se possa aprofundar na problemática da pesquisa. Os territórios quilombolas se expandiram por diferentes localidades, áreas e regiões, sobretudo onde apresentavam esconderijos secretos para os negros refugiados da escravização. E o Sítio Histórico Kalunga é um quilombo formado historicamente por esses negros que fugiram e se espalharam pelas grutas à procura de abrigo e de liberdade. O Brasil é um país que traz em sua origem, grupos étnicos diferentes, tradições múltiplas ainda desconhecidas para muitos da nossa gente.

Os antepassados dos Kalungas vieram de muito longe, eram pessoas com características peculiares. Eles eram povos, seres humanos que pertenciam a muitas nações e carregavam na sua negritude as simbologias das lutas pela libertação.

Já cansados do trabalho escravo esses antepassados fugiram espalhando por toda parte do nosso país. Foram criando comunidades e as comunidades criadas por eles até hoje, são conhecidas como quilombolas. Dentre as comunidades quilombolas, estão os quilombolas Kalungas. Aqui faço uma diferenciação porque ainda hoje há quem pense que todo quilombola é também Kalunga. A verdade é que todo Kalunga também quilombola.

Os Kalungas só existem em dois estados brasileiros, no Goiás e no Tocantins. No Goiás eles abarcam os municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás e no Tocantins nos municípios de Arraias e da cidade de Paranã. Já quilombolas existem em outros diversos estados do Brasil. De acordo com a Fundação Cultural Palmares são 2.900 comunidades quilombolas em todo território brasileiro. Já o Kalunga, que apresenta uma especificidade, hoje está organizado em vários núcleos, entre eles eu cito o Kalunga do Mimoso, Kalunga do outro lado do Paraná, Vão de Almas, Ema, Engenho II e Vão do Moleque. Há outros ainda que não sei mencionar com precisão, mas estão nos municípios citados. Os mapas abaixo apresentam uma visão mais específica e precisa da região onde está o Kalunga (www.brasil.gov.br).



Fonte: Croqui feito pelo pesquisador apresentado em atividade de Graduação em Educação do Campo na FUP/no ano de (2013)

Legenda: **Azul** = rios; **Marrom** = estradas e casas; e **Verde** = vegetação.

Localizada na região da Chapada dos Veadeiros, no município de Cavalcante-Goiás, a aproximadamente 90 km da sede municipal está o Vão de Almas. Até meados do século XX, esse era um lugar entre os mais secretos e isolados esconderijos dos negros africanos que foram escravizados. Um esconderijo por detrás de montanhas íngremes, rios mistos, matas diversificadas, cerrado e veredas inacabadas, lugar de desafios constantes em qualquer situação da vida em jornada. Um lugar histórico que preserva muito da sua identidade secularmente construída.

A comunidade é parte do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural brasileiro. É uma especificidade dentro de um dos maiores quilombos do Brasil. Está situado na região norte desse sítio e possui cerca de 260 mil hectares com aproximadamente 900 famílias Kalungas, de acordo o reconhecimento do Estado de Goiás.

Em parte, o isolamento dessa comunidade com uma parcela de negros que foram escravizados, contribuiu nas descobertas de como o homem se construía e reconstruía no meio a partir das relações que mantinha com a Natureza. Foi através destas relações que

eles também foram descobrindo meios de produção para a própria sobrevivência e permanência nos locais de esconderijos, construindo assim, um calendário agrícola experimental.

A relação homem-natureza é carregada de descobertas e significados múltiplos. Esses significados se dão na forma como a comunidade faz os repasses dos conhecimentos e saberes da tradição. Neste sentido é que a relação entre o trabalho e a educação nos desperta para a construção e valorização desses conhecimentos.

O povo quilombola, na vivência de sua identidade baseada na cultura do contraste, faz com que eles afirmem e reafirmem suas diferenças nas práticas de suas tradições. “Plantando seu alimento e redistribuindo-o simbolicamente, junto com a alegria e a fé em suas festas”. (MOURA, 2005, p. 70). É nas plantações onde também encontramos a presença das crianças brincando e ajudando nas tarefas agrícolas. É ali naquele momento de trabalho e brincadeiras que estão sendo repassados valores de respeito sem que haja um padrão ou norma. Essa forma de repasse dos conhecimentos, dos valores da tradição Moura chamou de currículo invisível. É assim que o trabalho com o manejo da Mandioca se torna útil e necessário na construção de um calendário agrícola/pedagógico para a escola e para a comunidade em geral.

O povo Kalunga, de origens seculares com raízes lá no passado, é residente hoje dos quilombos de resistência que doa para o mundo incomparáveis experiências. É um povo que em tempos remotos já mostrava ao mundo outras práticas educativas e sociais na formação humana numa complexidade de saberes e fazeres.

É a partir desta resistência, que historicamente segundo as narrativas de Moura (2007) e testemunhos de lideranças comunitárias Kalunga, que se fortalece a Comunidade Vão de Almas. Esses líderes comunitários hoje sabem dessa história porque aprenderam com seus antepassados por meio de narrativas orais e outras práticas culturais. Dizem esses líderes que o nome Vão de Almas veio de um rio chamado Rio das Almas que hoje é denominado Rio Branco. O rio percorre quase toda a comunidade e no período chuvoso ainda de acordo com os mais velhos matava muita gente com fortes cheias da época. Hoje eu sei disso porque apesar de ser jovem também sou liderança da comunidade que sempre tive contato com essas e outras histórias.

Esta história começa lá bem longe no tempo, há mais de duzentos anos. Foi quando o território que é hoje o Estado de Goiás começou a ser conquistado pelos colonizadores portugueses. Aquele era um tempo

dominado pela febre do ouro e os escravos sofriam muito no cativeiro (MOURA, 2007, p. 14).

Para entendermos melhor essas narrativas, é preciso retomar no tempo, é necessário escavar a profundidade desta história de mais de duzentos anos atrás. É preciso, contudo, buscar isso lá no começo da história do Brasil, inclusive para dar conta da relação Homem-Natureza no universo profundo do manejo da mandioca na comunidade.

A relação homem-natureza-homem são descobertas de sobrevivência que veio se aperfeiçoando cada vez mais e perpassando as gerações. Essa passagem intergeracional liga nossas práticas tradicionais hoje às raízes africanas e reafirma nosso pertencimento étnico a um passado mais distante.

Nós, Kalunga, temos um histórico de vida e de luta profunda, baseada na cultura tradicional da pesca, caça, criação de animais, garimpo e principalmente na agricultura de subsistência. Existem também em nosso histórico outras formas de subsistência, como as crenças, os valores, as rezas, as relações culturais e sociais, as relações econômicas e políticas internas. Todas elas nutrem os sonhos, os espíritos e a alma de nos manter vivos e dar continuidade à vida desse povo na comunidade. Notadamente esses outros elementos da cultura estão relacionados com o quarto objetivo em que se ancora a pesquisa.

Passado muito tempo da formação das comunidades quilombolas, os exploradores da mão de obra escrava começaram a aproximar-se dessas localidades, abrindo outros caminhos para dar fôlego às suas perspectivas de avançar outra vez nas lutas de exploração da força de trabalho e permanecer controlando os negros. Uma destas formas de aproximação percebe-se que foi através da oferta da educação formal descrita em seguida.

2.2. Uma história kalungueira

*Só existo porque resisto, só resisto porque eu existo,
Enquanto eu existir é preciso resistir,
Enquanto eu resistir é preciso que eu possa existir,
Nenhum Kalunga é digno de viver se não existir e resistir.
Não precisamos que ninguém diga do nosso existir,
Porque nós somos o próprio existir e resistir,
Vivemos a resistir para que possamos existir,*

*Precisamos que a sociedade passe a existir
e resistir sobre a sua identidade
e sobre o desejo de se reconstituir.
Eu sou Kalunga, eu digo, falo, grito, insisto, persisto, invoco e repito,
Só existo porque resisto e só resisto para que eu exista.
(Adão Fernandes)*

O que é ser Kalunga ou kalungueiro? Faz-se necessário uma questão inicial e por meio desta é que, parte de nossa história, da nossa identidade e da nossa raiz de existência e resistência deixa de ser apenas uma narrativa de história embranquecida. Nós, Kalungas, somos um povo diferente. Diferente no andar, no falar, no deitar, no gestual, no lavar, no olhar, no plantar, no caçar, no comer, no vestir, no pensar, diferente no existir. Somos um povo de alegrias múltiplas que se refazem na memória e na história cultural da raiz do nosso lugar.

Somos povos que juntos sorrimos, choramos, festejamos, brincamos, rezamos. Um povo do inverno quando é tempo de plantação, do verão quando é tempo de sequeidão (sequeidão= seca prolongada). Um povo da Terra e das Águas, do Vento e do Fogo, gente do espírito de significações. Ser Kalunga é ter um coração que pulsa o sangue negro da sua nação. É ter visível em suas narrativas orais a expressão de um *sofrimento risonho*, como a história de luta e de resistência dos nossos antepassados. É ser capaz de fazer emergir da incapacidade e da fraqueza, a força de lutar para sobreviver e ter esperanças de buscar pela prosperidade. Ser Kalunga é carregar no fenótipo e no genótipo marcas de uma ancestralidade ligada à história e à cultura de singularidade.

Ser Kalunga é ter a capacidade de descobrir a voz da natureza e alimentar as pedras que percorrem nossos caminhos. É poder ver as árvores chorarem e apoiá-las com suas lágrimas. É ter na sua linguagem um *português Kalunguês (refere-se ao modo de vida e de comunicação do povo Kalunga)*. Ser Kalunga é ter a marca do vivido. É colocar sabor nas vozes experientes de um povo sofrido. É ter os pés e mãos calejadas e os olhos brilhantes diante das opressões, marcas de nossas trajetórias.

Nós, kalungueiros, somos um povo singular, minha família e eu somos essa gente. Gente de descendência africana que pertencem a várias gerações, gente que resistiu na luta contra a escravidão, gente que tem uma memória, várias histórias e suas tradições. Gente que tem ainda hoje suas identidades que vêm de longe, como demonstram nossos anciãos. O kalungueiro é esse sujeito que, por direito, reafirmo, é diferente em sua

singularidade. Ser quilombola e nos reconhecermos como kalungueiros nos coloca em uma condição indissociavelmente política, porque as histórias das famílias Kalungas ainda precisam ser contadas. É dizer e viver das narrativas do entrevistado Rosário do Santos Rosa (“Vovô”), que tem suas *perspectivas humanísticas*¹.

Nascido na comunidade Kalunga Areia, do município de Monte Alegre de Goiás, o Vovô hoje com 89 anos de idade conta que não conheceu os seus bisavós. Ele, relembra minúcias de um caso que ouviu de seus antepassados, quando contavam que a sua bisavó “foi pega de cachorro”, portanto, ele acredita que ela era uma índia. As primeiras terras ocupadas pelos pais do Vovô na comunidade Areia, segundo ele pertenciam a um senhor fazendeiro chamado “Boa”. Nessas terras sua família trabalhou até conquistar algumas vacas e comprar o seu próprio terreno: “*Lá meu pai trabalhou na fazenda, conseguiu juntar um gadinho e comprou um pedaço de terra lá no Vão do Muleico*”. (ROSÁRIO DOS SANTOS ROSA, abril de 2017).

Continua o Vovô, expondo que as terras eram compradas em troca da mão de obra exercida nas fazendas, que trocava por gado e trocava o gado depois por terras. As terras, como podemos perceber, é o que lhes dava sustento. Ali naquelas fazendas, além da lida com o gado eles também tinham o cultivo agrícola. Nesse cultivo já havia uma diversidade de plantas, entre elas a Mandioca que hoje continua sendo de cultivo habitual por quase toda a comunidade Vão de Almas.

Segundo o Vovô, a semente e a plantação da mandioca vem de *longas datas*.

Por exemplo, eu tenho uma roça de mandioca, mandioca vea, eu faço uma roça pá prantá confiado quessa mandhoca aí? Se... no tempo, se eu ir prantá a roça, se não achá mandioca, maniba na roça do oto, eu tem qui tirá nessa, tem que rancar ou cortá a maniba. E se a maniba tiver poca, a qui rancar o correr da seca vai infincando num lugar o fecho de maniba qui quando fô na pranta do arroz tem maniba. (ROSÁRIO DOS SANTOS ROSA, abril de 2017).

A expressão “*longas datas*”, e a transcrição da fala do Vovô logo depois, trazem uma ideia de como a mandioca vem passando entre as gerações e como as famílias se previnem para não perderem as sementes da mandioca ou mudas. (Sementes de mandioca na concepção Kalunga é essencialmente as manivas para plantações futuras. Fala-se

¹ Em minha concepção, perspectivas humanísticas são aquelas que reconhecem a importância de desenvolver a capacidade de se sustentar através das relações de reciprocidade e de construção social de alianças na comunidade. São perspectivas aferidas a partir das experiências vividas, aquelas que educam o homem para a vida. Um exemplo destas perspectivas são os repasses dos conhecimentos tradicionais entre as gerações.

mente porque é uma expressão de identificação daquilo que vai ser cultivado em cada plantação. Ele não diz de onde vem nem qual é a origem da mandioca, mas sem dúvida nenhuma, essas longas datas antecedem o conhecimento dele e de sua família.

Ressalta o Vovô que, naquele tempo antigo já havia muitas qualidades de mandiocas sendo cultivadas, e que a nomeação das mesmas ele não sabe falar como se dava. Portanto, ele não se sabe qual é essa procedência nominal das várias espécies. Justifica dizendo que não se sabe talvez, porque não havia antes nenhum incentivo nem interesse em relação a conhecer a origem das mandiocas e o que levou cada espécie a ter uma caracterização com nomes peculiares.

A partir das palavras do Vovô, por alguns instantes retomo outras profundezas da memória e da história. Volto num tempo marcado pela experiência jovem, de um negro lutando para viver trazendo em suas raízes, suas relações de pertencimento com a comunidade remanescente e as memórias de uma trajetória da luta Afro descendente. No capítulo que se segue essa memória e essa histórias serão vistas com maior precisão do ponto de vista do pesquisador e de outros autores que complementam esse diálogo.

2.3 A memória e a história oral propiciando a recriação de uma identidade de contraste

*O passado me vem na memória,
A memória me traz uma história,
A história relata os fatos esquecidos no tempo de outrora.
O tempo vai registrando as horas,
As marcas registradas me apavoram,
Uma identidade obscurecida tem sinais de vida agora.
(Adão Fernandes)*

Nós, Kalunga, compreendemos que a memória é o reservatório do velho, é a fonte da produção de onde brotam os novos conhecimentos. Nela estão guardados os mais eloquentes episódios das árduas lutas e transformações humanas. Ela guarda reminiscências, lembranças de um tempo remoto, um tempo em que as pessoas negras eram mantidas como escravos no cativeiro, tempo em que o povo vivia na escuridão da caverna.

São as memórias revividas e narradas oralmente pelos sujeitos, de experiências profundas em forma de histórias que me permitem aproximar e dizer da minha origem e

da origem da minha identidade. É também através destas narrativas orais históricas sobre a memória do passado e do presente que busco contribuir para as reflexões sobre o meu povo. A memória e a oralidade possuem para nós, Kalungas, significados múltiplos. Elas são recheadas de saberes e fazeres tradicionais que repercutem na resistência e na luta do nosso povo pela liberdade na vida cotidiana.

A origem desta história se encontra na vivência junto a esse povo kalungueiro da região Norte do Estado de Goiás no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga/Chapada dos Veadeiros, mas também nas narrativas de outros Kalungas do estado do Tocantins. A comunidade Kalunga Vão de Almas é uma das maiores do Brasil. Ela se esconde entre montes da Chapada dos Veadeiros, em Goiás no município de Cavalcante. A comunidade é povoada de pequenas casas construídas de madeira palha e adobe, hoje algumas de telha Eternit, ligadas por trilhas cavaleiras e ou rodagens de chão. O Sítio Histórico Kalunga que tem Território nos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás fica aproximadamente 540 quilômetros da capital de Goiânia. É um lugar de refúgio dos negros, um povo descendentes de escravizados. O Vão de Almas é uma comunidade que ainda hoje tem muito da sua história e sua memória ancestral preservada por causa da sua resistência. É uma comunidade que nos desafiam enquanto filhos deste quilombo a buscar o verdadeiro sentido da vida hoje. Numa proximidade de 80 quilômetros da sede municipal ainda hoje esse Vão é uma localidade muito desprovida, esquecida de apoio por parte das políticas públicas e embutida pelo interesse capitalista.

Narrar uma história é revisitar um tempo, uma vida passada e viver diferentes emoções no presente. Em outras palavras, reconstruir o passado me coloca na condição de assumir um compromisso com o presente e com as perspectivas de futuro que virão. A narrativa aparece em prosa, versos, músicas, causos, piadas, lendas, mitos, marcos históricos e culturais, estórias entre outros gêneros textuais da literatura Kalunga. Nem sempre trazer essa memória do passado para o presente significa trazer alegria. Em muitos casos essa revisitação no tempo é de lástimas, daí a resistência encontrada em muitas pessoas que vivenciaram experiências profundas em expor esses conhecimentos acumulados para a nossa vivência hoje. Mas de todo modo, a memória lastimosa também precisa ser ouvida, porque nela estão presentes a existência e a resistência Kalunga.

Como salienta Magalhães (2004), a lembrança ou a revisitação à memória de um passado distante, desempenha um papel crucial na reconstrução libertadora de tudo que poderia ter acontecido ou até mesmo daquilo que de fato aconteceu. Complementa a autora dizendo que “é preciso reconstruir tudo: não só o que foi dito e feito, mas também

o que foi sonhado, o que foi desejado e ficou reprimido” (MAGALHÃES. 2004, p. 6). A perspectiva para essa revivência do passado é de um tempo aberto, livre, pleno e que possibilite essa interlocução entre um tempo e outro na vida cotidiana. Rememorar esse passado é trazer os conhecimentos, os saberes da tradição na sua complexidade, dentro daquilo que é possível. Não é descrever o conhecimento acumulado, mas a partir dele investigar, por meio das suas simbologias, como e onde esse passado ainda é vivo no nosso presente na sua perspectiva cultural e social.

Desse modo, percebe-se que não é possível trazer todo esse passado, essa realidade antes vivida na sua completude, mas é viável trazer uma relação ainda mais próxima da raiz de toda a nossa existência. Deve ser frisado, e de acordo com Magalhães (2004) que sobre o tema da memória e da história é preciso incluir não somente o lembrar e esquecer, mas também o revelar e o ocultar o saber. É dessa perspectiva que devemos ressaltar que a memória garante a capacidade de projeção dos fatos, a diferença ou a semelhança, o sonho vivido ou reprimido, a temporalidade como dimensão central de identidades múltiplas sendo construídas e reconstruídas socialmente.

Há, portanto, na história oral, uma interrupção no tempo e no espaço, pois recria o passado a partir do presente, e essa recriação em muitos casos não traz de fato a coesão do vivido, como ele foi em uma espécie de essência. Vê-se em muitos escritos, histórias romantizadas até bonitas de se ler, que despreza tanto o sujeito conhecedor da história no momento da descrição, das imagens fotográficas quanto da certificação do documento construído.

Há neste sentido uma falha considerável na precisão dos sorrisos largos e dos choros amargurados sobre a alegria e a dor de cada experiência narrada. Falta, contudo, o sujeito da história, da experiência narrada, falta o sabor da vida Kalunga nas memórias registradas sobre nosso povo até então.

A história oral, mas não somente, baseia-se na memória dos sujeitos de experiências profundas (idosos). É através destes sujeitos que conhecemos as grandes dimensões da vida e entendemos por que as verdadeiras histórias ou dimensões das nossas vidas nunca são recontadas nos livros de literaturas. Rememorar o passado para viver o hoje, significa interpretar a transição do mundo e da cultura. Essas experiências transitórias trazidas por sujeitos de carne e osso é que constroem e reconstroem a nossa história. De acordo com Benjamim (1987), é a memória que extrai a história do absoluto conformismo, resgatando do passado as verdadeiras raízes soterradas e reconstruindo no presente outra narrativa que as represente em sua multiplicidade.

Cada história contada apresenta relação entre o passado e o presente Kalunga e tem significados múltiplos. Elas revelam um passado de vitórias e derrotas ao passo em que foi se constituindo no território suas identidades. E é também a partir destas histórias contadas ou vividas por nós, Kalungas, que esse trabalho ganha vida. A história do cultivo da mandioca aqui é um exemplo disso. Devo me reportar, por fim, a título de confirmação que reconstruir a história a partir de narrativas orais é sentir na voz narrada a esperança de concretização dos sonhos reprimidos, não realizados (re) buscando esse sonho num futuro ainda incerto. É neste sentido que também, ao reconstruir a memória e a história, presencio a reconstrução de uma identidade esquecida. Essa é uma ação em que não poderemos entender de outra forma senão como transgressora e transformadora de sujeitos sociais.

2.4 Terra, nossa mãe, nossa história



Fonte: Arquivo de imagens do pesquisador. (Roça de mandioca, Comunidade Vão de Almas - GO, fevereiro 2018)

“Nela”

Nela eu nasci,
Nela eu cresci,
Nela eu moro,
Nela eu comi.

Nela eu rocei,
Nela eu queimei,
Nela eu plantei,
Dela eu ranquei.

Nela eu deitei,
Nela me levantei,
Nela já me queimei,
Nela, os meus sonhos já busquei.

Nela descalço já pisei,

Nela já me cortei,
Nela busquei o cultivo quando nela meu sangue derramei.

Nela eu já cacei,
Nela eu já campeei,
Nela hoje eu vejo brotar as sementes dos frutos que semeiei.

Nela guardo um passado dos tempos que guerrilhei,
Nela eu revivo no presente as guerras que já ganhei,
Nela a minha guerra continua e eu ainda estou no meio.

Nela já estive de pé,
Nela também já estive de joelhos,
Dela ganhei forças naturais e de novo me levantei.

Nela já chorei,
Nela também já brinquei,
Nela já fui fonte seca,
Nela também sou lembranças dos tempos que sede passei.

Nela revivo uma memória,
Nela reconstruo minha história,
Nela recrio uma raiz de negro agricultor D'Angola.

Nela reconstruo uma base, derrubo as malditas muralhas mundo a fora,
Nela hoje vivo os três tempos verbais, passado, presente e um futuro sem gaiolas,
É nela que com firmeza digo, é a fonte da nossa maior história.
(Adão Fernandes)

Dando à terra um significado pleno de vida, encontro nessa plenitude a importância e a relação do ser Kalunga com o território. A terra é o que há de mais útil, é o fundamental, ela garante o sustento da vida, ela é a nossa própria vida. De acordo com Magalhães (2004):

o trabalho com a terra dá substância a uma postura polivalente, institui totalidades como pessoa, o que de certo modo impede seu retalhamento, com possibilidades de simultâneo poder de resistência, submissão à atomização imposta pela sociedade industrial capitalista, mais aguda ainda no chamado neoliberalismo contemporâneo. (MAGALHÃES. 2004, p. 20).

Reconstruir a memória dos sujeitos de experiências profundas é uma forma de referenciar as pessoas mais velhas da comunidade aqui, dando vez e luz à voz narrada. Percebo uma existência com marcas profundas, recuadas a um passado mais próximo ou mais distante, mas que permanece no presente. Essas marcas são percebidas através de expressões sentimentais e das ações que os estimulam a prosseguir na luta pela

permanência na terra, para que assim, a herança de pai para filho possa se perpetuar e garantir um futuro ainda incerto.

É assim que, ao instituir memórias e relatos orais no processo da pesquisa pretendo demonstrar o sentido profundo, os valores que permeiam a nossa relação com a terra, com a natureza, sendo o pesquisador um sujeito implicado - kalungueiro. Nos fragmentos das nossas memórias, nos rastros de nossas vozes, nos marcos da comunidade, estão datadas as múltiplas lembranças e esquecimentos de pertencimento ao território Kalunga. As terras de nós, kalungueiros, vêm de uma luta histórica dos nossos antepassados. A compra ou a conquista das terras apresentam também outros significados que refletem na vida e na organização da comunidade, na existência do povo Kalunga. De acordo do o Vovô “ter terras” é um sonho que o povo tinha em ter seu espaço de vida livre, de criação de animais e principalmente de produção com as atividades agrícolas.

As terras, para nós, Kalungas, apresentam uma relação de pertencimento intergeracional, que se refaz na memória, na história e na nossa vida. É através delas que fortalecemos e estreitamos nossas relações com o resto do mundo e a partir das relações, garantimos a nossa existência e abrimos nossas perspectivas de futuro. As terras vieram dos meus tataravôs, que passaram para meus bisavôs, que vovô e papai moraram, e passaram para mim. São terras que hoje afirmam o pertencimento e o direito étnico de relação e inter-relação na história da formação da comunidade. É através destas terras que encontro base e tudo aquilo que nos dão condições enquanto sujeitos de direitos e marcados por uma singularidade.

Com os meus 28 anos de experiências vividas e construídas, hoje percebo que as terras para nós, Kalungas, significam tudo. É nossa própria vida. Base para se sustentar o dito e não dito, o feito e o não feito, o vivido e o não vivido, o futuro, o presente e o passado. É a terra que recebe nosso peso, suporta nossas lutas, ela é um bem indispensável, embora seja também ela que vai comer nossa matéria. É da terra que se brotam as boas e más lembranças das lutas de um Kalunga que só quer viver tranquilamente e poder ser feliz.

2.5 Nascido no mato e criado na roça

“Pretu Vêi”.

*Pretu vêi cumé memu cocê falô?
Já tô ficano vêi i surdo num iscutu não sinhô.*

*Pretu véi ocê mi conta cadê seus criadô?
Ês já cuíeu a roça desse ano qui prantô?
Pretu véi eu já tô fraco ocê mi faz um favô?
Ranca um pé di mandioca e cunzinha pu favô.
Pretu véi agora senta, vamos conveisá o qui passô.
No tempo da minha infância, morando cum meus criadô,
tinha muita riqueza, foi meu pai qui mi contô.
Ocê nem sonhava em tê,
foi depois qui sá mãe casô, e
antes docê nacê tem seus irmãos que sá mãe ganhô.
Naqueli tempu era duro,
mas ocê cuía o cocê prantô,
mas as coisa foi mudanu até que ocê chegô.
Era pra sê chamado de Simão, sô pai assim falô,
pruquê nasceu num dia santo a decisão ele tomô,
era dia de São Simão, nosso devoto resprondô.
Mas u nome foi mudado, pruque muitos num gostô,
passou a sê chamado de Adão, pessoa di muito valô,
primero homem do mundo, retrato do Pai Criadô.
(Adão Fernandes)*

É com essa apresentação de Pretu Véi, criada pela imaginação e vivência do pesquisador que apresento em seguida o reflexo de quem eu sou, sujeito implicado. Trago na memória reflexos da minha história de vida. Busco na lembrança o que vivi na infância, como o Pretu Véi apontou. Eu era um início de vida, ainda nem tinha sido gerado um filho na barriga da mãe e já tinha uma história para contar, foi onde tudo começou, vocês podem acreditar. Meus pais não esperavam por mim e de repente apareci, fui crescendo na barriga dela, vendo e acompanhando suas lutas e depois de nove meses eu nasci, um menino nascido no mato, cabelos crespos encaracolados, menininho preto kalunga afamado. Minha infância para bem dizer a verdade nem me lembro, só sei que fui nascido no mato e criado na roça, aqui nesse lugar engatinhando pelos chãos, deitando e rolando no barro, me lameando todo, comendo terra e até insetos se deixassem junto ao nariz de catarro.

[...]

O tempo foi passando e eu crescendo,
minha vida era pegar no pesado,
na foice, na enxada e no machado,
desde muito pequenininho,
plantando roça, pegando o cisco,
capinando, lavando louças,

varrendo a casa.

Porque minha vida era e ainda é assim,
eu sou nascido no mato e criado na roça.

Pescando, caçando,
quebrando coco e roendo coco,
comendo a farinha de mandioca.

Tempos depois, veio a escola, aí então comecei a estudar, andava muito até chegar a escola e quando chegava lá, estudava sentado num banquinho de pau duro ou no chão mesmo, com um resto de caderno no colo e um pedaço de lápis na mão. Para ser mais claro com a verdade não era uma escola, era um casebre onde a professora morava com sua família.

Aquilo tudo para mim era tranquilo, era algo sobrenatural, me sentia confortável, pensando que eu era o tal. Eu não tinha outra opção e o ensino ali se estendia, levava varadas na cabeça, ficava de joelho no sol quente no chão duro, aprendendo aquela lição ou aquela palavra que errei ao fazer a leitura ou ainda, aquela palavrinha que me esqueci de colocar o acento no ditado. Assim terminei a quinta série, na época que agora nem me lembro de quando foi, daí então muitas coisas começaram a mudar, o estudo a cada dia ficava mais pesado, meus pais, em casa nem na escola me dava tempo de brincar, então minha vida era estudar e trabalhar. Estudar nada... esforçar para passar de ano, se não iria me dar mal. Com isso, muitas vezes, fui tirado de jogar bola para fazer a lição de casa, fui repreendido de ir a uma festa porque tinha serviço para fazer na roça, capinar, roçar, vigiar os “priquinhos”, entre tantas outras coisas que não mais sei falar, e, sem contar que para sair de casa tinha de ser com meus pais, sem eles ninguém ia a algum lugar.

Fui crescendo e me tornando um jovem adolescente, e de repente os anos se passaram. No ano de 2006 ali na mesma escola na 8ª série já iria me formar. A formatura me trouxe a alegria que jamais pude esperar, a alegria de sair da comunidade, deixar de ser kalunga e ser outra coisa. Porque Kalunga para mim era feio, preto, gente que não sabia falar, era um tipo de indivíduo que eu mesmo menosprezava. Tomei um outro rumo e fui para a cidade estudar, chegando lá sofri muito, pois nem tinha onde me abrigar, meus pais não tinham casa e esse impasse me incomodou. Graças aos amigos, familiares da mãezinha que em suas casas me deram lugar, eu fui passando o tempo, hora aqui, hora acolá. São coisas que devo a eles que nunca esquecerei, e que o resto da minha vida irei agradecer-los, mesmo que eles não me ouçam mais.

Voltando à minha relação na escola da cidade, sofri muito porque era um menino negro nascido no mato e criado na roça, fui discriminado violentamente, humilhado, pisado e maltratado, muitas vezes chorei calado pensando na minha roça, na casa dos meus pais, na minha humilde palhoça, no mato que entardecia vendo o sol pousar na serra, no rio que escorria pelas estreitas lacunas carregando pedras e paus nas suas cheias quando chovia, enfim, pensando em tudo que me mantinha vivo no mato sem muito me preocupar. Ali, naquele momento, eu quis ser Kalunga e à comunidade voltar, viver com os Kalungas e nunca os desprezar.

Tive bons e maus momentos, a ponto de deixar os estudos para trás e partir rumo a um outro objetivo, o qual não sabia qual e pra onde iria meu caminho e como ele se restringiria, mas não desisti porque a força da minha mãe, seu empenho para que eu terminasse o ensino médio, foi maior do que todas as minhas forças no momento de pura e dura fraqueza. Ela, coitadinha, continuou seu trabuço (trabalhar, lutar) na roça e me visitava de mês em mês para me auxiliar nas despesas e em outras contas, que a cada dia só aumentavam.

Trabalho eu não tinha, dinheiro também não, só tinha esperança porque era um menino do mato e que na cidade perdia a razão. Foi assim até que então depois de três anos de árdua labuta me formei e tive um momento inesperado, para alegria de um menino nascido no mato e criado na roça, olhos cheios d'água, cabelos crespos encaracolados de pele seca, pés rachados, mãos grossas, sangue gelado. E o meu pai, onde estava? Aqui faço um aprofundamento dentro um pouco mais a minha história para falar de outro cidadão, o senhor Josecílio, o meu pai. O pai de Adão.

Papai e mamãe tiveram oito filhos, três eles não puderam criar, morreram ainda muito cedo, eu não os conheci, não pude os abraçar. Mamãe é uma mulher guerreira, faz tudo para sobreviver, tudo aquilo que precisar com muita dedicação e sem medo. Ela é uma mulher da roça, da cozinha, do campo, das festas, mulher de alegria infinita que faz a gente alegrar. Ela é uma mulher guerreira, eu só não vi ela caçar. Ela é, como diziam os mais velhos, “uma mulher pra casar”.

Papai também é um homem de resistência, que ninguém tinha o que falar, lutou pela vida e construiu sua família”. Foi um homem de negócios, que desde muito cedo aprendeu lidar, vender remédios, cachaças, coisinhas de alimentar, ele tinha sua vendinha. Mas a vendinha durou pouco e me parece que a ele trouxe azar (maldição), a inveja acabou com tudo, isso, assim narraram eles.

Influenciado pelos maus olhares, começou a se embriagar, a cachaça da vendinha ele passou a tomar, acabou-se com a venda e virou “um cachaceiro” (quem bebe muita cachaça) como é falado no ditado popular. Esqueceu da vida, dos modos de trabalhar, e vinte anos mais tarde uma história que dizia não acabar, acabou, depois de muito trabucar quase sozinha, papai e mamãe tiveram que se separar. Papai tinha se tornado um alcoólatra, bebia de rolar no chão” quase sempre todo dia, isso o fez perder parte da sua vida e a união da família fracassar.

Separado da mamãe, papai vivia jogado, num dia estava um pouco bêbado, noutro bastante embriagado. Eu morava com a mamãe, às vezes eu ia visitá-lo, ia com tanto medo, desejava não o encontrar. Tinha medo que ele pudesse me matar, matar não sabia por que, o fato é que ele bebendo me deixava assombrado. A vida estava difícil, morando eu e mais três irmãos com minha mãe, mas a vida do meu pai parecia mais difícil ainda. Ele morando sozinho, embriagado, eu o via muito magro e fraco, parecia que há um ano não se alimentava.

Essa desunião familiar me deixara por muito tempo angustiado, filho de lavradores, o que eu tinha era a necessidade. Necessidade não de alimentar, mas de outras coisas da modernidade, um tênis da moda, coisas desse tipo. Mamãe tinha um emprego, tinha também um filho “inválido” (meu irmão mais novo) que nasceu com uma necessidade especial, demorou sete anos para começar a caminhar e por causa da necessidade foi beneficiado pelo governo. Mas naquela época o salário era tão medíocre que mal dava para alimentar. Tudo se tornara para mim desde pequeno muito difícil e depois da separação, vendo o meu pai fraquejar, cheguei a pensar na sua morte, imaginando que depois dele morto, minha mãe pudesse aposentar e me dar as coisas, tentando realizar o sonho de uma criança que nem sequer sabia sonhar.

Será que pensar a morte do papai foi um desejo, uma obsessão pela influência capitalista? Ou será que pensava em não vê-lo mais fraquejado, embriagado, imaginando seu descanso na eternidade? Se for uma coisa ou outra, ou até mesmo as duas ao mesmo tempo, eu nunca vou saber falar foi um desejo momentâneo de menino, quero que Deus me perdoe por essa injustiça ou pecado que cheguei a pensar. Com isso, os anos se passaram, eu já na cidade estudando, estava em fase de ensino médio, papai tinha mudado de vida, tinha ido embora para Brasília trabalhar de jardineiro nas periferias. Reativou sua vida, controlou seu vício, hoje é um homem empregado, luta pela sua reterritorialidade com muito sacrifício. É aqui que encontramos um pouco da história da minha relação com meu pai depois da separação, quando ele em minhas narrativas levou um sumiço.

Mais tarde, por motivo do destino ou pela glória de Deus, ao terminar o Ensino Médio em Cavalcante ganhei uma vaga de trabalho na educação e voltei para minha comunidade de origem para mesma escola onde teve início minha vida estudantil. Comecei a trabalhar inicialmente por um acaso, voltei a perder horas e horas de sono, bom, deixei de comprar uma bala, porque precisei estudar mais e mais e, o melhor de tudo, agarrei a oportunidade que tive, e hoje permaneço em Vão de Almas porque assim quero e acredito.

Fiz o vestibular em 2011 e consegui com muita luta na UnB (Universidade de Brasília) ingressar, aquele menininho negro, sofrido, renegado, kalunga preto afamado, cabelos pretos encaracolados, nascido no mato e criado na roça, era agora aquele que ganhou de volta sua razão por voltar a morar na sua velha palhoça, no seu lugar no mundo.

Como eu já disse, nasci no mato e fui criado na roça, estudei num barraco chamado palhoça, lutando pela vida plantando arroz, milho, batata, feijão, abóbora e mandioca. Descobri o trabalho e a vida ainda criança, isso me fez crescer com muita esperança. Lendo o meu passado, descobri meu presente, e entendi que do que os homens escravizados plantaram, sou fruto de uma semente. Para não fugir do contexto deixo aqui um pensamento, é como dizem os movimentos sociais: queremos permanecer no campo, é lá a casa e a vida da gente.

Eu pergunto, queremos?

Sim, queremos. Nessa força é que eu digo, vamos nos unir, faça sol, frio ou calor, dia, noite, sereno, vamos reconstruir nossa história juntos, com os maiores e os mais pequenos. Para não deixar nada fora, fiz uma lista de referência, em que memória, história, cultura e identidade, estão presentes. Registrei esta sentença na medida em que profetiza minha lúcida experiência, mostrando o trabalho como princípio educativo, princípio de toda essência e a materialidade tradicional dos saberes e suas vivências. Para não me distanciar do contexto da educação, é como diz Paulo Freire, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, nós nos educamos em comunhão”

Desculpe-me, falei do nosso passado olhando sua direção, nos encontramos no presente na mesma época da escravidão, onde o poder se naturaliza sobre a maioria da população, mas enfim, não quero falar muito, porque o muito que se fale é pouco pra se fazer, e a mudança, só com as nossas lutas de fato pode acontecer. A essas narrativas o meu muito obrigado, em nome da população e do guerreiro Zumbi dos Palmares que me reconstruiu dentro da Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC/UnB) e me direcionou para outros lugares e outros olhares.

2.6 Memórias remanescentes: a luta pela vida e um passado presente

*Estando eu na UnB, uma universidade ainda não tão popular,
Sentado em uma calçada pus-me a pensar,
Observei certas coisas que não poderia imaginar.
Enquanto me sentei no estacionamento esperando o ônibus chegar,
Me veio no imaginário a transformação daquele lugar.
Observando ali sentado, vi um cenário tão vulgar,
Pessoas na fila em silêncio,
poucos dialetos a usar.
Vi também um grupo de jovens, cuja idade não sei falar,
Um deles distanciou-se da fila e começou a fumar.
Era tabaco? Maconha? Cocaína? Outro fumo qualquer?
Sei lá... só sei que gargalhavam de alegria ao seu vício saciar.
Era fumaça para cima, fumaça para baixo.
Fumaça para um lado e para o outro.
Fumaça para todo lugar.
Passou-se uma meia hora, eu ali sentado, calado a observar.
Depois de todo esse tempo comecei a me perguntar.
Porque nunca criamos ainda o vício de nós nos conversarmos.
Se fosse na minha Terra, uma coisa eu iria falar,
se não tivéssemos outros assuntos mais, sobre a plantação iríamos conversar.
O senhor plantou arroz?
E a mandioca, como está?
Tem farinha pra vender?
Quando o senhor vai relar?
Algo desse tipo o caso iria iniciar...
Mas não.
Ali na fila do ônibus,
uma diversidade de olhares,
cada um no seu mundo, ninguém a se comunicar.
Certamente todos tinham um motivo para silenciar.
Era homofobia, xenofobia, discriminação... será?*

*Não sei.
Sei que essa relação de causalidade começou a me inquietar,
já passara mais de uma hora,
as mesmas pessoas no mesmo lugar,
o silêncio era medonho e eu estava lá.
Minha família, a escola, o mestrado,
tudo isso eu tinha para poder pensar,
mas não fugia da cabeça aquela cena vulgar.
O estacionamento,
lugar de encontro,
reencontro popular,
mas o silêncio separava o espaço,
punha cada qual no seu lugar.
Meu lugar de mestrando aluno que sonha em chegar,
nem sabia o que era o mestrado, mas insistiu em lutar.
Fui parte daquele estacionamento,
das outras pessoas que estavam lá.
Fui uma parte de mim mesmo buscando a outra parte formar.
(Adão Fernandes da Cunha. Brasília, junho de 2016).*

O que é o Mestrado? Para mim foi o Mestrado Profissional em Sustentabilidade Junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT), um programa institucional dentro da UnB Campus Darcy Ribeiro que visa o atendimento das particularidades da vida de diferentes grupos étnicos. É uma política pública nova, em ação dentro da maior universidade do Distrito Federal, mas que atua nas periferias desse campo, na busca pelo combate às formas de exclusão da vida humana dentro dos programas acadêmicos, tendo como base a sustentabilidade dessa vida.

O programa atende a comunidades tradicionais em geral, articulando diferentes povos e formando uma rede com diferentes saberes. Visa à formação do sujeito na sua totalidade e sua atuação nos campos de onde vêm, para que os mesmos possam promover articulações que garantam a materialização de suas identidades culturais e sociais numa perspectiva sustentável².

² Para mais informações, consultar: <http://www.mespt.unb.br>

Encontrar o MESPT acalenta e ao mesmo tempo é um desafio, que marca a vida de todos nós, povos de comunidades tradicionais. Foi nessa perspectiva de vencer esse desafio que o encontrei e encarei a seleção para a composição da terceira turma, vislumbrando o fortalecimento da luta pela transformação. No frescor da graduação, surge o edital de um mestrado e me desafio a participar da seleção. No limite do prazo, no esgotar de uma sessão, eu fiz minha inscrição. Na calada da noite, últimos momentos de organização, já eram quatro horas da manhã e eu sentado escrevendo minhas intenções.

No acordar da cidade, à cinco da manhã o despertador chama minha atenção, é hoje o último dia e ainda falta documentação. Levantando da cama que não me deitei, fui tomar uma lotação, arriscar a minha vida em busca de uma declaração. Na cidade de Campos Belos Goiás, na Secretaria de Educação, lá estava minha última esperança, nas mãos da Direção.

Documentos ajeitados ao meio dia, hora de almoçar, o Correio ainda estava aberto, documentos sem enviar. Lá estava eu na fila, sem endereço para a postagem, pedindo ajuda aos amigos e nada de endereço chegar. Um negro a paisana, óculos escuros, mochila nas costas, documentos nas mãos, Correio quase fechando, esperança caindo em vão. Eram os últimos minutos para concorrer a seleção, ainda estava na espera do endereço que me levaria a um outro lugar. Esse tempo de espera provocou desconfiança desse negro cidadão, que passou a noite em claro escrevendo suas intenções. Um negro a paisana gera desconforto para a população, já que está na cabeça da sociedade que negro parado é suspeito e correndo é ladrão. De fato, aqui tiro minhas conclusões, porque fui abordado nesse momento pela polícia como se eu fosse o antigo e famoso bandido, apelidado de “Pezão”. Nessa hora eu pensei, fui vítima de uma confusão, me confundiram com os bandidos, não voltarei mais para o Vão. Foi um susto sufocante, já ia fechar o Correio, os policiais só fizeram uma abordagem de verificação. Certificaram da minha inocência e me exigiram explicação. Depois de tudo explicado me liberaram sem mais ações. Ainda postei meus documentos, e nesse momento eu senti que Deus sempre esteve seguro em minhas mãos, então pedi para que Ele cuidasse e guiasse minhas intenções também dali para a frente.

Saindo desta fase de sufoco, meus dias de espera dos resultados da seleção antes da prova oral me pareciam conturbados, não acreditava nas minhas propostas nem em bons resultados. Os resultados deste desafio é o que me dá motivação, saber que tudo posso, basta muita dedicação. No resultado final, cheguei a uma conclusão: ser *kalungueiro* e preto é um compromisso que tenho com a minha nação. Cada degrau conquistado é de se

assumir uma nova e maior missão, é uma fase de construir, desconstruir e reconstruir. Estar no mestrado não é diferente, devo isso às memórias antigas, às futuras memórias e às memórias do presente que buscam emancipação.

O meu desafio maior, hoje vejo que não foi a seleção. Foi assumir esse compromisso de transformação, respeitando e valorizando as diferenças e semelhanças de diferentes populações. Aqui é onde está a chave do segredo, das lutas de boas energias, não é fácil abrir estas portas, isso eu digo sem melancolia, mas não desista negro, não desista, segue na luta a noite e o dia pois só assim serei capaz de ser poeta e ao mesmo tempo, ser uma poesia.

Vivo agora em um momento até difícil de dizer, não sei se o meu lírico poético é poesia para você, leitor. Também não sei se a minha vida terá sentido se minha cultura eu esquecer, pois por ela fui educado, isso aqui eu posso dizer, uma educação que perpassa a escola do A, B, C. Educação informal, práticas de sobreviver, sobrevivência que hoje eu sei, foi na escola do Viver. Saber escolher um local e sua roça fazer, saber fazer a roça e cultivar o seu *di cumê*. Isso me dá sustento, para Kalunga eu ser, saber que é dali que brotam as boas e más lembranças de um negro marcado para viver.

3. A PEDAGOGIA KALUNGA: SABERES E FAZERES

*Para falar dos saberes em questão e dos fazeres em ação,
da escola que os repassam e da pedagogia que neles dão,
primeiro peço licença aos meus queridos anciãos.
Se não é do meu domínio, busco neles a minha inspiração,
porque eles são fontes concretas dessa minha discussão.*

*Eles sabem o que fazer no tempo de cada ação,
recriam suas estratégias quando a Natureza entra em ação.*

*Se adaptam com os ritmos do inverno e do verão,
ainda resistem às necessidades da chamada evolução.*

*Na escola do repasse em primeira ordem eles estão,
vão repassando conhecimentos às mais jovens gerações.*

*Repassam o que sabem na oralidade da conversação,
repassam o que fazem na prática das relações.*

*Repassam tudo a todos, não existe separação,
repassam com paciência, sem nenhuma penalização.*

*Na pedagogia Kalunga, o repasse está em primeira mão,
não existe quadro negro nem giz para anotações,
não há livros didáticos porque o livro é as nossas mãos,
somos os materiais vivos de onde se extrai a lição.*

*Na escola da vida o trabalho é de atenção,
assim a pedagogia Kalunga vai tendo sua evolução
e se firma como repasse de geração para geração.*

(Adão Fernandes)

Eu moro na roça, num pequeno pedaço de chão, aqui plantamos mandioca, arroz, milho, batata, gergelim e feijão. A terra é o nosso sustento, a firmeza das nossas mãos é o nosso calendário do tempo inverno e verão. Nos tópicos que se segue vou tecendo essa discussão.

3.1 A Escola de Repassação na comunidade Vão de Almas: a opressão ao saber Kalunga

Escola de Repassação é como denomino uma forma de estruturar o processo de ensino e aprendizagem a partir de uma lógica mecanizada, em que os conhecimentos são trazidos segundo uma lógica de imposição do Estado, sem considerar as demandas específicas da comunidade e suas formas de organização interna. Essa escola de repasse ignora e violenta as formas de ser de primeira ordem que são da comunidade. É uma escola que valoriza a figura do professor como detentor e transferidor de conhecimento.

Conhecimentos que foram construídos e repassados para ele também na sua carreira anterior. Uma escola que não reflete sobre as formas de interação e valorização da diversidade de saberes ali existentes. Essa escola do repasse, ainda hoje se configura dentro de um interesse individualista e discriminatório.

Notadamente esses repasses estão presentes no dia a dia no trabalho pedagógico do professor, pois, temos ainda hoje um modelo de escola e de professores diferente dos estudantes. Não tenho medo em dizer que temos escolas e professores do século XIX tentando repassar tudo que já lhe foi passado um dia e que virou tradição no modo de pensar e agir na educação escolar.

O tempo de repassar ficou para trás com o advento tecnológico, hoje é tempo de reconstruir, refazer o feito. Mas para que essa efetiva ação aconteça é preciso investir em um novo modelo de educador porque temos um novo perfil de educandos. É preciso, para, além disso, enxergar a diversidade de educandos, as especificidades e as necessidades de cada um deles, principalmente aqueles que vivem em situações vulneráveis onde ainda hoje o uso da tecnologia é novidade.

Não nos cabe enquanto educadores nos acomodar com essa tentativa de prender os estudantes aos repasses de categorias de conhecimentos de segunda ordem, talvez inúteis a eles, enquanto pensamos que estamos causando revolução de pensamentos e de formação humana social. Cabe a nós, professores, portanto, engajar nossos estudantes na luta pela descoberta e redescoberta dos próprios conhecimentos, aqueles de primeira ordem que realmente apresentam sentidos a suas vidas e seus modos de viver com liberdade, igualdade e fraternidade. E, de uma outra forma, dar sentido à construção dos novos conhecimentos e de uma nova ciência em transição.

Os repasses de primeira ordem são as aprendizagens culturais e tradicionais adquiridas das relações que se dão nas formas de fazer e aprender na comunidade. Diferente do repasse de segunda ordem que se dá dentro das escolas na educação escolar com conteúdos determinados e encadeados num sistema de imposição, os de primeira ordem são aprendizagens espontâneas que levam os sujeitos a formação de experiências, de vivências e sobrevivências desde longos tempos. Constitui-se assim duas classes de repasse, a primeira que leva em conta uma identidade de um povo e outra que no seio desta identidade ignora sua presença ao apresentar uma única visão de formação da sociedade.

Neste contexto, há gente que pense que a escola é um espaço da educação, onde os alunos vão para receber conhecimentos e não interagir e construir uma prática de

desenvolvimento intelectual e social, separando o aluno do seu espaço de vida, da sua comunidade. Por isso essa gente pensa ainda que a educação é somente a escolarização, a transferência de aprendizagem do professor para o aluno.

Outras pessoas pensam na escola como espaço de transformação, de construção e reconstrução do sujeito, um espaço de inovação social, que a escolarização é um processo mediado pelas práticas culturais e tradicionais da população onde a escola se insere. Pensar na inserção da comunidade na escola, é pensar no processo de inclusão das identidades de contrastes.

Num sentido mais humano da educação, grande parte dos sujeitos acreditam que a função desse processo não é transmitir, e de fato não é. Por isso, vem buscando o diverso e defendendo que a interação educativa não cabe jamais ao limite da escola e da sala de aula. Defende uma forma de educação onde o sujeito crie e recrie a sua capacidade de crescimento e de transformação daquilo que sonha em ser.

A escola da educação é entendida aqui como um espaço designado único e legítimo de conduzir os processos educativos, formativos do cidadão. No entanto, essa escola me parece um presídio sem portão, onde os sujeitos dela tem os portões abertos para sair do conformismo, criar e recriar suas práticas inovando e dando outros sentidos para a educação escolar. Um sentido mais forte, com uma ampla de formação, onde a identidade do sujeito esteja em primeira ordem nesse processo de formação. Porém, me parece óbvio dizer que essa escola é um presídio sem portões porque as portas estão abertas, mas os gestores, os educadores, os estudantes e a comunidade estão presos a um sistema de forte interesse capitalista que acabam aderindo e não enxergam os portões para a vida.

Convém dizer que não sou eu quem estou abrindo nem mostrando esses portões, eles estão abertos desde quando nós resistimos às escravaturas e decidimos lutar pela liberdade e pela vida. Liberdade de vida é liberdade em sua plenitude em todos os sentidos, por isso é que vale lembrar que não podemos deixar que esse sistema nos aprisione e nos tornam escravos de nós mesmos e de um interesse minoritário exclusivo, discriminador, excludente e formador de operários aprisionados sem portões.

A educação em si não é o trabalho gestado na escola nem os processos de formação por ela adquirido. A educação em si é o próprio sujeito que faz desses processos de lutas as mediações para a transposição e reconstrução de novos conhecimentos, novas aprendizagens. Então não podemos dizer que é a educação que está desenhada dentro de

um sistema compressor, discriminador, subalternizador e sim nós sujeitos fontes de ideias inspiradoras e provedores de discórdias que estamos desenhados neste sistema.

Educação, se bem entendo é apenas um conceito utilizado para discutir e distinguir os indivíduos de visão esclarecida ou não, de práticas de humanização ou de servidão aos interesses de outros agentes em ação. O ato de ser educado ou de educar a si ajudar ao outro no processo educativo aí sim estou defendendo a formação do sujeito enquanto humano na sua complexidade e plenitude. Será que a escola que temos hoje, esse modelo de escola dominante e suas práticas de dominação ou de exploração considera esse conceito de educação posto no seu contexto de subalternização como formação humana? Aí está o nó da discussão. A Educação do Campo por exemplo, leva em *consideração* a vida do sujeito e do território que ele habita nas suas práticas de formação e transformação humana. Defendo essa tese porque sou fruto de uma experiência dessa educação e isso é considerar que o conceito de educação proposto não necessariamente dá conta do que é a verdadeira raiz da formação humana. Assim sendo, talvez caberia neste contexto em que ela se insere uma outra conceituação e não apenas de Educação do Campo, já que suas práticas estão para além dessa arraigada concepção.

Acredito que essa ideia de generalizar todos os tipos de formação do sujeito, seja para a vida, para o mercado do trabalho ou para outra coisa, apenas com o conceito de escolarização sem levar em consideração nem enfatizar melhor esta ou aquela formação, está ligada aos interesses capitalistas. O populismo acha bonito falar em educação e se alastra defendendo que suas ações são perfeitamente educativas. O fato é que a discussão de que tipo, para que, para quem, como, onde, com quem, etc. essa educação se dá é uma questão pouco aprofundada até hoje. Desconsidera a sensibilidade de ter nesta discussão a participação dos diferentes sujeitos para direcionarem os rumos da educação que se deseja. Uma participação que redireciona e reconfigura o significado desse conceito de educação que hora oculta os diversos saberes ao assumir a direção linear conspícua e acumulativa de riquezas também pela oferta da dita “*educação*”.

Do conjunto de paradigmas que leva a educação numa direção da formação operária dos sujeitos dentro do contexto da educação que tem uma outra dimensão de formação do sujeito é que a Educação do Campo toma outra concepção e posição na restituição dos campos e na formação dos cidadãos. Já dizia Brandão (1940) que “ninguém escapa da educação”. Com isso ele afirma aquilo que comentei, que o conceito de educação não é meramente essa formação dirigida nem tão pouco, ele dá conta da verdadeira formação humana. Então, ainda de acordo com o autor, a verdadeira educação ou formação humana

é quando aparece outras categorias de especialidades sócias, aparecem as de saber e as de ensinar a saber. Este é o começo do momento em que a educação vira o ensino, que inventa a pedagogia, reduz a aldeia à escola e transforma “todos” no educador (Brandão, 1940, p. 27).

Neste sentido, a educação quilombola hoje, diferente do que o quilombo nos ensina com suas práticas culturais, tomou um caráter fatigante. Ela se apresenta numa forma de exploração capitalista rastejante. Aqui e ali será preciso reafirmar que a educação existe no imaginário das pessoas, mas que esse imaginário está baseado em duas vertentes, uma que discute e a defende como prática de libertação e outro que a vê e a usa como meio de exploração para o capital, é o caso da educação opressora e a educação libertadora.

Antes mesmo de existirem escolas já existia a educação por todas as partes, então nota-se que neste sentido o próprio homem e o meio ambiente são os principais elementos da verdadeira educação. Por isso que apresento aqui o conceito de Ecolinguística, pois ele mostra toda essa relação do indivíduo com o meio ao passo em que essa relação é a que o forma como homem. No entanto, é preciso descentralizar nosso modo de ver e encarar o próprio conceito de educação. Ele aparece como paradigma limitador da compreensão de formação do sujeito na sua totalidade, discutido e baseado apenas nas práticas da escolarização técnica.

É o *Saber* que faz o homem e a educação não o homem que faz o saber e a educação. A colonização desse nos leva para um mundo da mercantilização e a descolonização do saber nos transforma para que possamos transformar o meio numa verdadeira prática de humanização.

Ao afirmar que o saber faz o homem e a educação, estou dizendo que o indivíduo só se torna sujeito da sua consciência porque a princípio se relaciona com o meio natural, onde de alguma forma o saber está pré disponibilizado para o aprendizado.

Como disse Brandão (1940, p. 22) “tudo que é importante para a comunidade, e existe como algum tipo de saber existe também como algum modo de ensinar”. É neste sentido que podemos perceber que o saber faz a educação e o homem e não o contrário. É verdade que ensinar é um conceito educativo, mas ele dentro da educação formal toma um caráter de subalternização e não de libertação da diversidade e dos diferentes modos de saberes e fazeres dos sujeitos. Assim, ainda de acordo com o autor, o objetivo dessa educação é reduzir as ações dos indivíduos numa ordem social, necessária para servir aos interesses do domínio do capital privado.

A verdadeira educação a que chamo atenção aqui é a Formação Humana. É o meio pelo qual o saber tradicional se apresenta ao desenvolver suas potencialidades de libertação e ajudando o outro a adquirir também a capacidade de se libertar através de práticas simplistas e tradicionalistas levando em consideração a realidade de uma comunidade por exemplo.

Pois,

“A Educação não é mais do que o desenvolvimento consciente e livre das faculdades inatas do homem”;

“A Educação é o processo externo de adaptação superior do ser humano, física e mentalmente desenvolvido, livre e consciente, a Deus, tal como se manifesta no meio intelectual, emocional e volitivo do homem”;

“O fim da Educação é desenvolver em cada indivíduo toda a perfeição de que ele seja capaz”;

“É toda a espécie de formação que surge da influência espiritual”
(Sciacca, Herman Horse, Kant e Krieck in Brandão, 1940, p. 62-63).

Por estas definições antes mencionadas é que o paradigma do conceito de educação dentro do contexto hegemônico deixou de ser um ato de valorização dos saberes da tradição para a transformação humana e passou a ser um tanto restrito com vistas aos interesses burgueses. Daí a necessidade de discutir e perceber com uma visão mais holística como chama atenção Couto (2007) para o próprio conceito, já que entendemos que o verdadeiro ato de transformar é uma ação anticapitalista, humanística que brota do espírito natural do homem e das suas relações com o meio que ele vive.

Então, o conceito de educação como paradigma que também recruta minorias e exclui a maioria dos espaços de discussão dos rumos do desenvolvimento do país e da igualdade da sua nação é um fator chocante e profundamente discriminador. Gerador de tanta injustiça e desigualdade no mundo. O mesmo é acima de tudo um paradigma que contribui para divisão e exclusão social.

A escola da educação é justamente esta escola que exclui os sujeitos de vida e suas experiências do processo de ensino aprendizagem. É uma escola que capitaliza o ideário dos sujeitos e procria uma meta repetitiva e acumulativa de poder de uns sobre os outros ignorando todas as formas de relações humanísticas.

3.2 A educação formal como continuidade do domínio e assujeitamento dos povos e dos conhecimentos tradicionais

*Se apresento minha cultura alguém chama de rituais,
Se apresento minha língua alguém chama de dialetos,
Se apresento minhas ideias são chamadas de informais,
Se apresento minha escrita diz que faltam pontos finais,
Se eu me apresento diz que fui longe demais, uma forme muito incerta,
A ciência nos chamam de fontes primárias, secundárias e tais, fontes de descobertas,
Tentam nos encarcerar como se fôssemos animais em oferta,
Mas somos fontes resistentes, canais de inspirações,
Somos a ciência viva, nós somos a Educação.
(Adão Fernandes)*

A educação formal para as populações quilombolas foi pensada para atender apenas os interesses dos governantes em continuar dominando o povo quilombola que oficialmente já dizia liberto. No entanto, de tal forma veio essa educação formal, construída dentro de um sistema excludente e hegemônico que nega a falar da verdadeira história das lutas africanas para a construção do País. Nessa educação, a relevância da luta e as identidades do povo histórico são ignoradas. E, é por aí que começa meu interesse pela pesquisa sobre a educação na comunidade Vão de Almas, como ela está sendo pensada e projetada para as crianças que certamente se responsabilizarão pelo futuro da sociedade.

Neste sentido é que também quero firmar nosso direito à diferença, como bem escreveu Moura (2005) no livro “Superando o Racismo na Escola”.

No livro citado acima, o autor apresenta um artigo que fala sobre o direito à diferença. Antes de adentrarmos nesta questão é importante pensar de antemão, sobre o respeito que devemos ter com a diversidade étnica e cultural do nosso Brasil.

O objetivo do artigo é trazer reflexões acerca do papel da escola na formação dos sujeitos e na afirmação das identidades dos diferentes grupos em suas especificidades. Como bem salienta a autora, “à luz da experiência dos quilombos contemporâneos”.

A autora também destaca que fazer diferente daquilo que o sistema impõe, é um desafio dentro das escolas. Porque as escolas precisam construir novos espaços pedagógicos, viabilizando o fortalecimento e a valorização dos múltiplos saberes e das múltiplas identidades. E que ambos, uma vez reconhecidos e valorizados se integram à identidade da sociedade como um todo.

O currículo escolar e o calendário sócio cultural tradicional são importantes instrumentos de luta que a escola deve oferecer nesta perspectiva de levar os alunos a não somente conhecer suas origens, mas tomar consciência da sua identidade(s) enquanto

cidadão brasileiro e se transformarem. Pensar na diversidade de indivíduos de comunidades tradicionais que negam suas origens pelo Brasil afora, é se desafiar em entender os motivos pelos quais a escola não permite que estes sujeitos conheçam sua própria história. E mais, é entender também que a escola, como elemento concreto, é apenas um espaço de encontro dos grupos, e que jamais haverá consciência desse reconhecimento sem que se reconheça o todo como mais que a soma das partes.

Devemos levar em consideração outro elemento dessa dicotomização entre escola sujeito e identidade, porque ela não vem somente da escola, mais da falta de humanização por parte da maioria dos professores que estão na condição de mediar essas informações. Os professores estão na condição de fazer essa mediação valorizando a diversidade cultural de cada local em cada escola, e na minha escola de inserção percebo que há uma necessidade de incluir nas práticas as nossas tradições.

O manejo da mandioca é um exemplo de cultura importante e concreto abordado na minha compreensão em relação à educação e a construção de um calendário agrícola para a educação da comunidade. Pois, é no processo do “fazer” que a educação informal ocorre formando identidades, e dando a cultura melhor visibilidade.

A grande diferença como aponta Moura (2005), nesse repasse de saberes é que na comunidade isso ocorre de forma sobrenatural e na escola os conteúdos ofertados estão desvinculados da realidade dos alunos e seguem um padrão acultural. Assim, a educação formal desconstrói nos estudantes o sentimento de pertencimento da sua raiz e de sua própria vida.

Nos quilombos contemporâneos, as culturas ainda são repassadas aleatoriamente, esse repasse nos mostra o calendário agrícola ainda experimental. Compreender e aprender a importância deste calendário para a educação escolar quilombola reforça nossa compreensão do conjunto de possibilidades de resignificação das identidades contrastivas. Desse modo, o resgate do trabalho produtivo das raízes tradicionais como o trabalho manual e intelectual de manejar a mandioca para o contexto da educação trará sentido para a vida dos sujeitos, e isso faz com que eles busquem suas identidades mesmo num processo de contrastividade.

Moura (2005) vai além afirmando:

a construção deste currículo invisível constitui assim um processo histórico no qual a linguagem e, em especial, as linguagens musicais e corporais, desempenham um papel essencial, remetendo a uma história de longa duração. Por isso, são as festas

que potencializam, dão movimento e vida a esses valores transmitidos ao longo do tempo e recriados face às exigências do presente (MOURA, 2005, p. 73-74).

O mesmo pode se pensar sobre o calendário agrícola da comunidade. Pois, é na cultura expressiva do manejo da mandioca, onde muito dos valores de convivência na comunidade são passados, e isso expressa também o currículo invisível. O currículo invisível está dentro da modalidade da construção da identidade por si própria, ou seja, a comunidade tem suas formas de construir, reconstruir, passar e repassar os valores na continuidade da vida. Por outro lado, pelas históricas experiências lidas com a terra guardadas na memória e contadas para sociedade como um todo. É também aí na cultura agrícola que saboreamos as delícias que a mandioca oferece como o bolo, o banquete feito com a farinha / ou a farofa entre outros sabores.

Com isso, quero não só respeitar os referenciais curriculares nacionais, mas efetivá-la na prática educacional da vida dos quilombolas a partir das quais se constrói suas identidades. Mas não estou aqui desprezando a cultura universal que é um patrimônio comum a todas as espécies viventes. A questão é vincular nossas práticas do campo com as da educação escolar e reafirmar os valores da identidade local, bem como também da identidade de mundo global.

Esse modelo de educação pensada no contexto tradicional e vinculada às práticas tradicionais permite que os estudantes respeitem os diferentes e sejam eles diferentes. Só assim, segundo Moura (2005), a escola poderá, levando em consideração as diferenças étnicas dos alunos, reconhecer integralmente o seu modo de educação formal. Isto é, ao reconhecer e valorizar o outro ela reconhecer-se-á a si mesma dentro da sua formalidade e totalidade.

Na nossa contemporaneidade, a educação é uma questão a ser tratada com um olhar de 360° e fixar nossos olhos na raiz do que forma as comunidades fazendo com que existem diferentes identidades. Já sabemos que a população campesina é ainda desprovida de saneamento básico, de desenvolvimento sustentável, portanto, esses povos não se reconhecem enquanto seres humanos de direitos, que tem sua própria cultura e modo de viver. E que com respeito a suas vidas eles respeitam a vida dos demais grupos étnicos. É aqui no respeitar a própria vida e a vida do outro que devemos transpor nosso olhar de forma ampla e é assim que a sensibilidade humana irá prover a transformação de mundo.

O que quero dizer com tudo isso, é que de fato, a escola não leva em consideração os conhecimentos que os alunos trazem para a sala de aula de sua própria vivência no seio

familiar ou comunitário. Esses conhecimentos outrora retratam uma história avassaladora que forma em particular a cultura social.

De fato, se faz urgente, construir não somente currículos que respondem a essas especificidades, mais também que formem educadores capazes de serem interlocutores destas duas faces da identidade contemporânea e construir novos espaços educativos dentro dos que já existem e outras especificidades. Podemos, quem sabe pensar um Instituto Kalunga Agrícola (IKA) adequado as demandas do calendário agrícola e cultural da comunidade e integrado aos períodos de leveza dessas atividades agrícolas locais.

Faz-se necessário pensar em um IKA pelo fato da necessidade de implementação de novas pedagogias, novos currículos, novos cursos de formação, da necessidade de proposição de um calendário integralmente vinculado à realidade local, à cultura, à identidade e comprometido com a formação social na Educação Escolar Quilombola.

Aqui, foram discutidas uma realidade e uma questão visível a respeito da necessidade de promover avanços significativos na educação escolar quilombola. Justifica-se também esse trabalho à luz desta nova experiência, no momento em que o fazer novo e diferente nos dá essa possibilidade de seguirmos em frente.

3.3 A Escola Estadual Calunga I sede e os anexos

A escola Estadual Calunga I sede fica situada na comunidade Kalunga Vão de Almas no município de Cavalcante Goiás na Fazenda Lagoa próximo às margens do rio Paranã. É uma escola que funciona como escudo de várias outras escolas. Ela responde por um conjunto de extensões espalhadas por toda parte do município, inclusive pela escola Estadual Calunga I Extensão Santo Antônio. A Santo Antônio é unidade na qual o trabalho de pesquisa está focado com participação direta de estudantes e professores que atuam nela, a mesma fica na Fazenda Gameleira, aproximadamente seis quilômetros de sua sede.

As demais extensões geograficamente estão espalhadas em torno do município, e encontram-se bem mais distantes da sede. Temos as escolas: Municipal Maiadinha, Escola Vereador Anedino, Escola Municipal Órfãos, Escola Municipal Planalto, Escola Municipal América de Deus Coutinho, Escola Municipal Joselina Francisco Maia ambas, extensões da Calunga I.

No total somam-se nove extensões e a sede. Para todas essas escolas existia até 2017 um único Projeto Político Pedagógico (PPP) construído em torno das características

que apresentam a sede. Esse PPP embora exista, percebo que não foi apresentado para as escolas, pois na Santo Antônio, onde a pesquisa está sendo descoberta só foi possível encontrar o mesmo em função da luta e da minha insistência em apresentá-lo aqui.

Hoje, todas essas escolas tiveram um grande avanço em relação ao PPP, pois cada uma delas com base no que já tinha, puderam r no início do ano de 2018, parar para rediscutir o antigo PPP, redefinir, e reconstruir um exclusivo para cada extensão de acordo com suas características e necessidades. Isso foi um grande avanço, pois nesta reconstrução do PPP direcionado para cada extensão implementamos um plano de ação que possibilita o trabalho escolar voltado para nossa realidade, bem como ações que sinalizam a necessidade urgente de um calendário escolar específico.

E esse calendário há muito tempo vem sendo discutido. Hoje, ele se encontra prestes a mudanças, pois de acordo com a diretora já era para termos tido reuniões com a comunidade para efetivar essa mudança, mas nessa época em período de “z’águas” (período de bastante chuvas) tornou-se difícil ainda mais o acesso e a mobilização dos interessados nesse processo de alinhamento das ideias para promoção das mudanças.

Não se sabe ainda quais mudanças ocorrerão nesse calendário, mais uma delas posso dizer aqui que é o respeito da época de plantio e colheita da agricultura local. Época representada pelos meses principalmente de dezembro, janeiro e fevereiro, e eu ousaria em dizer até o mês de março. É claro que essa adaptação vai estar prevista e respeitando também o quantitativo de dias letivos, por isso não posso adiantar como vai ser, até mesmo porque temos um calendário local repleto de manifestações agrícolas que vai ser preciso estar pautado e valorizado nessa mudança do calendário escolar.

A razão pela qual esse PPP era um tanto desconhecido pelas escolas e professores é a ausência de políticas públicas específicas e a quebra de autonomia das escolas e da comunidade em direcionar e inserir a própria identidade na educação escolar dos seus filhos. Isso também apresenta para mim tentativas de unificar e padronizar a cultura e a educação no Brasil.

O PPP, assim como o currículo, como também o calendário, são também grandes balizas que reprimem a educação escolar quilombola e a obriga seguir regras elementares totalmente descontextualizadas com suas vidas aqui pontuando as escolas antes referidas. Porque os mesmos antes não tinham o mínimo de dedicação aos princípios éticos da vida dos povos tradicionais e hoje já se vê algumas mudanças. Uma delas é a reconstrução do próprio Projeto Político Pedagógico,

A escola Calunga I sede, hoje atende cerca de uns 50 estudantes desde o 1º ano do Ensino Fundamental até a 3ª série do Ensino Médio. Tem um quadro composto por 10 funcionários sendo sete deles educadores. Essa escola por ser núcleo, muitas vezes se apresenta em situações de precariedade no atendimento educacional pois se sente desprovida de políticas de apoio para um bom desenvolvimento educacional dos estudantes com respeito a cultura e a identidade nas suas especificidades. Desse modo, os próprios educandos se sentem desestimulados.

Já a extensão Santo Antônio como já apresentada, apesar de uma maior e crescente demanda de estudantes a cada ano, só em 2018 passa a oferecer atendimento do Ensino Básico completo, foi promulgado o primeiro ano do Ensino Médio. Só neste ano a escola atende mais de 100 estudantes desde o pré-alfabetização até –o primeiro ano do Ensino Médio. Bom, o que nos interessa aqui na verdade é saber que apesar de todas as demandas que a escola apresenta, e de algumas conquistas já consolidadas, não parece ser favorável para que as políticas públicas da Educação Escolar Quilombola se efetivem.

Em contrapartida a escola hoje busca entre meio algumas vertentes que existem, apresentar alguns princípios filosóficos da cultura Kalunga tentando garantir o espaço de uma identidade num contexto discriminador e subalternizado.

Voltemos a Sede Kalunga I quanto a sua estrutura física. Ela contém dois prédios, um mais antigo que contém duas salas de aulas já descaracterizadas que hoje servem de depósito de alguns materiais e gestão de ensino para uma turma. Tem também uma cantina e dois dormitórios onde alguns dos professores se hospedam. Já o prédio novo possui quatro salas de aulas e dois banheiros onde atualmente as aulas estão sendo desenvolvidas. A escola atende crianças da rede estadual nos períodos matutino e vespertino.

Indo para a extensão, a estruturação física da Santo Antônio apresenta quatro salas de aulas e dois banheiros em um dos prédios. Encostado neste foi construído um outro com espaço de refeitório e praça de alimentação. Todos os dois já apresentam deformação na estrutura devido as precariedades da construção.

É válido lembrar que algumas outras características das escolas não estão apresentadas, mas como a maioria das escolas rurais nos quilombos, não temos bases que suporte toda nossa demanda de educação, aqui me refiro questões de bibliotecas, secretarias, informática e ampliação de salas. Exemplo disso, na abertura do primeiro ano do Ensino Médio agora em 2018 fez com que uma sala de aula da rede estadual funcionasse no período matutino no espaço do refeitório

As fotos abaixo, do lado esquerdo mostram a estrutura da escola e do outro lado localizam uma sala de aula de improviso onde o trabalho educacional é ministrado no refeitório. Isso reflete a necessidade de Políticas afirmativas e inclusivas na educação escolar da nossa comunidade, o que não é diferente para muitas outras comunidades tradicionais que as vezes deparamos com a falta até mesmo de um prédio escolar.



Fonte: acervo do pesquisador (Escola Santo Antônio 29/02/2018)

3.4 Educação para plantar, colher, replantar e sustentar as novas gerações: diálogo com pesquisadores Kalunga do Vão de Almas

*A Educação não se transfere, nem deposita em outro cidadão.
É uma liberdade de escolha, do sujeito em formação.
Educação não se vende, nem se compra de um cidadão.
Porque ele próprio é o objeto e o sujeito da educação.*

A Educação é a sede, a fome da população, o esconderijo e o descanso do trabalho de adaptação.

A Educação é o fogo, a água, o ar, a rocha em decomposição, é como uma flor que desabrocha num processo de instigação, onde a Terra é o alimento para fome de toda nação.

A Educação não unívoca, elas podem e tem uma direção, mas ela acontece de um jeito que pode não haver explicação.

A Educação é uma brasa que queima nossos corações, é a chama que nos derrete quando o amor vira paixão.
A Educação é o começo, o fim e o meio em tramitação, é a ligação das partes ao todo de geração a geração.
(Adão Fernandes)

Alguns outros pesquisadores, já trouxeram em estudos anteriores, à título de conclusão do curso em Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), como alunos de graduação elementos que compõem a pedagogia Kalunga. Temas centrais como: “Sistema Agrário da Comunidade Kalunga Vão de Almas” (ROSA, 2015) “Variação Linguística da Comunidade Coco” (GONÇALVES, 2015) (uma extensão da variável dentro do Vão de Almas), “Sustentabilidade Ambiental na Comunidade Vão de Almas: uma pesquisa na perspectiva Ecolinguística”, (CUNHA, 2015) “Jogos no Ensino de Química para a Educação do Campo: bingo da tabela periódica” (CUNHA, 2015), dentre outras temáticas pesquisadas apontam um jeito diferente de se educar e se reeducar, se reerguer que transformam as ações de convívio e sobrevivência numa pedagogia da existência.

Essas pesquisas refletem todo um processo de mudanças que vem tentando acontecer dentro das escolas do campo, principalmente das escolas Quilombolas. São elementos novos que ainda não ganharam importância no âmbito da inclusão e da mudança da educação, porque as escolas de certa forma ainda resistem ao novo.

As escolas sempre tiveram pelo seu processo de uma educação imposta sempre teve dificuldades em lidar com diversidade ou pluralidade e as diferenças entre essa diversidade. Há na sua forma de trabalho uma tendência ou neutralizá-las. É evidente e parece ser confortável padronizar e homogeneizar a produção dos conhecimentos e a formação dos sujeitos. No entanto, buscar abrir espaços para a inclusão dessa diversidade e fazer um cruzamento dos saberes da tradição com os conhecimentos científicos constitui-se em um grande desafio que a construção deste calendário agrícola hoje já enfrenta.

Por educação entendo que é todo ato de relações e inter-relações harmônicas do indivíduo com o meio natural, social, mental e do meio em conjunto com o próprio indivíduo. A essas relações já foram dadas nome que as caracterizam na sua totalidade. Autores como Couto (2007), Araújo (2014) et al quem as nominaram de *Ecolinguística= estudo das relações entre a língua e o meio ambiente*. Esses paradigmas são modelos nos processos de exclusão social dos menos favorecidos e obstrução dos conhecimentos

lendários ou centenários para negação da existência desses na sociedade da capitalização da vida.

É importante salientar que os paradigmas que provocam o aumento de exclusão na educação, provocam também outras práticas de exclusão social. Assim, os mitos postos, em relação ao atraso da educação no campo, são paradigmas inseridos no discurso capitalista a fim de dizer que as populações tradicionais, estando elas ocupando o campo são atrasos para a economia do país. Portanto, não faço levanto uma hipótese que no pensamento deles não se deve investir dinheiro público na educação escolar rural, pois é um desperdício de economia e de energia aplicada a essas populações.

Há por tudo, uma intenção urbanocêntrica e imperialista do incentivacionismo capitalista. Por esta razão pretendo esclarecer algumas questões paradigmáticas que refrata sobre a vida e a educação no campo, e condena as populações camponesas como o atraso do desenvolvimento e da sustentabilidade do país.

Alguns paradigmas aqui serão tratados a partir de um contexto quilombola e um olhar diferenciado sobre os aspectos da educação escolar. Pois é bem verdade que a educação no seu contexto atual, assim como os sujeitos dela, somos vítimas da subalternização, e atribuímos nossos esforços, embora sem querer ao acúmulo do capital na minoria de outras mãos.

Por esta razão almejo discutir e contrapor ideias acerca de muitos dos paradigmas postos para a negação da qualidade da educação e da vida humana da classe oprimida. Toda a discussão é em função de uma apresentação de princípios educativos contra o capitalismo desenfreado e contaminado que vai se alastrando pelos campos onde ainda existem pessoas de resistência ancestral.

É com lástima que lamento o descaso nas Políticas de Educação Pública na minha comunidade. As mesmas deveriam ser exercidas com objetivos transformadores em função da liberdade de pensamento e sonhos humanos visando a formação do cidadão na sua totalidade no Estado. No entanto, a concepção de políticas públicas exercidas também na sociedade civil se torna o maior paradigma causador do descaso na promoção da transformação e regride nos combates das lutas contra as desigualdades e injustiças no mundo contemporâneo, do acesso como um todo na comunidade.

Acreditando em transformar essa realidade educacional que temos hoje na hoje, busco entender por meio do contexto da comunidade, bem como também por meio da geografia e da arte a localização dos estudantes neste espaço, os desafios e as facilidades do dia a dia para acessar a Educação Escolar, por isso falar do processo e do período de

chuvas e também da localização dos estudantes na comunidade em relação a escola de atuação é importante neste momento.

As Chuvas - durante o período chuvoso, a comunidade Vão de Almas torna-se ainda mais de difícil acesso. As estradas rodagens, as trilhas cavaleiras e pedestais com as chuvas, apresentam ainda mais empecilhos. Os rios que banham a comunidade também dificultam o tráfego, pois não tem pontes. Assim sendo, as aulas no período chuvoso ou de cheia dos rios ficam comprometidas, mesmo em alguns casos tendo a canoa (canoa=pequenos barcos) para travessia dos estudantes.

Há um enorme esforço tanto dos estudantes, como dos pais, professores e da equipe gestora da Secretaria de Educação para que as aulas ocorram normais, embora saibamos que é quase impossível. É uma luta tremenda e diária para que os estudantes da comunidade tenham acesso à Educação escolar. Há também um esforço incansável de toda a equipe de gestão para que esses estudantes não sejam prejudicados e consigam vencer o ano letivo com avanços significativos. É uma realidade que é desprezada por muita gente que não vive e convive na comunidade no dia a dia.

Essa realidade muitas vezes perpassa nossa capacidade de organização. Pois para que esses casos sejam minimizados dependemos de fatores externos, longe do alcance das nossas mãos, neste caso, das políticas de liberdade, igualdade e fraternidade, atuando nestas questões.

Distância - é um conceito muito pejorativo para definir o sofrimento dos estudantes em chegar até a escola. A esmagadora maioria destes estudantes moram longe da escola, e chega a percorrer a pé, a cavalo ou de bicicleta, quando a tem, uma média considerável de 4até 9 quilômetros de distância. Do ponto de vista dos avanços e do desenvolvimento educacional isso é um desfalque, um fracasso nas políticas públicas de educação nas comunidades tradicionais, pois o transporte de hoje não atende as necessidades apontadas, uma vez que a demanda não é somente para se ter transporte e sim também das condições favoráveis para a movimentação dos estudantes, incluindo melhorias nas estradas, pontes, etc., para que se viabilize o acesso à Educação Escolar.

Só para ter uma ideia melhor, o transporte escolar da Unidade pesquisada esteve paralisado desde os dias 12 de dezembro de 2017 até os dias 27 de fevereiro de 2018. Ou seja, tirando o período de recesso que começou aos dias 18 de dezembro de 2017 e prolongou até aos dias 19 de janeiro de 2018 foram mais de trinta dias sem transporte. É importante lembrar ainda que aí não estão incluídas as várias semanas que durante o ano

falta diesel e manutenção do carro. A ilustração abaixo aponta a paralisação do transporte estacionado no pátio da Igreja próximo a Unidade escolar no período antes mencionado.



Fonte: acervo do pesquisador. Micro-Ônibus da escola Santo Antônio 23/02/2018)

É preciso trazer um diálogo sobre a Lei 10.639/03 junto com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola que assegura nossos direitos políticos de educação e de condições de vida para acessar essa educação e o Currículo Referência do estado de Goiás.

3.5 A escola é o saber, a educação é o fazer

*Na escola do Saber,
escrita eu não sei fazer,
leitura eu não tenho domínio porque não existe ABC.*

*Na escola do Saber,
o ensino é o fazer,
a escola é o ambiente onde a luta vai exercer.*

Na escola do Saber,

*ensinar é aprender,
o trovão não é chuva nem plantar é colher.
Na escola do Saber parede nunca pode ter,
o Fazer não pode estar preso ao exercício do escrever.
Na escola do Saber, a educação é o Fazer,
o aluno é quem ensina o professor é quem vai aprender.
Na escola do Saber tenho mais três coisas a dizer,
o amor é quem direciona, a exclusão passa a ceder,
a Natureza é quem ensina é a professora a escola precisa conhecer.*

(Adão Fernandes)

Para atender às minhas perspectivas, é válido lembrar que a escola é um dos espaços responsáveis pela instauração dos processos de promoção da cidadania respeitando e valorizando a matriz cultural, bem como buscar a equidade da luta consistente para a materialização da identidade de cada povo. A educação é base da vida, sobre a qual se materializa os pensamentos, os desejos e os sonhos na complexidade de um povo. Mas somente uma educação alinhada e ajustada a pluridiversidade étnica será capaz de proporcionar as condições de materialização dos sonhos. É através dela que encontramos também as potencialidades e possibilidades do diálogo entre os saberes em conformidade com a Lei 10.639/03 que é um marco fundamental na conduta deste alinhamento do pensamento de transformação da sociedade.

Não tenho dúvidas em afirmar que a sustentabilidade da vida em sua totalidade passa pela transformação do sujeito. E essa transformação só será possível através de uma educação que vise não somente as somas das partes como um todo, mas que respeite o mundo e os seres que nele habitam. Que esse respeito se dê de modo sobre o qual se possa desfrutar com tranquilidade do que a Natureza oferece a luz da paz no mundo.

É preciso compreender que uma proposta de inovação de educação só é possível com a participação dos sujeitos de experiências profundas e com o respeito ao habitat, os modos de vidas, a realidade desses. Pois eles sabem das potencialidades que a natureza oferece, reconhecem e usam-nas a favor de sua sustentabilidade vital.

Nota-se nessa realidade a presença a vivência e a revivência de um passado que perpetua na presente vida, e esse passado está muito e bem representado pelas manifestações artísticas e culturais de cada grupo tradicional.

O desafio aqui é construir um calendário que dê condições e abertura para novas propostas de pedagogia para as escolas do campo especificamente quilombolas. Um calendário que permeie todos os espaços de vida dando novas condições de respeito do eu e do outro e de multiculturalização da educação formal no campo.

A roça de toco (Roça= lugar de cultivo na comunidade) nesta discussão entra porque ela representa parte da base deste calendário, sendo que a base toda é o conjunto de práticas, saberes e fazeres que se dão ao manejá-la. É a partir dela, da roça que todo conhecimento teórico e prático do trabalho agrícola da comunidade Kalunga aparece para fomentar minha intenção sobre o desafio proposto. Entender o porquê de cada toco (Toco= ponta de madeira que fica de pé depois que roça e derruba a mata) é complexo aqui. Pois os mesmos não são tidos como obstáculos, mas sim como indicadores do fortalecimento do trabalho e da luta de resistência que vai de encontro com a sobrevivência, e mais que sobrevivência, da própria vivência e existência enquanto humanos, grupos diferentes e de identidades plurais. O começo é por aí.

Por mais que se queira nenhum sujeito é capaz de escapar da educação. Seja na escola, em casa ou na roça, de algum modo estamos envolvidos com ela. A educação como já disse Brandão (2002) “pode existir livre, entre todos” são maneiras, ideias, saber, crença em comum, aquilo que ainda de acordo com o autor “é comunitário como bem, como trabalho ou como vida”.

Ele vai mais longe dizendo que:

A educação é, como outras, uma fração do *modo de vida* dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzam e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam e aprendem, o saber que atravessa as palavras da **comunidade**, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar- às vezes a ocultar, às vezes a inculcar- de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem (BRANDÃO, 2002, p. 10 e 11).

A colocação do autor coaduna com aquilo que já disse a respeito da educação contextualizada, tendo em conta a realidade de vida da minha comunidade a partir do manejo da mandioca. É por esta razão que reafirmo a necessidade do calendário agrícola como proposta de inovação da própria educação, A educação se apresenta, com confirma

o autor, na forma de inventário complexo de relações familiares interpessoais. Ou seja, a educação é objeto da relação humana de modo natural entre os indivíduos e o meio.

Essa relação apresenta a rede de trocas de saberes. Daí a educação começa com outros grupos inclusive entre educadores e educandos. Mas o que me interessa em primeira ordem neste trabalho não é a educação entre educador e educando. É um outro espaço educacional que é o lugar da vida e do trabalho da comunidade.

A casa, o templo, o mato, o quintal, a roça de mandioca que naturalmente dão eficiência para a proposta motivacional de mudanças radicais na formação do ser e transformação social aqui referida. Aí sim, estamos discutindo a origem e a verdadeira educação que forma sujeitos para a vida e não para serem escravos de si mesmos e do capitalismo sem noção.

Como se pode ver, este capítulo fez um resgate da memória e da história numa relação entre passado, presente, mas com projeções futuras de vivências quilombolas da comunidade Kalunga Vão de Almas.

Esse resgate feito possibilita uma aproximação um pouco maior da realidade da comunidade e da vida do pesquisador como apontado na introdução. Possibilita ainda fazer conexões entre as educações. Num sentido de trazer outras visões da verdadeira educação quilombola é que foi feito estas pontes. A luta é pela diminuição das consequências enfrentadas na oferta da educação escolar quilombola. como se pode acompanhar mediante o problema exposto, os objetivos e métodos apresentados nesta pesquisa.

Para adentrarmos ainda mais a necessidade de um calendário escolar específico é que está sendo construído o calendário agrícola. E, para a construção deste, foi fundamental discutir alguns paradigmas que reprimem essa educação na comunidade do ponto de vista econômico, político e social.

E, para finalizar essa questão dos paradigmas, faço uma conexão à questão da merenda escolar. Não poderia falar de manejo da mandioca, calendário agrícola, educação, sem mencionar a questão da alimentação dos nossos alunos. A merenda, digo com muita certeza, é outro problema dentro da educação na comunidade. Tudo que se come na escola vem dos supermercados, a educação atual não valoriza a produção agrícola da comunidade, interferindo também na saúde dos nossos alunos, ofertando uma alimentação de má qualidade, com produtos contaminados pelo intensivo uso de agrotóxicos.

Se a comunidade é rica em produção, não vejo e não entendo porquê tanto descaso também na política de alimentação das crianças. Essa questão paradigmática influi sobre o bem-estar e o bem viver das nossas crianças e, conseqüentemente, sobre a construção do seu intelectual, uma vez que a comida somente industrializada, aos poucos, vai mudando o temperamento deles. Crianças hoje de 8 a 10 anos de idade já reclamam de dor de cabeça, sentido alteração na pressão etc. Arrisco dizer que não é por causa somente da merenda industrializada nas escolas, mas que essa refeição tem uma parcela de culpa, e é preciso ser reavaliado o seu papel na educação.

É preciso, contudo, assegurá-la de acordo com o que diz a Lei 11.346/06, que criou o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada conforme exposto no caderno de Diretrizes para a Educação Escolar Quilombola de 2012.

3.6. O calendário regular e realidade escolar

*365 dias vividos, cada dia tem um sentido,
São 200 dias letivos e um trabalho embutido.
Não há respeito à cultura local,
Nem a memória de quem já foi vivo,
Tem o dia de natal, ano novo e carnaval incluído,
Tem a Sexta-Feira Santa até conferência municipal
Tem o dia do trabalho, de Corpus Christi e do finado,
De nossa Senhora Santana que hoje pouco é comemorado.
Tem o dia do evangelho e de nossa Senhora Aparecida
O dia de nossa Senhora D'badia que na comunidade é querida.
Tem o dia de Tiradentes e da República Federativa
Dia da Independência brasileira uma data precavida.
Tem dia da Consciência Negra e da Escola Itinerante,
Só não tem o dia do agricultor que leva a luta adiante.
Não há dia da pesca nem da caça na educação,
Não dia da cultura da nossa população.
Assim os duzentos dias letivos não se misturam com a plantação,
Se distanciam das nossas vidas no seu modo de regulação,
Esse é o nosso calendário escolar, uma regra sem exceção,*

Como está apresentado para o cumprimento da educação.

(Adão Fernandes)

Gostaria de começar esta seção mostrando como está a organização do calendário escolar desse ano de 2018 para a educação da comunidade Vão de Almas. Pormenorizadamente faço uma apresentação por imagem e uma breve discussão sobre o mesmo na sequência.



Calendário Escolar 2018	
SEDUCE GOV. DE GOIÁS Calendário Escolar 2018	
CRECE-CAMPOS BELOS - CAVALCANTE - ESCOLA ESTADUAL CALUNGA I - 52070247	
Feriados	Legenda
01/01/2018 Ano novo	Feriado
13/02/2018 Carnaval	Início das aulas
30/03/2018 Sexta-feira Santa	Atividade escolar
01/04/2018 Páscoa	Dia letivo
06/04/2018 Conferência Municipal	Férias
21/04/2018 Tiradentes	Evento não informado
01/05/2018 Dia do trabalho	Encerramento do bimestre/Conselho de classe
31/05/2018 Corpus Christi	Dia do Trânsito nas Escolas
26/07/2018 Padroeira do município Nossa Senhora Santana	Avaliação externa
13/08/2018 Escola Itinerante Romaria Vão de Almas	Recesso escolar
14/08/2018 Escola Itinerante Romaria Vão de Almas	Trabalho coletivo
15/08/2018 Romaria Vão de Almas	Trabalho Coletivo: Replanejamento/ Finalização do Plano de Ação e Consolidação do PPP
16/08/2018 Romaria Vão de Almas	Término das aulas/Conselho de classe
17/08/2018 Romaria Vão de Almas	Retorno das aulas
07/09/2018 Independência do Brasil	Comemoração dia do Professor
12/10/2018 Nossa Senhora Aparecida	Comemoração Servidor Público
02/11/2018 Finados	Planejamento na Unidade Educacional
15/11/2018 Proclamação da República do Brasil	Dia Nacional da Saúde e Segurança nas Escolas
20/11/2018 Dia da Consciência Negra	Avaliação Dirigida Amostral
30/11/2018 Dia do evangélico	
25/12/2018 Natal	
Dias Letivos	
Dias letivos 1º semestre - 106	
Dias letivos 2º semestre - 94	
Total de dias letivos - 200	
Situação do Calendário - Aprovado em 02/03/2018	

Fonte: arquivo do pesquisador (Calendário escolar atual da escola Santo Antônio. Vão de Almas 2018)

Como se pode observar no calendário escolar de 2018, há muitas datas comemorativas, que até respeita um pouco a identidade da comunidade, mas não há nenhuma data estabelecida para discutir/trabalhar a cultura local nem tão pouco que respeite as necessidades dessa cultura.

Um destaque que se dá neste calendário em respeito à cultura local é referente aos dias 15, 16 e 17 de agosto, datas em que acontecem uma das maiores festas da comunidade. Essas datas representam pontos do calendário cultural que também é de suma importância para a comunidade e para a população do lugar. Esse calendário por hora também precisa ser construído e identificado dentro do contexto da educação, pois a comunidade consta como sua maior organização de manifesto cultural as festas tradicionais. Sua importância está na constatação e reafirmação das nossas identidades.

Mas se analisarmos bem o calendário que temos hoje nas escolas, e essa questão do estranhamento da realidade, percebemos que de fato não há espaços para esse respeito e trabalho invocado à realidade, os professores quebram regras para incluir atividades que sejam da realidade local. Por outro lado, temos alguns dias que nos parecem ser de fato de respeito à cultura, e mesmo esses dias chamados de recesso escolar por causa da cultura local são compensados posteriormente nos sábados 25 do mesmo e 29 de setembro. De

certa forma, é de entender que o momento da festa tem um pequeno respeito por parte do calendário escolar mas que efetivamente esse respeito não se dá pela identidade porque a comunidade escolar se vê obrigada a trabalhar em dias de descanso como o sábado para compensar o calendário e garantir o direito do aluno aos dias letivos mas não à própria identidade.

Uma ressalva importante que mostra um começo de valorização e respeito à comunidade e sua tradição é direcionada à um projeto chamado Escola Itinerante que já há quatro anos vem tentando desenvolver ações nos festejos das comunidades, como é o caso do Vão de Almas, Vão do Moleque e Comunidade Sucuri do município de Monte Alegre de Goiás.

Esse projeto tem acontecido nos três festejos maiores dessas comunidades, mas não tem tido uma efetividade, uma base sólida que garanta uma compreensão clara e objetiva na contribuição para a formação do cidadão. É um projeto novo que vale a pena se avaliar porque os estudantes uma vez estando na festa querem estar livres e gozar da sua liberdade de tradição, portanto não há uma participação ativa de todos mesmos, mas há uma parcela de pais de estudantes e da comunidade que acabam participando do projeto.

O projeto Escola Itinerante reúne propostas de trabalho transdisciplinar. Ele sai da escola e vai aos festejos onde estão pais, alunos, professores e outros. Tem um foco mais voltado para a cultura das comunidades, tanto que as atividades a serem realizadas hoje já são propostas pelos próprios professores e estudantes, de acordo com a sua realidade e a realidade local.

Insisto que é preciso redirecionar o sistema de educação que existe hoje em todas as comunidades tradicionais, onde o respeito a cultura e a tradição ainda não estão incluídos na educação escolar.

É certo que a Educação precisa cumprir com seus duzentos dias letivos anuais, a discussão é que esses dias possam contemplar com efetivo respeito o trabalho agrícola da comunidade, bem como os demais momentos culturais como é o caso das festas tradicionais. Nele, é preciso também estar pautado e respeitado as dificuldades/desafios que os educandos, os professores e gestores em geral sofrem principalmente no inverno, para fazer com que as aulas ocorram com tamanha satisfação. Isso foi pautado na discussão que faço sobre a política de transporte para a nossa educação na comunidade.

Me parece oportuno dizer que o calendário agrícola deve ser a chave para o calendário escolar. Portanto o reflexo que me passa dessa mudança no calendário, incluirá

prioritariamente o período em que os desafios são mais tensos, a época da “z’água”, mesma época em que o trabalho agrícola na etapa das plantações está sendo prestado. A causa desta reflexão me leva a sonhar que essa educação passará por uma reforma mais complexa, que não seja apenas pelo calendário, mas também a uma nova pedagogia se adaptar e a cada dia mais as práticas agrícolas na sua práxis ser valorizada.

Fecho esta reflexão sobre o calendário exposto, convicto de que ele é uma ponte para várias outras reflexões, e certo de que o mesmo por vezes vem aos poucos passando por transformações.

4. O CALENDÁRIO AGRÍCOLA KALUNGA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

O calendário agrícola é definido por um contínuo conjunto cíclico de atividades de cultivo da cultura local e tradicional. Tomando o cultivo da mandioca como ponto de partida para a sua representação, esse calendário tem um histórico de resistência e sobrevivência que vem se adaptando ao longo dos tempos às novas exigências temporais.

Representado pelo ciclo da mandioca como está sendo posto aqui, esse calendário tem início nos meses de junho, época onde começa o ciclo da organização para as plantações. Neste sentido, a composição do mesmo vai muito além do cultivo da mandioca, ele é composto por toda mistura dos saberes e fazeres que se dão na intersecção ou cruzamento de toda a cultura da tradição.

O calendário agrícola, num sentido mais amplo de se entender, representa uma baliza. Baliza aqui é entendida por mim como conhecimento de mundo adquirido pelo processo de vivência e convivência, de adaptação e readaptação às exigências dos quilombos contemporâneos) que vem perpetuando toda a geração Quilombola e repercutindo nas suas formas de organizações locais dos modos de existência e resistência.

Num sentido mais restrito e específico de se entender, o calendário agrícola é um tipo de educação decolonial orientado pela capacidade da comunidade de cultivar os saberes e fazeres, bem como de garantir a continuidade da vida e do sustento com os cultivos locais. Além disso, o mesmo é também uma ferramenta de apoio para a reorganização de outras formas de lutas, inclusive da educação escolar na comunidade que é um tanto desvinculada da sua realidade.

Compreendo que para a apresentação do calendário agrícola é necessário um ponto de apoio, então nos apoiamos no manejo da mandioca e a partir da apresentação de todo o seu ciclo foi possível sistematizar ideias que nos levem a entender e seguir um pouco da situação e da identidade da comunidade.



Fonte: arquivo pessoal (mandioca cultivada na casa do pesquisador em Vão de Almas 2017)

4.1 Mandioca diplantar, dicomer e divender

*Madeira que vai pra terra,
Terra que é de plantação,
Plantação que é no fundo de casa,
Casa que é feita do barro,
Barro tirado do chão.
Chão que me dava tristeza,
Tristeza e pura ilusão,
Ilusão que eu era pobre da riqueza que tinha nas mãos,
Mãos que andam calejadas,
Calejadas da foice e facão,
Facão que abre as entranhas,
Estranhas que corre as matas,
Matas que é de nação.
Nação que sustenta a vida,
Vida que vem de geração,
Geração que já foi sofrida,*

*Sufrimento da escravidão.
Falta terra, falta água, Saúde e Educação,
Faltam políticas vivas que renove a população.
Falta gente, falta luta, trabalho e iluminação,
Falta sustentabilidade e consciência dessa nossa nação.
Falta mandioca na escola nas práticas de humanização,
Falta mandioca na vida dessa nova geração.
(Adão Fernandes)*

A mandioca não é um alimento do novo mundo, ela que já vinha sendo utilizada como alimento pelo menos desde os europeus. Um dos motivos desse uso era nas grandes navegações, justamente porque era e ainda é um alimento de muita durabilidade e de fácil armazenamento.

A produção da mandioca se dá pelo cultivo, plantio das manivas que são submetidos ao solo fértil durante o período da Z'águas. As manivas ou manaíbas como é chamado na comunidade, é a parte que representa o caule da planta mandioca. A principal regra de cultivo é respeito à natureza, ao tempo e espaço esperando as datas das chuvas e as épocas certas de plantação. Não há uma regra principal, existem regras gerais que são essas de se atentar ao tempo certo de plantio, limpeza, colheita para bom aproveitamento do trabalho.

A descoberta da mandioca tem sido muito importante para a garantia da sobrevivência de várias comunidades refugiadas da escravidão desde tempos antigos, e desde então foi se aperfeiçoando os sistemas de cultivo fazendo com que cada dia mais a produção ganhasse novos perfis. Alguns destes perfis estão dentro das regras de plantio, no uso do espaçamento, da colocação das mudas nas covas, da limpeza e replantio, da colheita em épocas mais propícias, do rendimento da produção entre outras coisas. Essas regras estão relacionadas às descobertas dos negros que criaram diferentes modos de garantir o sustento.

[...] os negros criaram um jeito de fazer render a pouca comida que recebia: inventou o pirão escaldado chamado massapê, feito com farinha de mandioca e água fervente, acrescido de pimenta malagueta. O massapê ainda é usado em nosso meio rural.[...] (CISCATO, PEREIRA, CHEMELLO e PROTI, 2016, p.21).

A utilidade da mandioca e seus derivados pelos negros nota-se que têm sua importância desde tempos remotos, o que indica que é um elemento da cultura e que não

pode estar dissociado das práticas de educação formal onde eles se encontram. Como vimos acima, os negros criaram estratégias de fazer render o alimento que ganhavam e ainda hoje estas estratégias são utilizadas nas comunidades quilombolas onde maior parte do sustento vem da produção agrícola tradicional.

Neste sentido, os conhecimentos constituídos com base na utilidade da mandioca para a continuidade da vida, mostram a causalidade da educação informal. Assim, esses conhecimentos hoje são denotados ainda nos modos como a comunidade Vão de Almas veio aprimorando suas práticas de desenvolvimento do cultivo e de sustentabilidade da vida. São percebidos ainda, nas formas de organização da produção, da adaptação e respeito ao Meio Ambiente, bem como nas relações de reciprocidade entre os sujeitos. dizer desse modo, o manejo da mandioca não só está relacionado, mas também é um aspecto a ser considerado na educação como um todo na comunidade

As consequências resultantes da negação das raízes culturais, dos saberes tradicionais nos processos educativos e sociais da comunidade pesquisada são as razões pela qual escolhi tratar da questão da relação entre a forma de educação atual e o trabalho tradicional. O trabalho, assim como a educação informal, mostra a identidade cultural dessa comunidade. Essa identidade se mostra também excepcionalmente no exercício de cuidar da agricultura de subsistência onde é visível e palpável uma correlação de força produtiva que sustenta parte da vida do povo. Ali, são produzidos vários alimentos, tais como: arroz, feijão, milho. Entretanto, o que ainda hoje se mantém forte na agricultura, na mesa e na economia da população é a produção de mandioca.

A plantação de mandioca tem um significado múltiplo para a comunidade. Ela é carregada de conhecimentos cognitivos, significativos, imaginários e práticos relativos à Natureza, ao passo que representa uma maneira diferenciada de se educar através do meio natural. Neste contexto, a educação está expressa porque dentro da comunidade representa cuidadosamente a vida harmoniosa dos grupos e dos indivíduos no espaço, na terra, ou seja, o conhecimento de mundo datado de um calendário agrícola temporal baseado nas suas descobertas mundo. Prático porque é uma ação que lhes dá sustento capaz de sustentar futuras gerações.

Da madeira faz nascer uma planta, na planta se cria raiz, da raiz faz uma massa, da massa faz beiju, bolo e farinha. Esses são alimentos presentes na mesa das famílias nas mais diversas ocasiões. Os mesmos tiram da alma de muita gente, o vazio cego do medo da escuridão da fome. Pois, quando não se come, vende-se, e a venda gera lucro que possibilita o suprimento de várias outras necessidades. Fundamenta-se aí a importância

desta produção para a população bem como para a educação escolar no exercício da reafirmação da identidade.

Cada espécie e cada variedade cultivada são seres biológicos que atendem a critérios culturais de produção, de denominação e de circulação como salienta Emperaire (2005). Esses seres, ainda de acordo com a autora, estão em interação contínua com as sociedades e os indivíduos que os produzem e lhes dão significados. Os mesmos são objetos cuja existência se dá em tempo e em espaço definidos por exigências da própria natureza. São também parte da vida cotidiana do povo kalunga que se adaptam e readaptam às realidades ecológica, econômica, política e sociocultural.

O contingente das espécies cultivadas pelas populações tradicionais Kalungas e outras, é vasto. Exemplos disso, é a variedade pertencente a espécies distintas que são encontradas nas roças desta comunidade. A nomeação das espécies de mandioca é um atributo essencial para distinção das variedades e quantidades, e todas as variedades são nomeadas na comunidade cultivada. Geralmente, as variáveis são distintas e descreve uma particularidade morfológica possivelmente relacionada ao tamanho, cor, formato, entre outras características que cada espécie apresenta. Nos grupos Kalungas, descrevem também essas variedades locais por nomes de outras plantas ou até mesmo de animais como “casco de burro” “mata fome”, “molezinha”, “mata rato”, “babu”, “minguana”, “pipiri”, “castelo preto”, “castelo branco”, “castelo de cipó”, “vindoura”, entre outras. Isso é sem dúvida do cotidiano nosso, justamente porque há uma relação de causalidade nessas nomeações.

Essa diversidade nos permite atender demandas locais diversas de necessidades vitais, da valorização dos conhecimentos ancestrais, de uma educação diferenciada, e, sobretudo, de uma ação mais sustentável.

Além disso, a maximização da utilização de nutrientes e a flexibilidade do trabalho com a produção da mandioca são elementos que levam a certa estabilidade à vida na comunidade. “Deve ser tratada em termos de uma reflexão sobre o futuro de um patrimônio cujo suporte é biológico, mas cuja existência é resultado de uma construção humana. Consequentemente, trata-se também da conservação de um patrimônio cultural,” sendo ele imaterial e devendo ser abordado como tal, conforme diz (EMPERAIRE. 2005, p. 1).

No propósito de trazer um calendário agrícola em que relaciona o trabalho intelectual e o trabalho manual no contexto da educação formal a partir do estudo sobre o manejo da mandioca, uma das principais plantas cultivadas no kalunga hoje, e como a

diversidade deste cultivo é ligada a lógicas culturais de produção de novos conhecimentos e formação de novos intelectuais é que busco aqui datados na memória ancestral. Mostrando com isso a possibilidade da produção material e imaterial dos conhecimentos porque “[...] a verdadeira diversidade, a que é cultivada nos campos e roças, é desconhecida” (EMPERAIRE. 2005, p.3) sua grande importância e sua riqueza biológica no povo Kalunga resultam numa dimensão cultural de estudos com perspectivas inovadoras para o contexto educacional, desenvolvimentista e sustentável, portanto:

(...) Esse cultivo encontra-se em diferentes contextos ecológicos (terra firme/várzea) e socioculturais (populações indígenas, mestiças ou de colonos). A mandioca é tanto um alimento das áreas urbanas como das áreas rurais. A produção de mandioca é sinônimo de autonomia alimentar, seus derivados constituem também uma das raras produções agrícolas comercializáveis em um mercado ativo, porém mal remunerado; diversos tipos de farinha, tapioca, tucupi são vendidos a nível local e regional. Trata-se de uma espécie de maior importância na vida cotidiana, material, cultural e econômica “das comunidades tradicionais” (EMPERAIRE. 2005, p. 3).

Ainda hoje, quase todas as populações Kalungas têm em comum a prática de uma agricultura de subsistência com base na roça de toco, queima e pousio (pousio= tempo de descanso dos lugares de plantação) com diferentes ciclos de mandioca e períodos de manejo. Certamente porque vá de acordo com a demanda da natureza e a necessidade de cada família. Nas áreas de matas mais densas, de solo pouco fértil e argiloso, o uso da terra pode levar de dois ou mais anos sendo cultivada, já nas terras mais arenosas de cerrado aberto, em muitos casos a plantação se resume a uma só.

Trata-se, portanto, na plantação, da relação de sensibilidade mínima de percepção, respeito e manejo da natureza e ainda da diversidade agrícola sustentada por este povo. Podemos entender aqui como conhecimento nato da tradição. Essa definição evidencia a dimensão cultural da percepção kalunga acerca da capacidade de suporte da natureza nos seus cultivares. A diferença limitar-se-á, provavelmente, a mudanças climáticas enfrentadas no decorrer do tempo.

A produtividade das espécies cultivadas traz para a comunidade um sentimento de segurança, que recria no tempo e no espaço da roça, um universo rico em saberes “A riqueza de denominações, portadora de um significado cultural, é sem dúvida nenhuma, um fator da alta diversidade local. Existe um gosto pela diversidade que vai além do interesse ecológico e produtivo de um amplo leque de recursos agrícolas (EMPERAIRE. 2005, p.8)”.

A autora destaca ainda que:

O nome reflete também uma filiação e uma história. Uma estaca de mandioca recebida sem nome perde seu interesse. A importância desse laço como componente da identidade das variedades é destacada *a contrário* pelas denominações dos morfotipos oriundos das sementes (*cf. infra*) que evidenciam a ausência de filiação: são chamados *sem nome, sem pai, achada* ou ainda *semente*. Mas trata-se, na maioria das vezes, de um estado de transição, e essas mandiocas, após serem multiplicadas, receberão o nome de uma variedade morfológicamente, e muitas vezes geneticamente, próxima (EMPERAIRE. 2005, p.8).

No caso das mandiocas Kalungas, todas as espécies já são historicamente nomeadas. Um caso a parte, verifica-se que quando são introduzidas no plantio outras mandiocas que para a comunidade ainda são desconhecidas, o introdutor já traz junto a ela o nome oriundo da região ou localidade de origem. Logo a mesma se familiariza com a população dos cultivados e dos cultivadores.

As perspectivas para este trabalho com relação a construção de um calendário agrícola baseado na cultura de manejo da mandioca refletem-se também num discurso sobre o modo de tratar o vegetal, possibilitando assim ações que atinjam a sustentabilidade local não colocando em risco os recursos naturais. Buscarei aqui ainda, estabelecer uma relação de filiação entre a natureza e o homem, pois o homem é fruto dela.

As variedades, como bem nos lembra Emperaire (2005), têm uma dimensão humanizada, e é nesta dimensão que encontramos parte da importância do trabalho sobre o manejo da mandioca para a vida da população e para o progresso nos processos da educação formal nos quilombos.

Deve-se notar que pesquisas como esta afirmam a importância da preservação dos conhecimentos das práticas agrícolas. Conhecimentos que resvala a garantia do futuro da biodiversidade da vida seja ela animal ou vegetal. A pesquisa a ser desenvolvida sobre o manejo da mandioca já mostra que o que está em questão não é a conservação nem a valorização da diversidade agrícola cultivada, mas sim ao patrimônio cultural e a identidade associados a esses saberes e desprezados pela educação formal.

O que tentei ilustrar acima é que o cultivo da mandioca é uma prática que a comunidade desenvolve já ao longo dos séculos para garantir a sobrevivência dentro dos quilombos. Essa prática levou os povos quilombolas a construir vidas e organizar meios de dar continuidades a elas. E a importância da construção desse currículo está vinculada justamente na certeza de que com ele poderemos reforçar a continuidade destas vidas a

partir da educação escolar, com perspectivas de garantir a sustentabilidade das novas e futuras gerações.

A comunidade oferece inúmeras práticas de conhecimentos que podemos vivenciar através da leitura que fizermos dela, da vivência na/com ela e experimentá-la. Experimentado-a no sentido de senti-la como parte dos processos de construção da vida, da nossa própria existência humana. A leitura que o homem faz, por exemplo, do período apoia a roçada do mato para o manejo da mandioca, da limpa da roça, do plantio, da colheita no período certo de processá-la para fazer uma boa farinha, são leituras de mundo real que apresenta em parte a nossa educação informal. São valores, conhecimentos práticos que são repassados de geração em geração de maneira espontânea sem regras e sem padrão formal.

É importante o estudo do manejo da mandioca para a construção de um calendário agrícola porque é uma ação que a comunidade toda pratica. Esse manejo é um laço que reúne os grupos familiares na troca da mão de obra, de experiências, no compartilhar das alegrias e diversas outras atividades. Ele apresenta parte de currículo invisível que a comunidade possui e a escola necessita para desenvolver suas práticas educativas, respeitando e apoiando o direito à diferença de cada povo. É nele que estão presentes as raízes históricas, as memórias e a identidade de cada estudante quilombola da comunidade Vão de Almas. É nele que encontramos a ação recíproca do homem com a Natureza. É nele que é obrigado estar apoiado nosso Plano Político Pedagógico (PPP). Com isso, levarei em consideração nesta discussão implicações do trabalho tradicional da comunidade no contexto do povo Kalunga a formação humana com outras perspectivas dentro da educação formal. Buscando principalmente a partir das práticas culturais do cultivo e processamento da mandioca para o desenvolvimento da população local, mas, também na perspectiva do global.

Por outro lado, buscarei discutir um pouco a expansão dos conhecimentos da tradição tomando a prática dos cuidados com a mandioca Kalunga como potencializadoras da cultura, da identidade bem como dos processos de educação humana na formação do Ser quilombola.

O trabalho da tradição com o manejo da mandioca é de origem colonial. Esse trabalho, o sistema governamental tem desprezado. O desprezo dessas práticas tradicionais nos processos educativos escolares para a formação do cidadão quilombola se aqui bem entendermos, é sim, elementos da negação ou até mesmo da tentativa de ocultação das nossas identidades de grupos raciais.

A escola é um importantíssimo espaço de reconstrução do diálogo para a formação dos cidadãos. As lutas políticas, econômicas e culturais dos movimentos da sociedade esclarecida contam principalmente com este espaço para fortalecer a visão de transformação social. É por isso que não devemos deixá-las se desprenderem das origens dos sujeitos que nela habitam. Falo das práticas do seu dia a dia, dos valores repassados naturalmente como princípio do trabalho educativo, das práticas da oralidade no interior dos grupos familiares, o que chamamos de práticas da tradição. Assim como também não desprezar as práticas da cultura de mundo maior.

Essa questão da formação dos sujeitos baseada na educação escolar que se vincula aos princípios do trabalho e dos conhecimentos culturais e práticas da ancestralidade, leva em consideração uma visão amplamente ligada às lutas quilombolas e a própria vida. Assim sendo, abre aqui também, uma perspectiva de transformação de mundo e não somente de educação na comunidade quilombola tal.

Neste sentido, é que irei iluminar caminhos rumo à valorização dos conhecimentos empíricos e das práticas da tradição Kalunga que poderão ser fortalecidos com base nos científicos para ter sua efetividade educacional. Considero a Ciência na iluminação deste caminho, a instância maior de inovações e efetivação de valores intrínsecos das culturas da tradição, e não como método de subalternização. Pois ela, a Ciência, bebe dos princípios dos saberes profundos da identidade cultural de uma comunidade para provar suas compreensões ou incompreensões do mundo natural e ou habitual.

É evidente que aqui não tratarei somente do trabalho nem somente da educação. Mas farei também uma abordagem a partir da concepção valiosa da identidade quilombola no processo da educação escolar como já mencionado. Enfatizarei as significativas transformações do trabalho tradicional pela influência do capitalismo industrial e ainda a profunda relação natureza-homem na formação de seres mais sensíveis e perceptíveis de relações múltiplas e intrínsecas.

O problema da falta de aplicabilidade das políticas de apoio ao diferente é uma ocorrência habitual não somente na comunidade Vão de Almas, mas também, como se pode ver em todas as comunidades tradicionais. Isso afeta principalmente as comunidades de tradições secularmente formadas. Desse modo, há uma preocupação enorme em torno de como pensar, praticar e viver de fato uma educação humanizadora.

Continuo explicitando o problema em estudo, relativo ao modelo de educação escolar, aprofundando minhas compreensões de educação apontando caminhos para a transgressão a partir da construção de um calendário agrícola local.

Até aqui, foi discutido no contexto da comunidade Vão de Almas referindo-nos ao modo de vida e de educação informal e formal, explicitando o jeito de ver, pensar, praticar e viver outras práticas de educação. Irei atentar para uma educação diferente do modelo em que nos apresenta a globalização. Desse modo, encaramos essa discussão da educação em sua totalidade, dando ao trabalho manual da produção de mandioca um significado múltiplo da formação da vida também no contexto da educação escolar formal.

Conforme os autores já mencionados, o homem é o elemento da sua própria formação e transformação como homem, ou seja, ele se torna homem a partir das suas relações com o mundo natural ou artificial que o cerca. Portanto, a sua produção é, ao mesmo tempo, a sua formação, um processo intrínseco recíproco e ao mesmo tempo cíclico da humanização.

Podemos dizer então com isso, que o homem, a natureza e a Educação são elementos inseparáveis, isto é, ao nascer um indivíduo, esse sujeito já traz no seu existir a educação por natureza. Aqui está um ponto que vale aprofundar no diálogo, é a questão da profundidade e da significação da educação por convivência.

A problemática da pesquisa que investigarei está ligada principalmente na questão da educação formal. Por meio disso, buscarei fazer uma investigação construtiva e trazer a relação entre o trabalho tradicional da produção de mandioca dos camponeses quilombolas e a educação escolar.

Do que já foi discutido nada desvincula do contexto da comunidade Vão de Almas. Um lugar de práticas agrícolas e manifestações culturais típicas. É uma comunidade que expande por detrás de uma região serrana princípios de liberdade, paz, tranquilidade, espírito livre de humanidade. Ali, a educação formal também foi instituída como processo de formação moldada dentro das suas diversas modalidades.

Outra consideração que farei no processo de produção e reprodução do conhecimento tomando o caminho metodológico qualitativo é fundamental minha compreensão deste projeto por completo. Também suas inter-relações e seus desdobramentos no seio do povo Kalunga. Desse modo, busco ancorar nossa pesquisa no trabalho incansável do Vão de Almas sobre as práticas agrícolas, em específico o manejo da mandioca. Pois, conforme Manggini (2012), a mesma deve ser compreendida antes de tudo, como uma concepção/forma de pensar e se colocar no mundo. O mundo das práticas que nos permitem distanciarmos retomarmos a elas.

Neste sentido, ainda de acordo com o autor referido, antes de qualquer método educativo a convivência da prática expressa uma filosofia que nos possibilita de uma forma consciente, ver, ler, entender e agir nesse mundo cheio de contradições.

É por aqui que irei buscar a materialização dessa discussão a respeito da educação quilombola na comunidade Vão de Almas. Minhas perspectivas são de promover avanços significativos nas práticas de educação e contrapor ideias ao modelo de educação escolar ofertado nas escolas Quilombolas alinhando nossas lutas rumo a igualdade e a construção do direito à diferença. O intuito é de provocar dentro das questões óbvias de subalternização da educação novas visões de formação humana e transformação de mundo.

4.2 Colaboração é o princípio metodológico para a pedagogia dos tempos Kalunga

Em meio a tantos métodos,
preferi buscar um diferente,
Deixei a solta a pesquisa
e fui refinando a mente,
Conversando com os mais velhos,
o calendário parece patente,
Não cabe seguir uma regra,
é preciso estar atento.
Ver o pai conversar com o filho na luta que leva em frente,
E ver que nessa conversa a colaboração está presente,
Ver os jovens se coagindo,
dispersos como inocentes.
Escondendo tantos saberes da cultura da nossa gente,
As colaborações que juntos fizemos,
foram certas eu estou contente,
Percebi que o calendário agrícola se constitui de precedentes,
Variando as formas de trabalho com a posição das chuvas
e a precipitação do Sol quente.
Daí o meu método nesta pesquisa é também algo diferente,
Busquei a colaboração Kalunga para desencadear os conhecimentos,
E eu não poderia seguir uma regra se a Natureza propõe diferente,
Vivi uma experiência colaborativa, um trabalho de acompanhamento,

Onde o pesquisador e o pesquisado foram chão desta semente,
Alunos e professores, pais e outros agentes, a comunidade em particular no cultivo da
semente, definem o calendário e a regra é convivência.

Chamo de colaboração, o princípio desta essência,
Pois é no ato de conviver que a reciprocidade nos dá existência,
Assim o metodologia aqui é a colaboração das experiências.

(Adão Fernandes)

Os caminhos pelos quais percorreram esta pesquisa desde a escolha do tema, a colocação da problemática e a tomada de decisão do grupo colaborador foram diversos, por isso, regra aqui é exceção. Entrevista feita com pessoas de experiências mais profundas e com questões semiestruturadas, visitas de campo com grupo de estudantes e professores, relatórios obtidos através de pesquisas/entrevistas feitas pelos estudantes, aulas de campo e interdisciplinares para levantamento de dados, pesquisa, roda de conversa com convidados para discussão dos modos de produção e mudanças no manejo da mandioca, acompanhamento e participação em todos os processos do manejo da mandioca foram alguns passos colaborativos. Assim, o pesquisador Adão também é objeto de pesquisa e a pesquisa “O calendário agrícola” é objeto do próprio pesquisador.

Neste espírito de luta, a mesma se constituiu em diferentes etapas buscando se firmar nesta nova proposta inovadora de educação.

Etapa 1 - Antes do plantio

Nesta etapa o pesquisador fez o acompanhamento por intermédio de observação e construção de relatório com os professores e os estudantes do 6º e 9º ano de 2017 participantes sobre a preparação do terreno (a escolha do local, a roçada, a queima e a limpa do terreno).

Etapa 2 - Durante o plantio

Neste momento da pesquisa desenvolvi um trabalho de participação e colaboração no processo de escolhas das mudas e plantio das mesmas. Pude observar também as condições climáticas para esse momento do plantio (conhecimento datado), preparação das covas e das manivas, acompanhamento do crescimento limpeza do plantio e (replantio se necessário).

Etapa 3 - Pós plantio

Em cada etapa como pesquisador eu estava presente, colaborando com a prática, e nesta etapa foi o momento em que vivenciei por mais de uma vez (a limpa e o chega da

terra nos pés da mandioca para um melhor desenvolvimento). Aqui a colaboração dos conhecimentos adquiridos sobre as datas e os modos de assegurar a plantação foram imprescindíveis.

Etapa 4 - Colaboração

Finalmente, a colaboração chega ao espaço de produção dos derivados, [a rança (colheita), o descascar, o lavar, o ralar, a coagem da massa, a secagem, a torragem (torragem = produção da farinha) e o consumo]. Todo esse tempo e trabalho de colaboração solidifica o calendário em questão, podendo firmar nos resultados da plantação.

Procedimentos da colaboratividade

	Prática na Escola	Prática em casas	Resultados
Julho 1ª etapa	- Construir a metodologia de trabalho com os colegas de outras disciplinas	- Relato das Práticas de Manejo da mandioca feito por cada professor/a	Produção de um cronograma de trabalho interdisciplinar
Agosto 1ª etapa	- Construção de mapa acerca dos lugares de processamento: a) croquis das casas, quintais e roças de cada estudante; b) construção de um mapa coletivo, identificando os locais de plantio e processamento da mandioca.	- Conversar com os pais e/ou parentes sobre os lugares de manejo da mandioca	- croquis individuais - mapa coletivo
Setembro 1ª etapa	- Realização de pesquisa sobre a Etapa 1: Antes do Plantio	- Acompanhar o preparo do terreno e o roçado em suas famílias.	- relatório sobre a pesquisa (desenho e texto) - socialização dos resultados da pesquisa na comunidade Vão de

			Almas, Escola Santo Antônio.
Outubro 2ª etapa	- Pesquisa sobre a Etapa 2: Processo de Plantio	- Acompanhar o processo de plantio em suas famílias	- relatório sobre a pesquisa (desenho e texto) - socialização dos resultados da pesquisa.
Abril 3ª etapa	- Pesquisa sobre a Etapa 3: Colheita e produção da farinha	- Acompanhar o processo de colheita da mandioca do ano anterior.	- relatório sobre a pesquisa (desenho e texto) - socialização dos resultados da pesquisa.
Junho 3ª etapa	- Organizar os resultados da pesquisa e preparar o evento de culminância.	- Pesquisar com as/os mais velhos da comunidade sobre as mudanças no manejo da mandioca (como era antes e como é hoje)	- Culminância do Projeto (apresentação dos resultados da pesquisa)

4.3 Diálogo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e o Currículo Referência em oposição

*Se é direito quilombola,
aqui entra a questão,
a escola nem sabe disso e sofre uma repressão,
Há uma diretriz que nos assegura
e um currículo de negação,
O trabalho é aprisionado, os professores executam a prisão,
Há vaga para a vaidade, o caminho está em construção,
O calendário é esse elo entre a liberdade e a prisão,
Liberdade de sonhos, pensamentos e profissão,*

*Prisão que dá desalento no exercício da educação,
Se é direito quilombola, é direito da educação, a escola precisa libertar esses direitos
da prisão.*

(Adão Fernandes)

Um dos objetivos desse diálogo é contribuir com propostas de princípios pedagógicas que podem nos ajudar avançar na educação escolar quilombola conforme apoiada nas Leis 9.345/96, a 10.639/03 e a 11.648/08. Outro objetivo está associado nas práticas de manejo da mandioca que garantem a continuidade da vida e dos saberes dos sujeitos na comunidade Vão de Almas. Relatar e demonstrar essas práticas, a partir da nossa própria vivência nos dará base para demonstrar alguns princípios pedagógicos a serem utilizados com base do calendário agrícola da comunidade.

Se por um lado o fato de estar em uma sala de aula como educador me faz sentir essa necessidade, por outro, os estudos relativos aos saberes e fazeres tradicionais nas modalidades educacionais como têm mostrado os movimentos sociais reforçam essa necessidade.

Considerando o que dispõem as leis, no artigo 1º do caderno de Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, está explicitado que essa educação deve gozar da memória coletiva dos grupos étnicos, da linguagem e das práticas culturais, dos marcos civilizatórios, das formas rústicas da produção e reprodução do trabalho, da vida quilombola, da territorialidade, bem como também do patrimônio cultural nacional e internacional.

Evocando a constituinte de 1988, deve-se voltar a atenção também para os artigos 215 e 216. Nos artigos mencionados a constituição garante que o “Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrodescendentes” e deixa explícitos os itens de reafirmação da cultura brasileira e o compromisso com o tombamento como disse Moura (2012) de todos os documentos e dos sítios históricos onde estão os quilombos contemporâneos. Isso pode ser melhor entendido na apresentação desses dois artigos logo abaixo.

Art. 215- “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º- O Estado protegerá as manifestações das culturas populares indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”. § 2º- “A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais”.

Art.216- “Constituem patrimônio cultural brasileiro, os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória, dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem (dentre outros): I- as formas de expressão; II- os modos de criar, fazer e viver; (...) e § 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988 in MOURA 2012, p. 25).

No entanto, as duas leis, a 9.345/96, e a 10.639/03 propostas no resumo da resolução nº 08/2012 esclarecem mais. Destinam-se ao atendimento das populações quilombolas como um todo, bem como também das comunidades indígenas a oferta educacional, devendo o ensino escolar promover a garantia e o direito de os estudantes apropriar-se de todo seu patrimônio tradicional cultural seja ele manual / intelectual.

Cabe aqui destacar ainda que esse patrimônio material e intelectual da tradição seria nestes casos bases para a produção constante e publicações de materiais para acompanhamento das práticas pedagógicas escolares quilombolas, como entendido no artigo 14 ainda do caderno de resumo das Diretrizes Curriculares Nacionais para essa Educação.

No parágrafo único do artigo 21 dessas diretrizes, diz que por meio das leis, as comunidades quilombolas sejam elas rurais ou não e por meio dos seus projetos de educação escolar, as mesmas têm a prerrogativa de decidir o tipo de Ensino Médio a ser ofertado aos seus alunos. Deve ser ofertada de tal modo que dialoguem e atendam os modos de vida dos quilombolas e suas interorganizações sociais.

O que deixa subentendido aqui, conforme as realidades vividas nas comunidades quilombolas, que a moldagem da educação tira principalmente o direito dos sujeitos à própria vida, ou seja, reprime o direito a cultura, a história, memória e identidade. Com tudo, estes sujeitos nem se dão conta da omissão de seus direitos na oferta da educação nas suas comunidades, daí a necessidade de discutir também o próprio conceito de educação proposto e que tipo de educação esse conceito abarca.

Dito isso, o Projeto Político Pedagógico (PPP) que é uma outra questão a se debater, não tinha sido criado e implantado para atender as demandas das escolas quilombolas em suas especificidades como garante as leis. Ele era apresentado como uma expansão de outra unidade escolar e só agora no ano de 2018 o mesmo tornou-se como unidade básica e específica de cada escola.

Sua expressão hoje mesmo com a mudança não apresenta concretamente a autonomia da identidade dos sujeitos nem os dão a garantia de uma educação escolar de

fato quilombola. Em suma, é uma imposição por parte da secretaria do estado que busca nestes espaços apenas formar sujeitos passivos e que sirvam em grande parte aos interesses do capitalismo industrial. É uma imposição do ponto de vista que se tem o PPP e quase não há espaço na educação para trabalhar as questões a que estão propostas nele, um exemplo claro disso são as Diretrizes do estado de Goiás que as escolas das comunidades quilombolas tem que obrigatoriamente seguir. Embora nós saibamos que essas diretrizes não é algo que está pronto e acabado e que a mesma está sujeita a mudanças, mas o fato é que temos que nos apoiar nelas.

Essas diretrizes me recordo muito bem do ano 2012, época em que me tornei educador da rede pública do estado de Goiás que a discussão que se tinha em torno dela era a de que teríamos que segui-las a todo e qualquer custo. De lá para cá, com a descoberta do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília UnB/ FUP Planaltina DF principalmente, muitas outras discussões contra essa doutrina aqui nas escolas do Vão de Almas já foram promovidas acerca das nossas necessidades quilombolas. Hoje, a discussão é a de que essas diretrizes estão para nos apoiarem e respeitar nossa diferença, tanto que já há uma parte *diversificada* como mostra a parte referente a História, Geografia ao Ensino Religioso entre outras. Veja um exemplo dessa parte diversificada na foto abaixo.

Mas antes, observe que na Matriz Curricular, minha percepção é de que não se trata de parte diversificada simplesmente. Através de um olhar minucioso, holístico, é possível perceber que a parte que cabe a educação promover o diálogo sobre a identidade das comunidades reminiscentes está contemplada no currículo desde as séries iniciais dessa educação. A questão agora se volta para a necessidade de formação dos educadores, materiais de apoio e espaço no calendário escolar de cada localidade.

A foto abaixo está sendo utilizada em parte para relacionar o que foi discutido sobre inclusão da diversidade no Currículo Referência do Estado de Goiás, o que é chamado de parte diversificada.

1º ANO/ENSINO FUNDAMENTAL			
	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM	EIXOS TEMÁTICOS	CONTEÚDOS
4º BIMESTRE	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar diferentes formas de organização familiar. • Comparar os diferentes tipos de moradias existentes em sua rua. • Relacionar coisas agradáveis e/ou desagradáveis em sua rua. • Identificar o espaço da rua e da moradia como um lugar de relações sociais. • Conhecer e utilizar as regras de convivência nos diversos grupos. • Demonstrar atitude de respeito e de preservação em relação ao espaço vivido. • Demonstrar através de desenho, as pessoas da família e suas respectivas atividades. • Demonstrar, com desenho, a rua onde mora, localizando casas e nomes dos moradores. • Reconhecer a importância de preservar os espaços vividos e os naturais. • Reconhecer importância de selecionar e depositar o lixo nos lugares adequados. • Observar objetos que são produzidos a partir da reciclagem de materiais já utilizados. 	Social - Cartográfico - Físico territorial	<ul style="list-style-type: none"> • Identidade Pessoal. • Convívio Social. • Relações Pessoais. • Relações Familiares. • Representação. • Formas. • Comparação. • Localização. • Paisagem. • Preservação e Ambiência. • Educação Ambiental.

5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM	EIXO(S) TEMÁTICO(S)	CONTEÚDO(S)
1º BIMESTRE	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer o processo histórico de expansão territorial goiano por meio da exploração das atividades econômicas. Relatar registrando hipóteses explicativas para a ocupação territorial de Goiás. Identificar a sociedade mineradora e suas influências na diversificação de atividades econômicas no Estado de Goiás. Reconhecer a reconstrução do território brasileiro desde a chegada dos portugueses no século XVI. Identificar a ação dos colonizadores na expansão territorial. Reconhecer que a chegada dos portugueses causou devastação para o meio ambiente e contribuiu para a destruição das culturas indígenas. 	História das organizações populacionais.	<ul style="list-style-type: none"> História de Goiás. Gênero. História do Brasil. Tempos Históricos. Cultura. Trocas Culturais. Espaço territorial goiano. Sociedade mineradora. A mulher e a mineração. Atividades econômicas do Estado de Goiás. Primeira definição territorial brasileira. Nação. Bandeirantes. Mão-de-obra indígena. Mapas. Ocupação territorial brasileira. Quilombos.

Fonte: acervo do pesquisador. (imagem Currículo Referência Ensino Fundamental I do Estado de Goiás, 2018)

De fato, o mesmo em alguns pontos possibilita a flexibilização das ações pedagógicas, mas não se vê efetividade destas ações com o apoio do PPP. Pois ele ainda é um documento que engessa o trabalho dos educadores. Em parte, o PPP ainda é desconhecido por muitos professores por muitas escolas quilombolas e por muitas comunidades em geral.

Com tudo, já é possível perceber que a Lei 10.639/03 passa por momentos de execução. Está sendo um processo lento e difícil, mas ela está buscando espaços e aos poucos garantindo uma transformação.

Ainda sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, no artigo 33 destas está garantido também que o currículo, deve incluir o conhecimento dos processos e hábitos alimentares da comunidade numa troca de aprendizagem com seus próprios membros e lideranças, o que esclarece ainda mais a questão do saber na formação do sujeito e da educação.

Entende-se com isso, que as leis acima mencionadas tanto asseguram como esclarecem sobre o direito dos povos quilombolas à educação escolar viva, com seus

fazeres culturais e as práticas tradicionais. Mas estamos vivendo em uma época de perda e quebra de leis. Essas quebras estão tentando arrancar de nós nossos direitos e deveres conquistados ao longo das lutas do povo negro. Isso nos desafia ainda mais a lutar por uma educação que de fato venha promover liberdade de sonho e de pensamento e possibilitar a concretização dos sonhos das nossas crianças e a sua formação plena.

Contudo, vejo que quase nada, do que estas leis explicitam está sendo realizados no sentido da oferta de uma educação escolar de qualidade. Sendo assim, faz-se necessário e urgente a reconstrução de um pensamento, um consciente e uma prática com princípios pedagógicos de educação que promova a reconstrução do pensamento e “Vida” mais humanizada.

A educação escolar quilombola está ainda hoje numa situação de enfrentamento das crises. Ela está operando dentro das escolares na tolerância dos limites do descaso educacional. Se isso continuar até que a tolerância se esgote aí a Educação cairá numa situação de fracasso.

Daí a importância do papel e da experiência dos movimentos sociais que criaram teorias e práticas diferenciadas de educação. Essas experiências que hoje circulam pelo Brasil afora, servem de referências para as populações negras, quilombolas, ribeirinhas, caboclas, indígenas, pescadores, acampados, assentados, fundo de pastos, extrativistas, quebradeiras de coco babaçu, caiçaras, seringueiros, entre tantos outros povos de comunidades tradicionais.

São estas experiências que me permite dizer da importância da construção e do uso do calendário agrícola da comunidade como um dos princípios pedagógicos nas práticas educativas e na formação do sujeito do campo.

4.4 Um novo diálogo para a educação escolar quilombola: o jeito de ser e de fazer diferente

*Fazer Educação está muito longe do alcance das nossas mãos,
Porque Educação não se faz ela é um processo de relações,
Educação não se faz, ela não é objeto de tocar com as mãos,
A Educação é um manifesto que se apresenta nos corações,
É um jeito de viver, uma cultura, uma tradição,
É uma manifestação de existência no meio da negação,
Educação não é ter, nem construir uma condição,*

Educação é ser e construir um espírito de liberdade e de união.

(Adão Fernandes)

O meio pelo qual se faz educação é o mesmo pelo qual nos tornamos humanos num ambiente tão comum e natural. Fazer educação é uma tarefa que parece difícil, e de fato é, porque não se faz educação. A educação ela existe nos sujeitos, tão simples e verdadeiramente é que cada sujeito pode se educar independente de outros sujeitos, mas em relação com o meio natural que o cerca. No entanto, cabe salientar que é uma ação muito mais simples do que aparentemente ela se apresenta.

Para compreendermos o fazer da educação e os processos educativos da comunidade segundo Silva (2012, p.?) “partimos das experiências práticas da comunidade quilombola [...], por meio de uma proposta de educação, que tem como referência principal a história de constituição do grupo ali residente e o protagonismo”. Não é diferente para a comunidade Vão de Almas, por isso foi necessário historicizar a relação nossa de pertencimento com a Terra lá no capítulo um.

Cada lugar tem, pois, ainda de acordo com Silva (2012) variáveis internas e externas de organização da vida em qualquer parte da comunidade essas variáveis se internalizam, incorporando-se à escala local. Em Conceição das Crioulas segundo a autora essas organizações estão muito bem apresentadas e distribuídas pelos próprios educadores, moradores, alunos, prefeitura, e da comunidade. La as experiências de educação escolar quilombola, como bem apresentada por Silva (2012) et al nos mostram o verdadeiro significado da educação para a vida dos sujeitos do campo.

A luta das comunidades quilombolas tem uma centralidade nos direitos territoriais, mas não obscurece as demandas por melhorias das condições de vidas em sentido mais amplo, a exemplo das reivindicações pelo acesso à educação de qualidade, em bases diferenciadas, adequada às especificidades das comunidades quilombolas; por saneamento básico e atendimento à saúde; bem como pelo apoio às práticas produtivas (MELO, 2010, p. 10 in Silva 2012, p. 58)

Portanto, a defesa do direito ao território é também pela continuação e manutenção das atividades agrícolas, artesanal, pecuária de soberania alimentar e sustentabilidade da vida, cujo cunho não é capitalizar os sujeitos da educação nem do território e da cultura local como aponta Silva. “Tais práticas até hoje estão presentes e fazem parte do que

podemos denominar de identidade e cultura quilombola naquela comunidade” (2012, p. 58).

Segundo Silva:

Para falar de educação e dos processos educativos na comunidade [...], é preciso pensar que, desde sua fundação até os dias de hoje, a vida das pessoas daquela comunidade tem se constituído em processos pedagógicos e educativos, visto que suas construções e aprendizagens se materializaram por meio de um tecido social e de uma história de luta e saber popular, resistência e cultura. Também não há como pensar a educação [...], descolada de uma estratégia de vivência e pertença da coletividade do território e as práticas como sinônimo de libertação e de emancipação. Ao mesmo tempo, é preciso pensar no sistema formal de ensino que os exclui, tanto do ponto de vista do reconhecimento de sua história, quanto da geografia, da produtividade e da sustentabilidade ambiental e cultural e as disputas que estão estabelecidas pelos espaços físicos, são também ideológicos e/ou pelo poder (SILVA, 2012, p.61)

Isso implica que não somente na comunidade de Conceição das Crioulas tem essas imbricações. Mas também por um contexto semelhantemente igual na comunidade Vão de Almas é preciso pensar em toda essa conjuntura exponencial. A comunidade Vão de Almas se recompõe e se reconstrói dia a dia, buscando se aliar a educação escolar para que ela seja um fator de emancipação e não de retrocessos. A perspectiva de educação como fator de emancipação tornará possível à medida que a própria comunidade assumir, de um modo mais efetivo, não só o fazer pedagógico da educação na sala de aula, mas o pensar, o contar estórias, causos, o trabalho agrícola, a gestão da educação e do território, fazendo com que as dicotomias existentes possa diminuir os espaços discriminatórios da educação e trazer para a realidade a práxis formativa de maneira transversal.

O domínio da ação de educar segundo Silva (2012) é preciso ser “controlado pelos próprios moradores (as), não havendo “permissão” das estruturas dos sistemas de ensino vigentes” (SILVA, 2012, p.62).

Em nosso entendimento, a educação e suas ações pedagógicas são formadas em cotidiano (local – sala de aula, associações, reuniões, – onde consideramos as perspectivas formais ou não formais). Essa ação poderá ser direcionada para uma firmação de uma condição na qual são privilegiadas as perspectivas de inserção das práticas em campos normativos, e da recepção dessas práticas e reflexões em uma contínua renovação que necessita de legitimação, para que repercuta nas dimensões pessoais e interpessoais e coletivas (ARAÚJO, 2008, p. 91 in SILVA, 2012, p.62).

Tais ações não podem ficar restritas ao ensinar a ler, escrever, contar e somar números, precisam serem levadas para o campo da organização coletiva, do saber e do

fazer natural da comunidade, da (re) construção da memória, da comunidade dos saberes, formando um tecido que no fundo é a identidade quilombola. Silva vai mais longe dizendo:

Se escolas desobedecem às ordens do sistema formal quando vão de encontro ao já estabelecido por Lei para manter uma concepção de educação única, cuja história também é única, deixa-nos margem para pensar em educação formal e informal, trilhando por outros caminhos, seguindo rotas mais conectadas com a identidade de um povo. Não estou advogando uma educação apenas focada nas questões quilombolas, ao contrário, que ela seja ampla o suficiente a ponto de também refletir sobre as histórias, lutas e a identidade das comunidades quilombolas de forma positiva, na perspectiva de fortalecer a presença desses grupos, gerando a possibilidade de fazer uma nova leitura da história do Brasil, ou seja, uma (re)leitura (SILVA, 2012, p. 63).

O que fica subentendido aqui é que as escolas quilombolas, os professores precisam tomar conhecimento das leis que são de direito da educação escolar quilombola, das Diretrizes dessa educação e tomem uma posição a ponto de dizer: olha, estamos trabalhando conforme diz a lei, e não fiquem submissos aos sistemas de educação impostos como tem acontecido e continua acontecendo conosco.

Uma vez essa posição tomada em conjunto pelos professores, comunidades quilombolas, gestores, alunos, entre outros poderemos trazer mais brilho à luz que vemos no fim desse túnel que está nossa educação escolar.

Se quisermos ser realmente sérios sobre como fazer com que nossas instituições respondam às comunidades de uma maneira diferente, o primeiro passo é reconhecer as conexões históricas entre os grupos que detiveram o poder e a cultura que é preservada e distribuída por nossas escolas. Reconhecer isso pode ter outra consequência: que façamos perguntas. [...] “Para quem as escolas funcionam?” Alguns educadores (as) talvez se sintam bastantes desconfortáveis em dar a resposta. Mas quem disse que a consciência de nossa própria posição tenha de nos deixar à vontade? (APPLE, 2006, p. 120 in SILVA, 2012, p. 63).

Essas conexões históricas estão pautadas na Lei 10.639/03 o que permite dizer que de fato é um avanço e que as comunidades precisam tomar conhecimento destas leis, só assim a educação ganhará novos avanços, embora em Conceição das Crioulas já há experiências concretas destes novos avanços como apontado por Silva (2012). De acordo com Gomes:

Pensar a articulação entre Educação, cidadania e raça é mais do que uma mudança conceitual ou tratamento teórico. É uma postura política e pedagógica. É considerar que a Educação lida com sujeitos concretos.

Por isso, não basta conhecer o(a) aluno(a) apenas no interior da sala no cotidiano escolar. É preciso estabelecer vínculos entre vivência sociocultural, o processo de desenvolvimento e o conhecimento escolar. Assim, possibilitar o diálogo entre as várias visões de mundo, propiciar aos sujeitos da educação a oportunidade de conhecer, encontrar, defrontar e se aproximar da riqueza cultural existente nesse ambiente é construir uma educação cidadã (GOMES, 2001, p. 90-91 in SILVA, 2012, p. 64).

Nesse sentido, a educação na comunidade Vão de Almas passa a aproximar mais das ações de cidadania por oferecer aos sujeitos oportunidades de construir, reconstruir sua identidade levando em consideração também outras realidades inclusive de mundo maior.

É possível que isso, aumente a capacidade de desenvolvimento da escolarização da comunidade. É possível também que a auto estima da comunidade, principalmente da juventude, se renove com a inserção de novos pressupostos e mecanismos educacionais na educação do seu contexto atual. É possível ainda que essa renovação da luta fortaleça a briga nos municípios para a reconstrução das políticas de apoio a essas comunidades.

A proposta de educação escolar quilombola passa por reavaliarmos a concepção de educação que se fala. Por isso, é preciso refletirmos sobre os lugares dos conhecimentos, “sobre quais conceitos sustentam uma proposta de educação das relações raciais, em que base didática – pedagógicas práticas educativas emancipatórias serão possíveis, além das estruturas reais e necessárias para que este processo se desencadeie”, segundo Nunes (2006, p. 141-142 in SILVA 2012, p. 65).

É importante salientar que essa concepção de educação busca discutir o acesso à educação relacionada com as condições de trabalho, com a vida, com a realidade das pessoas, com o pertencimento ao território. Os objetivos que temos se constituem a partir de uma proposta político-pedagógico. Neste sentido, a proposta do calendário Agrícola é também uma proposta de democratização da educação. Inclusive no âmbito da reestruturação do currículo escolar, do PPP, da formação de profissionais da educação, materiais didáticos e a reconstrução da identidade dentro das políticas assistenciais.

Não é por outras razões que em Conceição das Crioulas uma nova experiência de educação tem dado certo. Resultado do esforço coletivo da comunidade e do querer fazer uma educação diferente.

Quer se tome a palavra “educação” no sentido amplo, de formação e socialização do indivíduo, quer se a restrinja unicamente ao domínio escolar, é necessário reconhecer que, se toda educação é sempre

educação de alguém por alguém, ela supõe sempre também, necessariamente, a comunicação, a transmissão, a aquisição de alguma coisa: conhecimentos, competências, crenças, hábitos, valores, que constituem o que se chama precisamente de “conteúdo da educação” (FORQUIN, 1993, p. 10 in SILVA, 2012, p. 75).

Não basta uma tentativa de transmissão ou uma interpretação desconectada da realidade das comunidades quilombolas se fazerem presente no currículo. É preciso saber como os quilombos entendem-se, afirmam-se, reconhecem-se e como se autorreconhecem. Só o envolvimento desses sujeitos como agentes ativos de suas histórias poderá fazer desse processo um momento de aprendizagem coletiva (SILVA, 2012, p.76).

Ainda de acordo com Silva (2012, p. 76). “A Educação Escolar Quilombola, com os quilombolas e não para os quilombolas, deve, sobretudo, estimular nos jovens, nas crianças e nos adultos o sentimento de pertencimento e orgulho de suas histórias e da história de seus antepassados”. Nesse sentido, é que podemos quebrar velhos esquemas, correntes, algemas em que a educação está presa historicamente e que essa prisão tem causado desigualdades, injustiças, danos sociais, psicológicos e econômicos à população negra e a sociedade como um todo.

5. DA PICADA DA ROÇA AO PLANTIO DA MANDIOCA: BALIZA PARA USO DO CALENDÁRIO AGRÍCOLA NA COMUNIDADE VÃO DE ALMAS

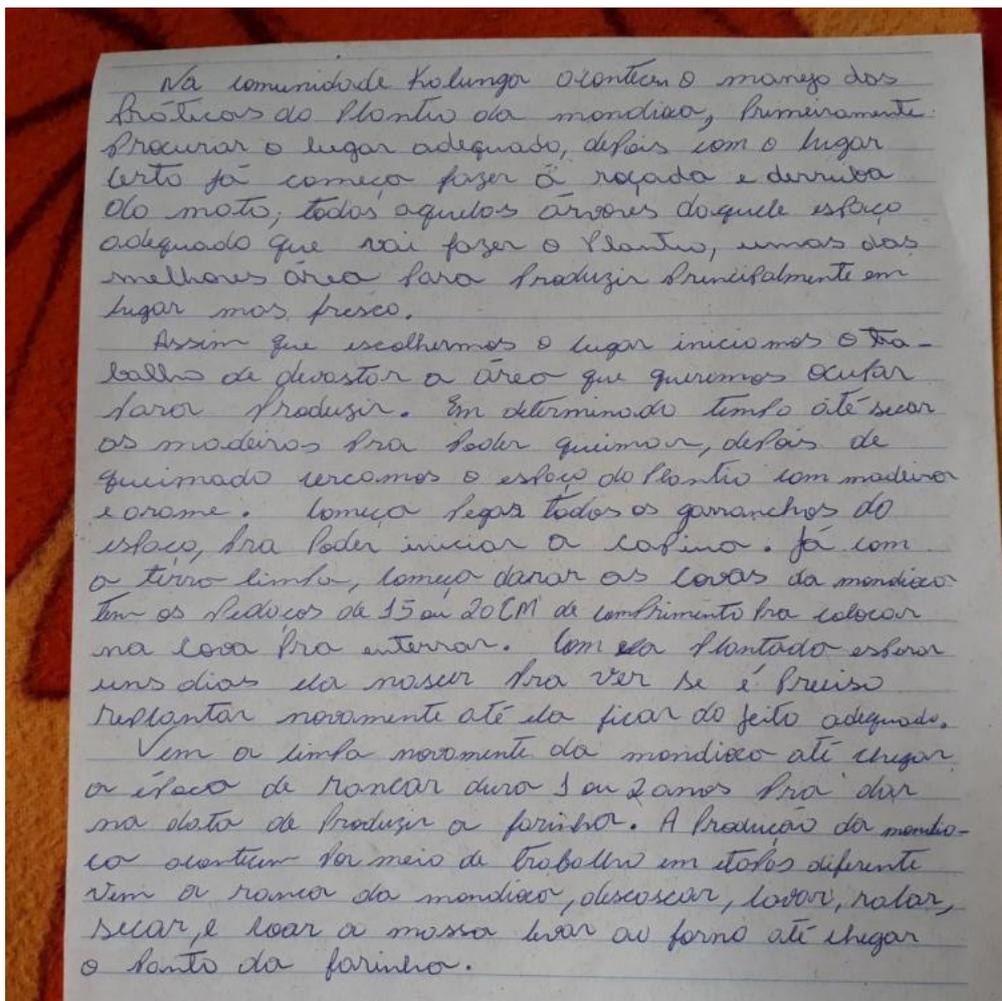
Picada acertada, roça roçada, depois da queimada mãos nas inchadas,
Inchadas nas mãos, uma nova empreitada, chuva caindo é tempo da limpada,
Terra limpada, mandioca plantada esperança de vida vai sendo renovada.

5.1 A roça como rede de trocas

*A roça é um espaço aberto,
Lugar de cultivo da mandioca,
Onde cultiva a semente e os saberes que ganham em troca,
É um espaço que cultiva a vida, formando uma rede de troca,
Rede que educa pra vida, vida que segue na roça.
(Adão Fernandes)*

Aqui estão sendo apresentados relatórios produzidos pelos estudantes participantes da pesquisa. Os relatos são provas de que a construção deste trabalho tem um esforço coletivo onde se envolve estudantes, pais, professores e comunidade. Não é por menor razão se não pelo esforço que faço de apresentar estas imagens como evidências de tudo o que por mim foi relatado a respeito do calendário agrícola. As mesmas nos levam a ver sobre diferentes sujeitos de saberes com diferentes pontos de vistas, que o calendário é constituído das relações culturais mantidas na comunidade e que ele se constitui em um tronco comum a “Terra”, daí as “roças de toco” organiza sua composição de acordo com as etapas de vida de cada cultivo dentro dos limites que impõe a natureza.

Os relatórios apresentados nas fotos abaixo e muitos outros que produzimos estão disponíveis com mais ênfase no final deste trabalho.



Relatório obtido a partir das atividades de pesquisa sobre os processos de manejo da mandioca na comunidade Vão de Almas - aluno do 9º ano. (Robson Bispo da Cunha. Setembro de 2017).

No relatório estão postas ideias da organização do ciclo do calendário agrícola a partir dos processos que ocorrem no manejo da mandioca. As ideias apresentadas no mesmo surgem das fortes relações entre os próprios estudantes colaboradores da pesquisa e de conversas tidas entre eles e seus familiares. O esforço é que possamos entender que o calendário não segue uma lógica linear e unívoca, e sim, que ele está fortemente presente em todas as atividades cíclicas e variadas que acontecem no interino da comunidade, e por isso mesmo eu acredito que esse processo se inicia nas tomadas de decisões daquilo que se pratica de agricultura e cultura na localidade.

É certo que muito antes de abrir a picada da roça há uma tomada de decisão que aglomera um vasto conjunto de conhecimentos práticos e teóricos tradicionais sobre o contexto sócio cultural da comunidade. Esses conhecimentos apresentam questões relativas ao contexto vivido e constituído ao longo dos anos principalmente relacionados

ao espaço onde pode haver uma melhor produção. O relatório apresentado acima traz indícios dos conhecimentos diversos e comprova isso.

Esses conhecimentos estão relacionados aos tipos de solo, por exemplo: se as chuvas podem facilmente causar erosões pluviais ou não, se o mesmo suporta o desenvolvimento da plantação com proficiência, entre outras coisas. Estão relacionados também é claro, aos processos de mudanças climáticas, principalmente às questões de durabilidade da umidade da terra caso as chuvas se prolonguem nos intervalos de queda. Está relacionado a tantas outras questões, mas, sobretudo na renda da produção, na compensação do trabalho aplicado à plantação.

De início percebe-se que a picada da roça então não começa por uma escolha casual do local nem pelo uso direto da foice (foice= ferramenta utilizada na roçagem do mato), mas sim, pelos conhecimentos da tradição que perpetuam as gerações. E são estes conhecimentos que estão em questão neste diálogo.

Já a roçada é o uso direto das ferramentas de trabalho, a foice, o facão, o machado e o próprio ser humano. Após a definição do local no processo de dar os primeiros passos na preparação do terreno para o plantio é onde a picada da roça começa na prática. O formato e tamanho da roça variam de acordo com o lugar e com a vontade de quem a vai cultivar. Geralmente nas práticas do Vão de Almas essas características apresentam confluências e são muito similares algumas figuras geométricas espaciais, como: circunferência, retângulo ou até mesmo um quadrado, como se pode ver na ilustração.

As fotos aqui representam o esforço coletivo de apresentar como estão organizadas as roças de cultivo da mandioca na comunidade. Foi através da construção de croquis pelos estudantes que chegamos ao mapa apresentado na foto abaixo.



Fonte: mapa construindo a partir do observatório da pesquisa pelos alunos do 6º e 9º ano. (Escola Santo Antônio, setembro de 2017)



Fonte: mapa construindo a partir do observatório e da elaboração de croquis apresentando os quintais e as roças de mandiocas dos estudantes do 6º e 9º ano (Escola Santo Antônio, setembro de 2017).

No mapa estão apresentados formatos das roças, cuja descrição das figuras já foi discutida anteriormente. É possível que o desenho e minha discussão não dê conta de prescrever e apresentar toda a riqueza que existe neste calendário, mas há um esforço incansável aqui de não deixar essa biblioteca se perder no tempo e no espaço, pois ela é fonte esgotável que se perde ao perder a memória que não ficou registrada na história. E, para se tornar mais lúdico esse registro é que os desenhos (mapas) vem. simbolizam e traduzem um pouco daquilo que nós da comunidade somos.

Então, nota se com isso que em todo o processo de manejo de produção, aqui enfatizando a mandioca, existe uma lógica que condiz a formação cultural associada aos processos de educação informal na comunidade. Essa educação é a que outrora perpassa a Ciência e não tem sua valorização nos projetos presentes e futuros de transformação de mundo e de desenvolvimento sustentável.

Essa roça inicialmente descrita tem formato de uma circunferência com diâmetro de aproximadamente 70 metros. Essas características me levam a concluir que, embora quem a faça não tenha dimensão ou noção do que seja circunferência nem diâmetro, está utilizando desse conhecimento para dar longevidade aos modos de vida e significá-la cotidianamente.

A escolha do local e o preparo do terreno passa por diferentes etapas, e, em cada etapa os processos percorridos apresentam as diversas fases do calendário agrícola. A etapa da roçada por exemplo, iniciada prioritariamente nos meses de junho e julho, já depois da escolha do local é uma fase que as famílias muito se ocupam para garantir o espaço de plantio no início das chuvas. Assim, garante também em manter viva a esperança de manutenção da vida local. Já a etapa da carpina (limpa da terra) para se plantar apresenta uma outra etapa desse calendário. Isso ocorre nos primeiros tempos de chuvas e é nesse tempo que se vê o quão importante é o início do ciclo de produção agrícola. Pois, embora não seja da vontade dos estudantes, muitos deles param 2,3,4 dias de aulas para ajudar seus pais, porque é dali que se espera o alimento, a complementação da renda até mesmo para subsidiar na compra dos materiais escolares. Daí a importância de estar pautado no Plano de Ação da escola proposto pelos educadores o trabalho com o cultivo local.

As pesquisas desenvolvidas pelos estudantes também ajudam a compreender estas relações entre uma etapa e outra do manejo da mandioca. Por mais de uma vez, os relatos obtidos nos provam o que foi por mim apresentado, e pretendo encerrar essa discussão trazendo mais uma fonte desta pesquisa como reafirmação desse diálogo.

Processos de moagem da mandioca na comunidade

Meu nome é Mauro Pereira da Cunha.
Tem 39 anos, nascido aqui no ^{estado} Vão de Almas. Eu planto mandioca quando eu comecei plantar tinha 15 anos, mas tem lugar certo de plantar. Eu escolhi um lugar certo é mais seguro. Por que talvez não tem moto que dá mandioca perto de casa, é no lugar que ela dá raiz e uma boa planta eu fiz a colheita nos meses de agosto para setembro depois que eu fiz a colheita eu fiz o assinar depois eu queimo, seica e lalinha e plantar no mês de novembro.

É já tem também os meses certo para produzir a farinha, em março e abril que é o mês certo. Onde eu produz a farinha é no meu casa de farinha, e por que já tem a casa proibida de fazer.

O rengo do sobrevivência que Deus
dizem para nós criar os nossos filhos
então tem uma grande importância.
E eu planto algumas coisas também além
de mandioca, milho, feijão, arroz etc.
A plantação aqui na comunidade é um
pouco bem cuidada, por que tem uma que
a gente planta e não ganha. A terra
bruta e a terra mais produtiva para esse
plantação acontece que tem de burota
antes de pubar etc. aqui também tem
muitas treças de serviço e muita
plantação de história também que
aqueles mais velhos conta e o gente
lembra. A minha experiência de vida
foi muito dificuldade desde quando
eu comecei trabalhar e a vida é assim
ante hoje. Pode foi ter melhores de um pouco
mais não foi muito não. Eu comecei traba
lhar com meu pai no zócio porque quando
minha mãe morreu eu fiquei pequena
ainda. Eu não sei da história do produ
ção de mandioca. Eu não sei quando
começou a ser produzidas aqui pelo
antepassado. fim

Relatório obtido a partir das atividades de pesquisa sobre os processos de manejo da mandioca na comunidade Vão de Almas- aluno do 9º ano. (Rosilene Pereira da Cunha, Setembro de 2017).

Desde a infância as crianças na comunidade já aprendem com suas famílias o sentido da luta e da vida e se envolvem no trabalho muito mais cedo e assumam uma responsabilidade de dar a continuidade a vida. Por isso mesmo essa responsabilidade se perpetua dentro de um ciclo que constitui na formação do calendário local tradicional e dentro deste está a particularidade do calendário agrícola.

Conforme o relato acima, o entrevistado diz que “quando comecei planta (independente dos pais) tinha 15 anos.” Isso evidencia o fato de que o cultivo da mandioca vem de longas datas como já dito anteriormente pelo Vovô.

Findo os relatos apresentados, a conclusão que eu tenho sobre o modelo de educação discutida e defendida por mim é a de que não é a educação que transforma nossos caminhos, e sim, são os caminhos que transformam a educação e conseqüentemente a transformação do eu, do nós e do outro.

5.2 O plantar, o limpar e o replantar

*Plantar a semente que tem,
Espera o fruto que vem,
Semente é segurança de vida,
Nas z'águas e na seca também,
Limpar e replantar é uma ação que depois de plantar vem,
É dar força ao crescimento da planta preenchendo os vazios que tem,
Preenche os vazios do espaço e das emoções também,
Se educa e se reeduca, em meio a cultura do bem.
(Adão Fernandes)*

O plantio da mandioca, antes mesmo do ato da plantação, ele começa pela escolha das mudas das espécies que quer se plantar depois do terreno limpo. Após essa etapa, como bem descreveu a professora x acontece o seguinte:

Daí começa o plantio, covando a terra com enxadas e colocando um ou dois pedaços de maniba, depois cobrindo-os com a terra que foi retirada, este leva em torno de 8 a 15 dias para nascer, caso não nasça direito é preciso voltar e percorrer todo o local para replantar (Relato de uma professora “X” da escola Santo Antônio, agosto de 2017).

Aqui enfatizando o que a professora relatou é importante destacar a questão das “covas” (cavas). Pois elas apresentam profundidades similares ao tamanho dos pedaços das manivas que vão ocupá-las, ao passo em que o distanciamento entre as mesmas pode quadruplicar essa metragem. O quadro em que é feito as cavas apresentam figuras geométricas, hora um retângulo, hora um quadrado, hora um triângulo, todos formados por linhas imaginárias/ invisíveis (essas representações são importantes para o estudo da

matemática, da geografia etc.). Apresentam também outras imagens até mesmo do cotidiano da comunidade, depende do ponto de vista e da vista do ponto do observador.

As ilustrações expostas refletem o que foi dito acima.



Fonte: arquivo do pesquisador. Representação do plantio e espaçamento entre os pés de mandioca. (Vão de Almas, junho de 2018.)

Assim sendo, o plantio é uma prática que reúne conhecimentos diversos e tradicionais. Se ajusta em ter a qualidade das mudas, a profundidade de perfuração no

solo, a percepção climática, o espaçamento entre as plantas, noção de lucro da produção etc.

Feito o que está posto em cima no relato e na ênfase a ele dada, há um intervalo de tempo em que se espera a plantação crescer a ponto de ficar aflorada na terra para que não fiquem soterradas no ato da limpeza, nem sejam pisoteadas pelos agricultores que a limpa. Esse intervalo pode ter durabilidade de 15 dias, um mês ou mais, varia de acordo com as características do local se é uma terra que germina mato com maior ou menor velocidade de tempo e se o agricultor terá disposição suficiente pra limpezas de sujeiras mais profundas.

O replantio consiste na observação das primeiras mudas plantadas. Caso a plantação não nasça pelo menos 90% há uma necessidade imediata de replantar o espaço, reescolher as mudas, recortar, recavar e replantar. Ao contrário, uma ou outra muda que não se desenvolveu no meio das outras, o replantio é feito no momento da primeira limpa. Nem sempre é necessário replantar, alguns casos marcantes acontecem devido as mudanças climáticas que provocam a falta de chuvas depois das mudas plantadas. Mas cada cultivador já espera por esse momento, caso haja necessidade de replantar certamente ele já faz um plano antes e se prepara para este momento, que mais acontece durante a primeira limpa.

Veja nas fotos abaixo casos de limpeza, plantio e replantio.



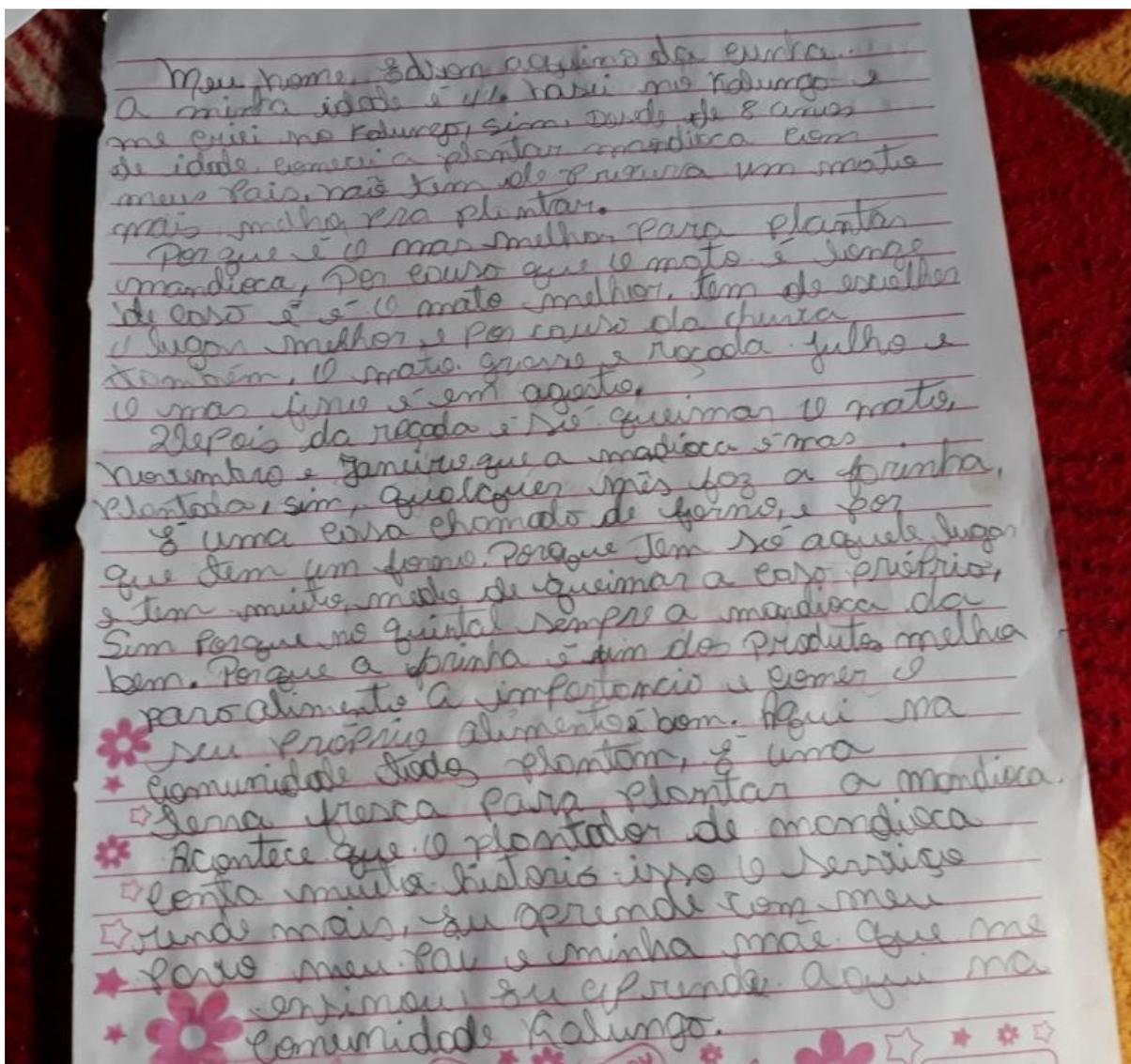


Fonte do pesquisador. Limpeza, plantio e replantio da mandioca. (Vão de Almas. janeiro de 2018).

Aqui no ato do plantio e replantio mais não somente, é fundamental enfatizar a importância dos conhecimentos da tradição. Como bem lembrou o professor “y”, “Pois temos que ter o conhecimento do solo adequado e a área que queremos ocupar com o plantio” (Y, agosto de 2017). Isso evidencia o fato de que para se plantar não é preciso forçar o trabalho da Natureza, mas entender a linguagem que ela oferece sobre as condições de plantação para cada local em cada ano.

O relatório que apresento na foto abaixo montado por uma estudante do 9^a ano de 2017 também é prova de que tudo que falei está contido na vida da comunidade a respeito desses conhecimentos sobre os processos de manejo da mandioca. Segundo o meu observatório e conforme exposto neste relato é possível entender o quão importante é essa plantação.

Veja a foto abaixo:



Relatório obtido a partir das atividades de pesquisa sobre os processos de manejo da mandioca na comunidade Vão de Almas- aluno do 9º ano. (Pesquisadora: Elza Francisco, setembro de 2017.)

O relatório nos leva às duas estações do ano compreendidas como inverno e verão e discutidas logo mais adiante no capítulo final da pesquisa. Uma delas é possível observar quando o entrevistado relata que “o mato grosso é roçado em julho e o mais fino é em agosto”, período em que se compreende como seca ou verão. Outra fala deste entrevistado nos leva até período das Z’águas quando ele ressalta que “novembro e janeiro são os meses em que a mandioca é mais plantada”.

Então conclui-se que o plantio e replantio da mandioca exige conhecimentos prévios sobre a natureza, as mudanças climáticas, previsão do tempo e da própria produção. Esses conhecimentos é que vão formando a rede de resistência e sobrevivência do povo Kalunga. Também é a partir dos mesmos que o *currículo* invisível outrora apontado por Moura (2007) e o calendário agrícola do Vão de Almas vão se constituindo.

A constituição desses, no processo do manejo da mandioca para a educação formal nos apresenta a relação entre a linguagem dos sujeitos, o meio ambiente físico, o mental e o social. Essa relação é a que Couto (2007) chamou de *Ecolinguística*.

Na definição de Couto (2007) e de Araújo (2014) e aqui eu reforço que, *Ecolinguística* não só pressupõe mais de fato é o estudo das relações entre língua e meio ambiente. Achei importante dizer dessa relação nesse trabalho porque a todo tempo estou dizendo de duas coisas indissociáveis, homem-natureza-homem, ou seja, é importante trazer aqui porque o cultivo da mandioca liga as partes ao todo e o todo as partes como bem mostra o ciclo contínuo de vida do calendário agrícola.

Por que estou falando disso? Porque em suma, há uma preocupação vigente em promover o diálogo e a interação entre as formas de conhecimentos dentro da educação escolar, não se espere que os conhecimentos da tradição venham de outra forma senão pelas relações estabelecidas entre os sujeitos de história, suas línguas e o meio ambiente natural que os cerca, ou seja, da relação homem-natureza-homem.

Não é por menor razão que o meio ambiente natural assume a direção dessas relações, pois ele tido como o Território (T) se responsabiliza pela vida e convívio das populações que por sua vez se interagem e qualifica o meio. Na qualidade do meio é que surgem os conhecimentos das práticas de sobrevivência. Aqui um destaque especial às práticas de cultivo da vida em geral da comunidade Vão de Almas.

Não é objetivo aqui traçar uma descrição mais profunda sobre a ecolinguística e sua história no Brasil, se for de interesse do leitor, ver Couto (2007) e Araújo (2014). O elo que liga essa teoria com esse trabalho é a questão da relação mantida do povo, sua língua e o meio, por isso foi cabível essa discussão aqui, pois é de meu interesse resgatar um pouco da relação entre Povos Língua e Meio Ambiente. Pois de acordo com o primeiro autor, a natureza “é nosso início, o nosso meio e o nosso fim”. É o nosso limite”. (COUTO, 2007, p.14).

De certa forma, vivemos em uma época e em um processo de adaptação às novas condições de vida e de educação, por isso mesmo, se pensarmos em um mundo desenvolvido e sustentável, é preciso seguir os passos da natureza como propõe a ecolinguística. E neste sentido deve-se considerar a questão da linguagem das tradições também enfatizada nesse contexto, porque de fato é ela que nos direcionam para a realidade do mundo. Tudo o que foi dito, quer dizer que o conhecimento reflete o meio, daí a importância da luta por uma educação inclusiva, onde esteja presente as cosmologias das tradições.

Afinal, a cultura nasce da própria natureza e nela está presente as línguas, neste caso as línguas naturais. Em Couto língua natural é tida como aquela língua que nasce livre e espontaneamente para fins de interação e comunicação entre indivíduos de uma mesma espécie vivendo em um mesmo território. É o caso da língua da comunidade Vão de Almas no ato das nossas interações agrícolas (2007).

Não devemos nos esquecer jamais que o meio ambiente é um todo, nossa língua, ou seja, que a língua é um todo natural. Daí o sentido de discutir a língua como meio de interação ou da inter-relação do homem-natureza-homem. Podemos ir mais além entendendo nas palavras de (Couto 2007) que “culturas e línguas estão intrinsecamente conectadas à terra e ao território, e que a diversidade cultural e a diversidade linguística estão inextricavelmente ligas à diversidade biológica” (p.222) isso retoma a necessidade de um calendário escolar específico para cada realidade e a questão da educação inclusiva discutida na problemática desta pesquisa.

Aqui vale a pena retomar a questão do desenvolvimento. Esse desenvolvimento tende esvaziar os campos e elevar as cidades aos padrões de globalização. Algo muito errado e contraditório com nossa visão de desenvolvimento está nos atacando. Nossa cultura, nossas tradições, nossa língua e até mesmo o território o qual temos vivido e convivido por centenas de anos estão sendo atacados e degradados pela ciência da educação. Isso religa a discussão feita no contexto da educação mercantilista e capitalista.

A conclusão que tenho é a de que a ecolinguística reflete a nossa identidade, ou seja, nossa identidade é uma verdadeira ecolinguística. Couto (2007) destaca que:

Falando especificamente das línguas indígenas da Amazônia, Rodrigues (1992:4 lembra que “a extinção das línguas amazônicas acarreta [...] a perda de um considerável patrimônio humano em termo de experiência cognitiva. Preservar as condições de uso das línguas indígenas a par das condições de exercício das atividades culturais tradicionais dos povos que as falam deve ser a diretriz de uma política sábia de aproveitamento inteligente, não predatório, não destruidor da Amazônia. As culturas e as línguas indígenas, em sua grande diversidade, têm de ser vistas como um precioso banco de conhecimentos humanos sobre a interação do homem com o meio ambiente” (RODRIGUES, 1992:4, apud, COUTO 207, p. 362).

O mesmo pode ser entendido com os Kalungas da comunidade Vão de Almas, e o calendário agrícola é parte deste patrimônio e desse banco de conhecimentos referido pelo autor.

Tomando emprestadas as palavras do francês Claude Lévi-Strauss digo que: desejo simplesmente que os poderes públicos nos deixem, negros, decidirmos com tamanha

liberdade o que pretendemos adaptar da sua sociedade aos nossos usos e tradições, bem como também no nosso processo de educar e receber educações.

Nessa contradição dialética entre um lócus e outro, o que se nota é a luta pela necessidade e até mesmo pelo desejo legítimo de expressão das peculiaridades das culturas étnicas no âmbito do desenvolvimento tão falado.

Depois de tudo que foi discutido, chego a mais uma conclusão, a de que a insegurança linguística e agrícola tem causas e consequências. A causa é a política injusta e desigual advinda dos interesses capitalistas em que encontramos submetidos. As consequências são os comportamentos dessa política com nossas ações por condições de educação e de vidas favoráveis à nossa realidade.

Enfim, como salientou Mackey (1979:454 in COUTO, 2007, p. 413), “o estudo das relações entre educação e língua no interior de uma sociedade deve ser, necessariamente ecológico”. Já fechando minhas ideias sobre ecolinguística nesta parte da pesquisa gostaria de ressaltar a importância sua neste estudo, pois (EMMECHE 2001, apud, COUTO, 2007, p. 426) diz que “é difícil discernir onde começa a natureza e onde termina a cultura”, e esse trabalho é um pouco desse desafio trazer essa relação natureza-homem-cultura-natureza para o contexto da educação escolar.

5.3 Mandioca di rancar, d'icascar, lavar, relar, secar, cuar e torrar

*Rancar mandioca, é uma atividade fácil de se pensar,
Muita gente se engana, porque nunca ajudou rancar.
D'icascar a mandioca, me arrisco uma coisa falar,
É um ato de conhecimento, sobre cada batata que vai d'icascar.
Lavar a mandioca, assegura a saúde ao alimentar,
Ali é retirado impurezas que juntam ao d'icascar.
Relar a mandioca movimenta o corpo pra lá e pra cá,
É uma atividade física que é preciso valorizar.
Secar a massa relada é uma estratégia até de lucrar,
Joga ela em um tapiti, depois leva ela para se prensar,
Ali separa a massa pura, e a tapioca em particular.
Cuar a massa já seca é um balancê pra lá e pra cá,
Retira a cruera da massa, que a torragem já vai começar.
A torragem reúne um esforço e conhecimento pra se edificar,*

Cada grão de farinha torrada tem palavras pra se explicar,

Não se busca na biblioteca, o dicionário é o popular.

(Adão Fernandes)

Vem a limpa novamente da mandioca até chegar a época de rancar dura 1 ou 2 anos para dar na data de produzir a farinha. A produção da mandioca acontece por meio de trabalhos em etapas diferente, vem a ranca da mandioca, descascar, lavar, ralar, secar, e coar a massa levar ao forno até chegar o ponto da farinha. (Relatório da professora “z”, agosto de 2017).

[...] a partir de 1 ano ou 2 anos está apropriada para a rança (retirada da raiz da mandioca do solo para elaboração da farinha). A farinha é um cereal que as pessoas produzem para se alimentar, comercializar ou trocar (Relatório do professor “y”, agosto de 2017).

A ranca da mandioca (colheita) para a produção dos produtos finais como apontado nos relatos dos professores (as) acontece a partir de um ou dois anos depois do plantio e “zelo” da plantação. É uma ação que possibilita o reencontro das pessoas para rememorar o passado relacioná-lo com o presente e até levantar hipóteses projetando o futuro, sobretudo em relação a nova geração que vem deixando as práticas culturais caírem no esquecimento profundo. As fotos abaixo evidenciam o passo a passo no processar da mandioca na obtenção dos derivados e da alimentação ou comercialização.

Mas, antes das fotos, quero fazer um destaque. Todo o processo de manejo da mandioca, assim como em muitas outras atividades na comunidade, as mulheres estão presentes. Isso nos possibilita refletir e perceber a importância do trabalho delas na sociedade como um todo. Com o manejo da mandioca, especificamente falando aqui, essas mulheres são as principais protagonistas de toda riqueza construída. Seu esforço, seu trabalho e sua luta diária vão aos poucos garantindo o sustento da vida de uma forma que os homens sozinhos jamais poderiam ofertar.

As mulheres kalungas, eu posso dizer, “é pau para toda obra”. Este é um provérbio da comunidade Vão de Almas que significa algo ou alguém que está pronto para ajudar em tudo que for necessário. Além de estar a postos para ajudar, está disponível também para assumir a direção do que quer que seja, para fazer acontecer.



Fonte: arquivo do pesquisador. Ranca da mandioca, comunidade Vão de Almas (Dona Irene Francisco, abril de 2018)



Fonte: arquivo do pesquisador. Ranca da mandioca comunidade Vão de Almas, (Dona Irene Francisco, março de 2018).

*A ranca da mandioca é feita a força braçal,
Tem o auxílio de ferramentas e um esforço total,
Na resistência do solo sua firmeza é fatal,
Exige força, paciência é um exercício mental,
Tem a força da criança da mãe e também do pai,
É um exercício coletivo,
Um trabalho vital.
(Adão Fernandes)*



Fonte: arquivo do pesquisador. Comunidade Vão de Almas. Março de 2018
Raízes ou batatas sendo descascadas.



Fonte: arquivo do pesquisador. Descascagem da mandioca, comunidade Vão de Almas. (Dona Irene Francisco, abril de 2018.)



Fonte do pesquisador. Descascagem da mandioca, comunidade Vão de Almas (Dona Luzia, abril de 2018.)



Fonte: arquivo do pesquisador. Processo de lavagem para retirada das impurezas depois das raízes descascadas. (Comunidade Vão de Almas, Abril de 2018).

*No descascar da mandioca o trabalho é de paciência,
São muitas horas sentadas, uma atitude de persistência,
Um exercício sábio, constituído de experiências,
Usa o corpo e a mente, a força física e a inteligência,
Passa da aparência passa para essência num exercício de resistência
Usa o que tem de saber nas práticas de sobrevivências.
(Adão Fernandes)*



Fonte: arquivo do pesquisador. Momento da “relagem” (ralagem) Vão de Almas (Senhor Lindomar Santos, março de 2018).



Fonte do pesquisador: processo de secagem ou prensagem da massa na comunidade Vão de Almas, (Dona Irene Francisco, abril de 2018).



Fonte: arquivo do pesquisador. Tipiti sendo prensado comunidade Vão de Almas (Senhor Lindomar Santos, março de 2018).



Fonte do pesquisador: massa de mandioca seca . *Processo de coagem da massa depois de prensada no “tapiti”*. (tipiti). (Vão de Almas, abril de 2018).

*No processo de coagem apresenta novas aprendizagens,
Passa pelo tapiti figura feita de tecelagem,
Para obter a massa seca, é a partir da prensagem,
Usa a gangorra como suporte e as pedras como pesagem,
O tapiti vai esticando a água escoando por dosagem,
O tempo para que a massa seca não passa por cronometragem,
É extraído dos conhecimentos das lutas que os sujeitos trazem.,
Assim a educação é este processo que nos interagem.
(Adão Fernandes)*



Fonte do pesquisador: forno de torrar farinha, característico da comunidade (Vão de Almas. Junho de 2018).



Fonte: arquivo do pesquisador. Comunidade Vão de Almas.
Processo de torragem, momento da “cua” (coa) da farinha (Dona Irene Francisco, abril de 2018).

*A torragem da farinha exige muita atenção,
O processo é de aprendizagem, cuidado e dedicação,
Tem o controle de temperatura e do mechido das mãos,
É um exercício sábio de cultura e tradição,
Cada mechido tem um sentido, uma história de reconstrução
Tem significados múltiplos que renova nossos corações.
Tem um toque de beleza, de pureza e de animação,
Tem um tom de vida de saúde e de educação.
(Adão Fernandes)*

Toda a ação de cultivo e de processamento da mandioca na comunidade vem passando por um processo de transformações das práticas tradicionais para as práticas de inovação. No cultivo essa mudança se apresenta no aumento das lavouras a fim de obter lucros em consequência do incentivo capitalista nas atividades agrícolas hoje.

Já nas práticas de processamento essas mudanças estão presentes nas buscas de facilidades e qualidades da mão de obra. Nesta busca estão sendo encontradas ferramentas que facilite e torne mais leve o trabalho braçal. As ferramentas como motor processador

das batatas, tipitis feito de fibras e o forno a lenha sendo trocado por um outro tipo de forno, que é feito de aço, já são mudanças nos hábitos da tradição com o manejo da mandioca.

Nesta busca para tornar o trabalho braçal mais leve, essa cultura começa a passar por um processo de transformação. Essa transformação por um lado é boa, porque desenvolve com maior rapidez e torna o trabalho mais leve. Por outro lado, é ruim porque a comunidade começa a perder um pouco das características da sua identidade. Por isso, vejo que é um momento de apresentar essas práticas ao sistema de educação vigente para que possamos fortalecer a nossa cultura e manter nossa identidade viva, garantindo assim a nossa existência e a existência das futuras gerações.

Como podemos observar essas mudanças no cultivo da mandioca local refletem sobre as mudanças climáticas. Como apontado no relatório de um dos estudantes o diferencial de antes se dá “porque nessa época era muito mais chuvoso. Minha mãe sempre fala que quando ela morava com o pai dela que eles plantavam roça e era muito mais chuva e as coisas que ela plantava eles colhiam todos que plantava, “isso hoje me faz lembrar Xitãozinho e Xororó (1939) com a música “Planeta Azul”, “[...] onde a chuva caía quase todo dia já não chove nada[...]”. Mas, apesar das chuvas não caírem como antigamente, hoje as famílias cultivam muito mais mandioca do que antes. A mandioca porque resiste mais do que muitas outras plantas e gera renda e sustento para as famílias.

Outra mudança considerável é o aumento no consumo principalmente da farinha. Hoje, ela é um dos principais cereais de valor de troca e de uso exportador da comunidade. A farinha é repleta de muitos significados. Ela reflete sobre a vida e o desenvolvimento da comunidade através do trabalho agrícola na mesma.

O consumo acontece de várias formas, algumas delas são: as batatas ou tradicionalmente raízes cozidas, assadas ou fritas, o beiju feito da massa depois da batata ralada, o bolo ou beiju feito da tapioca que retira da massa, a farinha depois de torrada que é um dos condicionantes mais fortes e presente na mesa das famílias entre outros, sem falar nas outras formas de reciprocidades com valor de venda ou de troca de alguns desses derivados.

Há também a forma de consumo indesejado, que é quando a plantação rende muito e o responsável (dono) não dá conta de zelar nem de processar toda a produção ele doa para alguém necessitado sem fins lucrativos ou doa para alguém interessado em “ralar na meia” com fins lucrativos. Ralar na meia é um ato que acontece dentro da comunidade,

diz respeito a uma forma de relação onde outra pessoa aplica sua força de trabalho sobre o qual tem uma produção e divide essa força exatamente ao meio com o dono da plantação.

Observe que a palavra *meia (o)* apresenta uma forte relação com os conteúdos matemáticos quando se trata de fração e também com as disciplinas afins. Nas frações o termo meio é usado exatamente para qualificar a divisão exata de um inteiro em duas partes. Essa relação aponta vertentes onde percebo que a Ciência bebe das fontes tradicionais ou das origens do saber para se sustentar.

Colher a mandioca e consumir os seus derivados implica numa atitude de experiência de vida, assim como a do processo de cultivo. É dessas experiências que necessitamos dentro da educação formal para a consolidação da formação do sujeito multicultural e transversal.

5.4 Maniva, casca, cruêra e caroço: rejeitos de valores

*A palavra rejeito é repleta de muitos sentidos,
Ela parece dizer sentimento ou algo que foi esquecido,
Mas rejeito aqui tem um significado deferido,
Apresenta valores na prática de quem está vivo,
Rejeito não é rejeitar é só uma palavra de sentido imbuído,
Tem a sobra da maniva e da casca, descartados no solo vivo,
São dois dos principais rejeitos que ajudam reconstituir a vida,
São também dois alimentos, para animais que na seca regride.
A cruera e o caroço, são rejeitos num bom sentido,
Eles são parte da nossa identidade, aspecto do nosso vivido,
Os rejeitos designam sobras que no processar da mandioca são separados das
principais derivas.
(Adão Fernandes)*

Maniva - é tida como rejeito somente quando é desprezada pelos produtores no ato da colheita da mandioca. E, mesmo assim ela é utilizada em parte para adubar o solo ou servir de ração animal.

Casca - a casca das raízes ou batatas da mandioca também é um rejeito que serve tanto para adubação do solo como para alimentação bovina, suína, equina, ração de peixes entre

outros. A ração para peixe é chamada de engodo. O engodo é feito em forma de compostagem dentro de um saco e amarrado em algum ponto do rio para atrair e facilitar a captura de peixes.

Cruêra - é a sobra das batatas que ficam depois da ralagem, ela é utilizada para fazer polvilho no ato de fazer bolos e beijus para a mesa da comunidade. Hoje esse trabalho já não é mais comum, pouquíssimas pessoas usufruem dessa prática.

Caroço - é extraído no final do processamento da mandioca. Ele é reutilizado ou utilizado para tomar leite no café da manhã ou no lanche. O caroço é parte da farinha.

Os rejeitos pressupõem-se que é tudo aquilo que sobra do manejo da mandioca desde a plantação à produção dos derivados. Pode se imaginar que é tudo aquilo que não tem utilidade depois. Isso não é verdade, imaginação negativa para nós que a cultivamos. Os rejeitos são sobras disso é fato, mas com utilidades múltiplas. A casca da mandioca, por exemplo, que é um rejeito fortemente presente no ato da produção da farinha é utilizado para ração de bovinos, equinos, suínos, ração de peixes e adubação do solo.

Embora o nome não prescreve o significado que tem essas sobras nem a importância que os mesmos têm para a comunidade de vida é possível perceber através do exemplo dado acima que estes também são recheados de práticas de conhecimento que perpassa a teoria.

E como se vê nas ilustrações, os exemplos de rejeitos aqui estão sendo utilizados pelo menos para um fim, ou seja, para uma ação positiva de continuação da vida, por isso ele está organizado para ser recolhido e depositado em algum lugar para algum fim na natureza.

Essa é a casca de mandioca, um dos rejeitos obtidos no processar da farinha.



Fonte: arquivo do pesquisador. Casca de mandioca. (Comunidade Vão de Almas. Abril de 2018).

*A casca é um suplemento para alimentação de animais,
É um rejeito que nos sustenta ao sustentar os vegetais,
Às vezes é desperdiçado, para nós tanto faz,
A natureza toma proveito do que o humano desfaz,
Reconstituindo a vida e promovendo a paz.*

*Tem a água da mandioca que é um rejeito tenebroso,
Ela apresenta perigo porque tem suplemento venenoso,
Ela tem poder de cura contra insetos maldosos,
Mas tem o poder da morte por intoxicação e ataques nervosos.
Esses saberes tradicionais pra ciência não têm valores,
Muito custa a nossa luta a vida de nos credores.*

(Adão Fernandes)

Os rejeitos neste sentido são partes essenciais que contemplam a força de trabalho aplicada naquilo que não foi suprido pelos derivados do manejo da mandioca. É claro há

partes desses rejeitos que são menos prezadas, mas de toda forma como já mencionado, elas servem para adubar os quintais de produção e reprodução, de plantio e replantio da mandioca e vários outros cultivos.

Inferir e mostrar um significado com outra lógica sobre o contexto da palavra “rejeito” é fundamentar o calendário agrícola a partir dos conhecimentos da tradição. Isso me dá certeza da importância desses conhecimentos para a transformação da educação e de mundo na minha visão de militante que busca a inclusão dos diferentes rejeitos da sociedade nos espaços de direito e de deveres igualmente sociais.

5.5 Abandono, *paiada* ou *pousio*?

*Seja lá qual nome for, uma coisa eu posso dizer,
Abandonar um local é uma ação que nos dá prazer,
É um espaço de descanso do solo para se reestabelecer,
O pousio é esse tempo de rejuvenescer,
É o tempo de abandono que o solo perde o prazer,
Então vem a paiada, os matos começam a crescer,
Recobre o solo nos garantindo sobreviver.
(Adão Fernandes)*

Abandonar o local de plantio nem sempre é uma decisão fácil de tomar. Mas é preciso em muitas circunstâncias entender a natureza e respeitá-la. O abandono é uma ação na verdade que diz respeito ao processo de pousio que a natureza exige. Esse processo acontece quando sentimos a vibração de um grito de socorro dos organismos naturais que sustentam a vida na terra. Esse grito é dado quando o ano de plantação mesmo em boas condições climáticas, o plantio e replantio não surte bastante efeito na produção. É quando sentimos e observamos que dali daquele local não haverá a compensação da força de trabalho aplicada. Esse é o momento do abando, ou descanso do solo naquele local.

Como se sabe todos os seres vivos exceto o homem entram em fase de extinção se abusarmos das formas de relações com eles. É neste momento de extinção dos micro-organismos do solo que abandonamos o local da plantação por um tempo que possibilite sua recomposição.

É certo que não estou falando de uma completa recomposição desses organismos ou micro-organismos, mas estou falando de uma reestruturação de força de boa parte deles que suporte outra vez o trabalho humano e garanta a proliferação deste trabalho na garantia da sobrevivência enquanto vida, cultura e tradição.

O local é abandonado quando a produção já não supre toda a força de trabalho aplicado ali. Todavia, o sujeito percebe e entende que é um momento em que o solo precisa descansar e recompor as energias. O tempo de abandono varia de acordo com as características de cada espaço utilizado. Há abandonos que são para sempre e há outras formas de abandonos que há uma reconciliação entre as partes depois de um ano ou mais.

Desse modo há uma forma de reciprocidade combinatória entre o homem e a natureza.

Abandonar um local de plantio, não significa abandonar o que se sabe nem o que se faz, ou seja, os campos dos conhecimentos físicos, mentais e sociais acompanham o agricultor seja lá onde ele for. Todos esses conhecimentos são colocados em prática em outro espaço de produção.

A palavra abandono está sendo utilizada neste contexto não no seu sentido pejorativo, mas logicamente e largamente para descrever os períodos em que nosso fazer agricultura se apresenta de formas semelhantes às ações nômades utilizadas pelos povos antigos na descoberta de suas resistências e existências. Por isso nossa plantação ainda hoje migra de um local para outro. Essa migração também pode ser entendida como já mencionado em outro momento como processo de *pousio e ou descanso* do solo.

Assim sendo o abandono é uma prática de sobrevivência como qualquer outra no âmbito das práticas agrícolas na comunidade. Sua importância está focada tanto na preservação da natureza, nas formas de educação ambiental, como da própria vida humana para uma sustentabilidade no âmbito social.

Grande parte, senão todos os grupos Kalungas separam uma área abandonada características que vem da ação humana de uma área preservada. Os Kalungas do Vão de Almas por exemplo chamam as áreas abandonadas de “paiadas” (paiada= lugar de cultivo abandonado para que o solo se recomponha sua vegetação e suas forças produtivas).

O conhecimento que nós, Kalungas, temos sobre o processo de abandono vai muito além do que está apontado aqui. Fora o conhecimento botânico que não será discutido pormenorizadamente, sabemos da capacidade de resistência do solo às plantações depois de um dado período de abandono.

No cerne desta questão, faço a última apresentação,

*O guia é o resultado de toda a minha inquietação,
Ele está sendo apresentado com base na educação,
Discutido em dois vetores num ciclo de orientação,
Um é a educação quilombola, num processo de inclusão,
Outro é a educação escolar no contexto de exclusão,
Tudo isso baseado em dois pilares da Natureza,
“O inverno e o verão”
E o principal vetor aqui é o processo de relações,
Onde a mandioca se internaliza nas práticas de educação.
(Adão Fernandes)*

O calendário agrícola, de todo modo, se apresenta em um ciclo aberto de relações, de mudanças e de inovações das ações desenvolvidas para a sua representação. Além de ser um ciclo aberto a inovações ele é regido pelas coordenadas naturais do tempo em dois momentos “z’água e seca” ou inverno e verão. Em cada um destes momentos apesar das atividades agrícolas estarem muito imbricadas algumas práticas são específicas de um e não dos dois. A prática de plantio por exemplo, ocorre somente no tempo inverno enquanto as práticas de processamento podem ocorrer e de fato ocorrem nos dois momentos do ano.

Na sequência faço uma descrição mais detalhada dos dois tempos trazendo os princípios do calendário em discussão.

5.6 Z’água e seca, tempo inverno e tempo verão

*Um ano tem doze meses,
Doze meses tem um ano,
É neste período de doze meses que o povo Kalunga renova sua fé roçando, queimando,
colhendo, plantando e replantando.
O tempo das z’aguas, é um tempo de alegria,
As plantações se renovam, tudo na natureza se recria,
É também compreendido, como período de inverno,
Tempo de mais difícil acesso, onde o calendário encontra o seu cerne,
Tem também o tempo da seca ou tempo do verão, espaço que o calendário ressignifica
suas forças e reflete sobre a nossa educação.*

A roçada, a plantação e a colheita embora pareçam separadas elas se misturam em diversas ocasiões do ano. Em época de roçada não se planta, mas se colhe e em época de colheita se roça e se planta porque a colheita acontece em vários momentos do ano, depende da qualidade da mandioca plantada e o interesse do dono.

Nesta mistura pretendo deixar mais claro o entrelaçamento do manejo da mandioca conforme ilustração a seguir. Na ilustração está exposto cuidadosamente como os processos ocorrem durante os doze meses do ano divididos em três eixos ou blocos mensais. Cada eixo apresenta períodos distintos e há uma descrição sucinta do manejo da mandioca.

A divisão dos meses aqui proposta é importante destacar que não se refere às estações do ano, visto que elas são quatro e aqui dividimos o ano em três eixos. Embora ela se assemelhe as estações do ano, é uma divisão racional simples para compreendermos melhor o dia a dia e o passo a passo do manejo da mandioca na comunidade. Ela não só se assemelha as estações, mas de fato fazem parte delas e para nós essas estações se resumem apenas em *inverno e verão*.

O inverno - Em outros tempos o período de inverno para nós, Kalungas, iniciava-se no mês de outubro e se estendia até o mês de março. Mais, com as influências das mudanças climáticas também influenciadas pelo interesse capitalista instruídos pelo homem, esse período está a cada dia sendo mais prorrogado. Essa prorrogação me permite dizer que não estamos seguros com o manejo da mandioca iniciada, justamente porque o poder capitalista tem causado um denso desmatamento e provocado desestabilidade na natureza afetando também o ciclo de segurança alimentar tradicional nas comunidades quilombolas.

O inverno é a época chuvosa. Época em que o acesso à comunidade fica ainda mais difícil como apresentado anteriormente na parte paradigmática desta pesquisa.

Famílias se reúnem em torno do fogo à lenha. As lareiras clareiam e esquentam o frio, a chuva caindo lá fora, mandiocas assadas nas brasas, os rios avançando sobre as margens, a caatinga se banha, o Sol aparece e some, o vento leva e traz o som do cantar dos pássaros e do rugir dos animais. A Lua por vezes aparece e logo desaparece, a escuridão toma conta da noite as pessoas alegres adormecem.

O inverno é assim, cheio de muitas belezas, roças sendo cultivadas, farturas perdendo nas mesas. Sonhos sendo construídos, esperanças sendo renovadas, vida que segue adiante e mandiocas sendo cultivadas.

O verão - o verão é compreendido como a época da seca. Época de mudanças drásticas na natureza, queimadas, córregos sem água. Época em que o povo Kalunga olha a caatinga amarela de Graciliano Ramos em “Vidas Secas” até o poente avermelhado pelo pôr do Sol.

Os rios descem as encostas quase sem vida parece que choram, a seca afeta a vida e as riquezas da “z’água” desaparecem.

Sol, calor de verão, nuvens de poeira, folhagens no chão. Árvores nuas, farturas em extinção, sol queimando a terra fogo entrando em ação, mandioca se transformando em outros meios de alimentação. Vidas secas, viradas de estação é época de pensar no verde para cultivar a nação.

A escolha da divisão em inverno e verão pode ser compreendida pelos eixos mensais ou pelo princípio do trabalho na comunidade ao manejar a mandioca. A divisão desses eixos está supostamente apresentada abaixo e não segue uma ordem cronológica do calendário anual.

*O tempo chamado inverno, é as z’águas entrando em ação,
A Natureza abrindo espaço, para novas plantações,
É um período de chuvas, que abastece os ribeirões,
É um tempo de alegria, o verde volta ao sertão,
Pássaros festejam os dias a noite some na escuridão,
Mandiocas sento plantadas garantindo a alimentação,
A natureza em agradecimento garante a nossa continuação.
(Adão Fernandes)*

Inverno - compreensão do período chuvoso que se estende hoje entre os meses de novembro, dezembro, janeiro, fevereiro e março.

É neste primeiro contato com as chuvas que se inicia tudo. Esses são os meses cujo inverno está presente. É neste pouco espaço de tempo que nós cuidamos da limpeza da roça, faz o plantio da mandioca, limpa as primeiras mudas plantadas e replantam quando necessário. Aqui também mesmo em época de inverno nós fabricamos a farinha, pois ela é um prato que completa a mesa Kalunga em qualquer ocasião do ano. As plantações que

ocorrem durante a passagem do inverno para o verão preveem ganho conforme a densidade e a continuidade das chuvas. Nessa passagem as condições de plantio já não são igualmente favoráveis para que a plantação nasça, se desenvolva livrando assim do perigo da morte durante o período da seca que muitas vezes se antecipa do período esperado.

É preciso dar uma atenção especial para este intervalo do ano. Pois esse é um período responsável por quase toda a cadeia produtiva que sustenta a comunidade em produtos agrícolas. É preciso neste período a escola ir até os estudantes trocar conhecimentos no meio do nada e construir uma relação de família ali, relação de respeito aos diferentes e diversos saberes da tradição que entrelaçam com a natureza e a vida. Como se diz na comunidade, o tempo do “carrancismo” já passou, (carrancismo refere-se ao tempo remoto de muita luta, sofrimento, necessidade...), por isso é preciso dizer que o calendário agrícola tem a prerrogativa de arrancar a educação do carrancismo habitual. Ou seja, dessa necessidade de educação que valorize o sujeito, o meio que o cerca, seus saberes e proporcione uma formação que os liberte da luta desenfreada e opressiva dos interesses capitalistas.

*Tempo de verão, é a seca entrando em ação,
Acabando com as águas dos rios,
Não permitindo a nossa plantação,
Coloca a vida em risco, animais sofrendo ilusão,
Poeira subindo nos ares, fogo queimando o sertão,
Mandiocas sendo raladas,
É uma renda em complementação,
Os conhecimentos vão ultrapassando o que ensina a escolarização,
Essas épocas apresentadas é o calendário dessa discussão,
São conhecimentos de mundo desprezados pela educação,
Conhecimentos épicos tradicionais do tempo inverno e verão.
(Adão Fernandes)*

Verão - compreensão do período de seca que hoje é uma variável que corresponde ao intervalo de tempo entre o mês de abril a outubro.

Aqui começa a estiagem, a sondagem para a escolha do local da roçada das matas de reservas, para que haja tempo suficiente para o mato roçado secar. Neste intervalo

também acontece a renovação da roçada das chamadas paiadas (palhadas são lugar onde havia roça e foi abandonado para que o mato crescesse e voltasse às características primitivas). É neste período que há uma presença forte de como iniciar todo o processo de manejo da mandioca. São meses, derrubada e queimada das matas ou das palhadas acenam para a produção e reprodução da vida. Para além disso é período também de fabricar a farinha no intuito de melhor aproveitar a mandioca já plantada e desocupar espaço para um novo plantio. Outro aspecto que justifica o aumento da produção de farinha neste período é a densidade em que se encontra as batatas da mandioca, um conteúdo mais sólido, firme para renda e beleza da farinha e de outros derivados como a tapioca.

Uma outra característica que justifica a forte produção da farinha nessa época é a venda para arrecadação de dinheiro para compra de roupas, sapatos, cosméticos, entre outros produtos para se comemorar nas festividades da comunidade. Festa de São João em junho, Festa de São Sebastião em julho, agosto tem Festa de Nossa Senhora D'Abadia (Romaria) e em setembro tem Festa de São Gonçalo na comunidade do Vão do Moleque. Festas cuja parte cultural deve ser considerada na ressignificação do calendário escolar.

Fora a roçada a derruba e a queima, outros processos de preparo da terra começam também neste período do verão. O processo da junta dos garranchos (garranchos= restos de madeira que ficaram depois da queima) para facilitar a limpa com a enxada prevendo a plantação que deve iniciar nos primeiros contatos com o inverno.

Pode-se pensar que nós passamos um tempo descansando do trabalho agrícola. Pensamento equivocado. Porque quando estamos descansando estamos produzindo a farinha nos finais de semanas. É tempo de lida com tantas outras atividades que muito se faz junto a de mandioca. É tempo de refazer o feito. Como em outros tempos, um tempo de produção de farinha seja para consumo próprio, venda, troca ou reserva para a seguridade alimentar. Lanço uma questão a se pensar. Em qual época do ano não se produz farinha? Somente na época em que não houver plantação de mandioca em condições de processamentos.

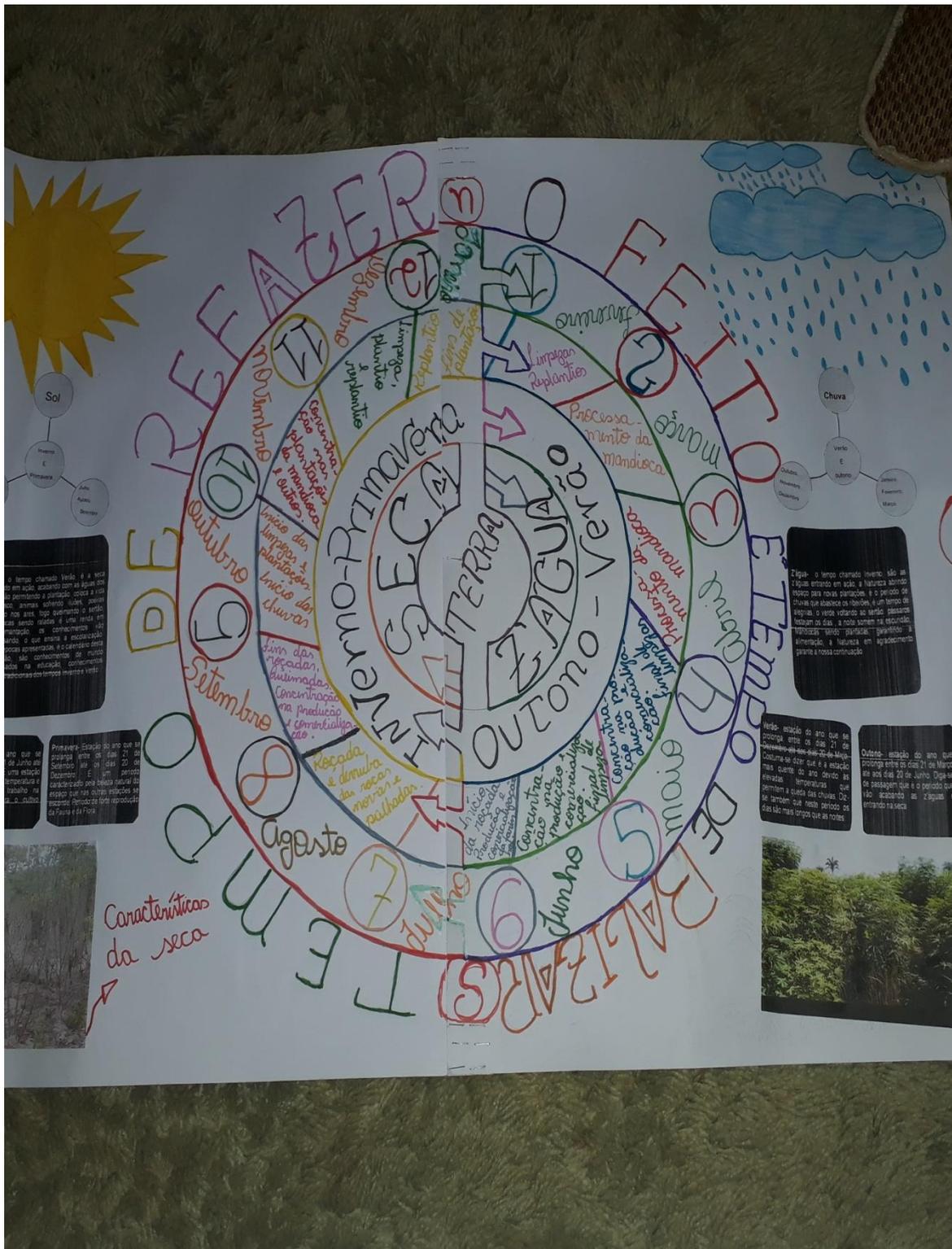
Já adiantei a resposta da questão anterior e já explico porquê. Porque é mentira, nos dias atuais, você chegar na comunidade e não encontrar ninguém fazendo manejo e remanejo de vida a partir das práticas agrícolas. Por isso volto a reafirmar a necessidade do calendário agrícola para que a educação possa sair do fanatismo, sair do óbvio e ir até onde estão os educandos. Onde eles estão roçando, queimando, limpando, plantando, replantando, colhendo e saboreando as delícias vitais, o bem-estar e o bem viver natural.

Os educandos e os educadores estão fadados à mesmice da educação oferecida (Educação Capitalista) cheia de muitas regras. E preciso atentar nossas práticas àquilo que é de essência na vida deles e da comunidade em geral. Toda a teoria não dá conta da prática Kalunga e cada mês que se segue novas práticas, novas experiências de adaptação e resistência as exigências do mundo atual vão sendo construídas no dia a dia do inverno e verão dos Kalungas.

Desse modo não se pode pensar no manejo da mandioca apenas como um ciclo vicioso e aberto, nem muito menos em apenas um simples calendário agrícola, mas pensar, na complexidade do banco de dados ou de conhecimentos de um ciclo aberto às novas descobertas do mundo, contínuo e prazeroso na produção e reprodução da vida.

*Num processo cíclico e interativo,
O calendário permanece vivo,
Se readaptando ao espaço e ao tempo,
E nos saberes constituídos,
Garantido a continuidade da vida,
E uma educação que já mais poderá ser medida.
(Adão Fernandes)*

5.7 Baliza para o uso e sustento do calendário agrícola e da vida



Fonte: acervo do pesquisador. Baliza para uso do calendário agrícola (Comunidade Kalunga Vão de Almas, Julho de 2018)

Tendo a Terra o eixo central e como representatividade da natureza do ponto crucial natural, bem como também o sustentáculo das atividades agrícolas, ela se apresenta como centro de organização de uma cadeia de saberes e fazeres que forma nosso povo e

em consequência forma o calendário agrícola. Essa centralidade tem um processo cíclico que se divide em duas ocasiões do ano, o período compreendido inverno e o verão.

Esses dois períodos englobam as demais estações e estão sempre abertos a inovações. Eles se renovam a medida em que as atividades vão sendo envolvidas e desenvolvidas no manejo da mandioca.

Uma das grandes inovações nessa representação do calendário agrícola é a adequação das atividades de manejo das produções agrícolas ao passo que justapõe essas duas estações antes referidas. Com isso quero dizer que a cada ano há uma necessidade de reorganização dos tempos e espaços de manejo da mandioca em virtude das exigências da natureza.

As inovações me permitem dizer também que o nosso calendário agrícola apesar de poder ser representado esquematicamente aqui, ele requer uma readaptação ao logo dos anos subsequentes, pois ele é uma verdade que exige da nossa capacidade de adaptação um processo avaliação, reavaliação, reconstrução para a sua utilização, reutilização e ressignificação das velhas e novas práticas de desenvolvimento da vida e da educação dos remanescentes de quilombos.

O calendário agrícola neste sentido não se dissocia do calendário cultural da comunidade. E pode ser visto também a partir dos pontos de intersecção que são marcados pelas festividades no ato de servir na mesa pratos alimentícios que vêm da agricultura de subsistência local. Nessa intersecção, um dos pontos mais fortes é marcado pelo uso da farinha de mandioca que é um dos principais alimentos que satisfaz às famílias na oferenda e na oferecida refeição. Seja na utilização de farofas, sopas, farinha limpa no prato, no leite, na paçoca de carne, de gergelim e de coco, seja nos banquetes ou até mesmo em forma de mandioca cozida aos pedaços e feito quibebe para complementar as misturas servidas na mesa das festividades.

Assim, alguns resultados serão apresentados em prol do esforço que tive em lusitar o calendário e sua potencialidade na transformação da educação e dos sujeitos das nossas comunidades.

A pesquisa, antes mesmo da sua conclusão já prevê resultados significativos de toda a sua teorização. Um dos resultados é a reconstrução específica do PPP no âmbito da unidade escolar que não tinha, bem como também o Plano de Ações que possibilita o trabalho voltado para a valorização dos conhecimentos e da identidade da comunidade. No PPP está contida a Lei 10.639/03, proposta pelo grupo de educadores que o reconstruiu. É possível dizer que essa reconstrução do PPP e do PAD embasados pela lei referida é um marco histórico nessa luta por uma educação inclusiva.

Um outro resultado que vem também no bojo desta pesquisa é ver a preocupação por parte dos governantes, secretários de educação, diretor(a) em relação ao calendário escolar específico valorizando a identidade da comunidade e os aspectos naturais que ocorrem nela, como por exemplo o período chuvoso que as aulas não ocorrem de maneira satisfatória. A discussão está sendo promovida em torno do calendário atual e das mudanças que podem acontecer, de acordo com a direção da escola. Ora, não temos ainda o calendário aprovado, estou advogando que tem sido feito uma discussão em torno disso e o mesmo já está sendo avaliado para readaptações. Essa readaptação o que se espera é que nele esteja incluso as principais datas agrícolas da comunidade para que elas sejam valorizadas e trabalhadas no âmbito da educação escolar.

Só este calendário agrícola que discuto construído e divulgado para se ter base e propostas de mudanças metodológicas de educação nos quilombos já é um grande resultado desta pesquisa. Mas, para além deste, como se pode ver o PPP, o Plano de Ação escolar, e o calendário escolar faz parte desta proposta, por isso não deixa de ser mais um resultado. Mas se já não bastasse, um outro resultado que não foi da nossa autonomia, mas que advém das nossas lutas é a discussão e aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2018) das redes de educação pública e privada no Brasil. Nela estão contidas dez competências que direcionam nosso currículo escolar.

Entre estas competências quero destacar algumas, já que a pesquisa discute a concepção de currículo também.

1- Valorizar e utilizar os conhecimentos sobre o mundo físico, social, cultural e digital, para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar com a sociedade.

2- Valorizar as diferentes manifestações artísticas e culturais. Para fruir e participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

6- Valorizar e apropriar-se de conhecimentos e experiências, para entender o mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas à cidadania e ao seu projeto de vida com liberdade, autonomia, criticidade e responsabilidade.

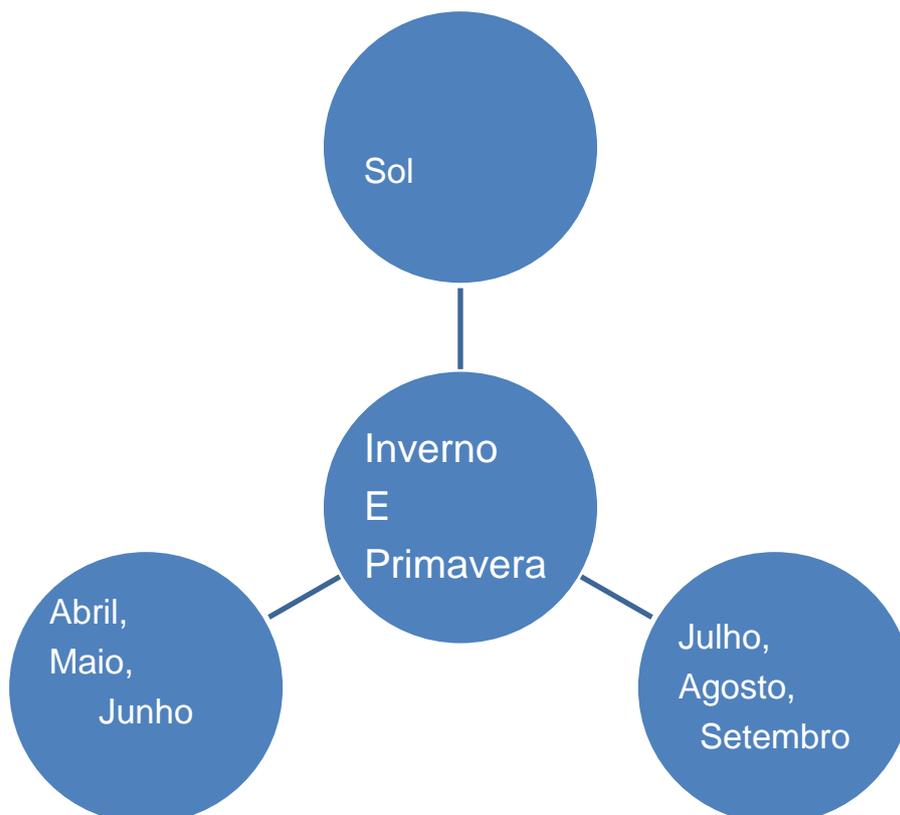
9- Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação para fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade, sem preconceito de qualquer natureza;

10- Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, para tomar decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Essas competências para mim, vem também como resultados desta pesquisa embora num âmbito mais geral. Pois como se pode ver na BNCC, são 10 as competências e pelo menos 4 delas como explicitadas acima discutem as questões de culturas, educação, direito e respeito à diversidade cultural como aspectos a serem considerados no processo de formação do sujeito e do desenvolvimento social.

Não é num outro sentido que as trouxe aqui como elemento dos resultados desta pesquisa senão pela diferença ou mudanças que vejo, mesmo que talvez seja uma luz no final do túnel, mas que me dá indícios de que a educação começa a passar por propostas de mudanças e ressignificação, respeito à diversidade e a inclusão social.

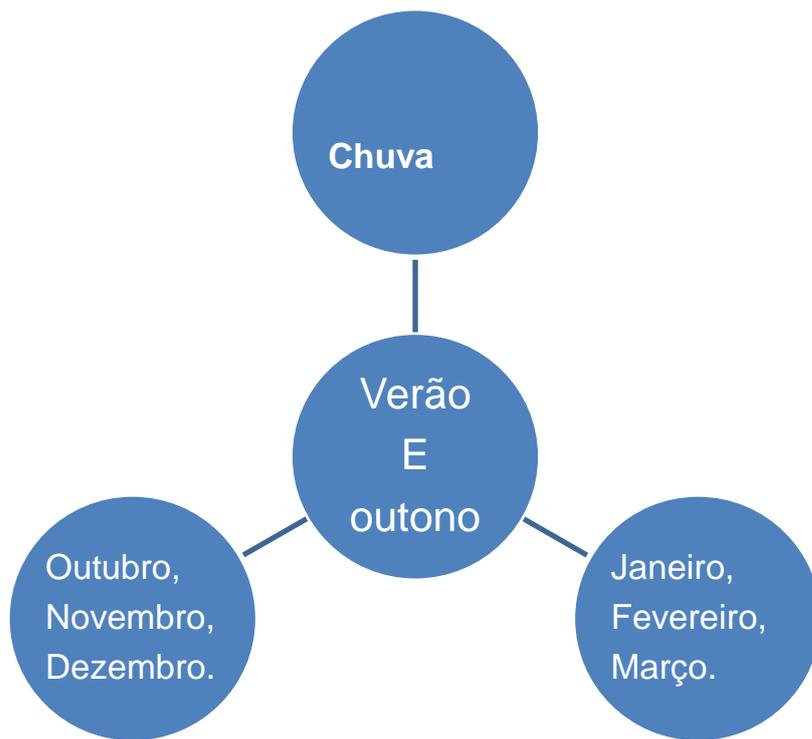
Para finalizar os resultados desta pesquisa trouxe, ao final desta discussão, a descrição da figura Calendário apresentada acima.



seca entrando em ação, acabando com as águas dos rios, não permitindo a plantação. coloca a vida em risco, animais sofrendo iluões, poeiras subindo nos ares, fogo queimando o sertão, mandiocas sendo raladas é uma renda em complemantação, os conhecimentos vão ultrpassando, o que ensina a escolarização. essas épocas apresentadas, é o calendário desta discussão, são conhecimentos de mundo despresados na Primaveração. Esta estação do ano conhecimentos épicos e tradicionais

que se prolonga entre os dias 21 de Junho até o dia 20 de Setembro. É uma estação Caracterizada pela baixa temperatura e pela concentração do trabalho na abertura das

entre os dias 21 de Setembro até os dias 20 de Dezembro. É um período caracterizado pela beleza natural do espaço que nas outras estações se esconde. Período de forte

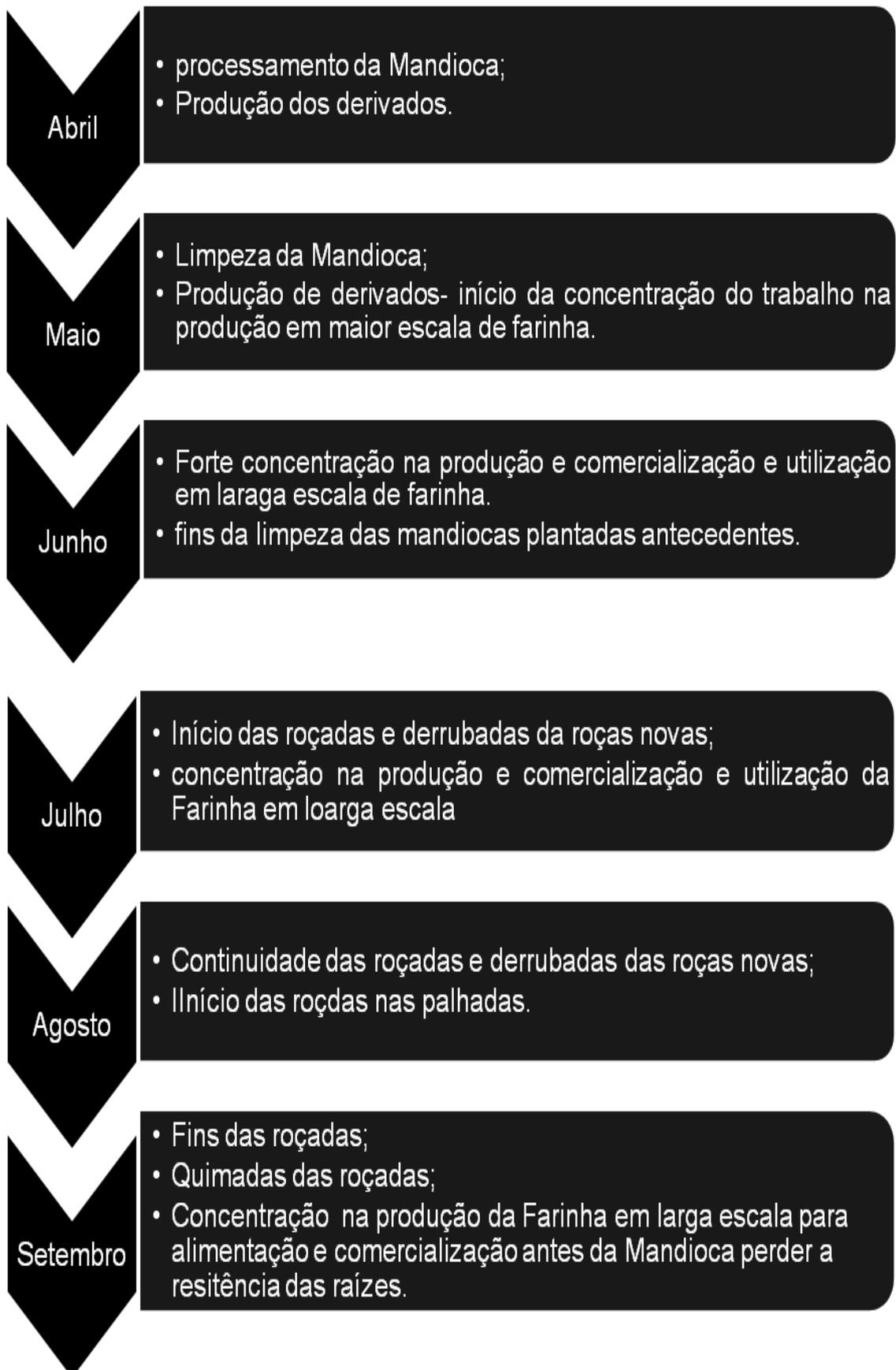


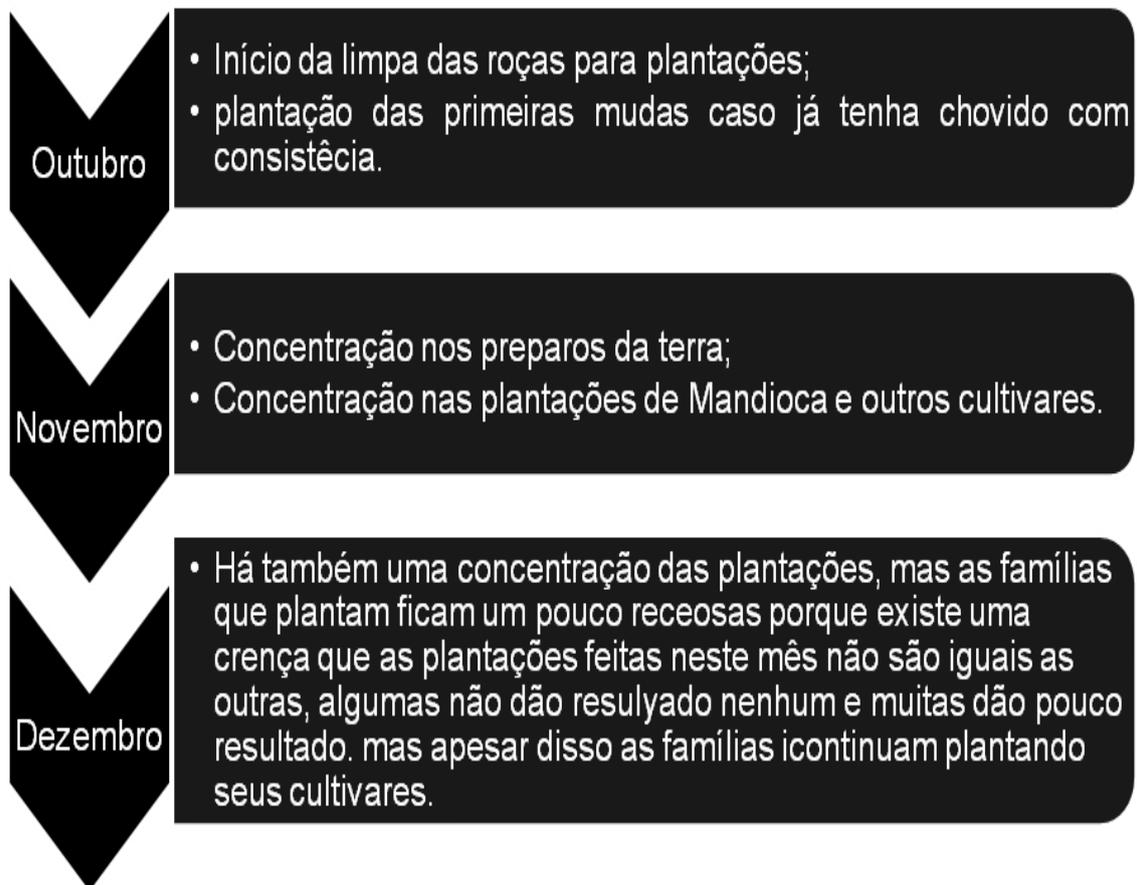
Z'água- o tempo chamado Inverno, são as z'águas entrando em ação, a Natureza abrindo espaço para novas plantações. é o período de chuvas que abastece os ribeirões, é um tempo de alegriias, o verde voltando ao sertão. pássaros festejam os dias , a noite somem na escuridão, Mandiocas sendo plantadas, garantindo a alimentação, a Natureza em agradecimento garante a nossa continuação.

Verão- estação do ano que se prolonga entre os dias 21 de Dezembro até aos dias 20 de Mrço. Costuma-se dizer que é a estação mais quente do ano devido às elevadas temperaturas que permitem a queda das chuvas. Diz-se também que neste período os dias são mais longos que as noites.

Outono- estação do ano que prolonga entre os dias 21 de Março até aos dias 20 de Junho. Diga-se de passagem que é o período que vão acabando as z'águas e entrando na seca







5.8 É tempo de refazer o Feito!

Refazer o feito- requer aproveitar as experiências de um tempo profundo reprimidas, dos momentos e espaços percorridos. É repensar, reavaliar, e reconstruir tudo aquilo que já foi um dia construído. É retomar os caminhos para que os passos seguintes sejam seguidos. Replantar as sementes da esperança, partindo das balizas da vida. Refazer o feito é refazer a própria vida para que a construção da identidade seja a maior experiência socialmente educativa.

Tomando emprestadas a palavras de Boa Ventura de Sousa Santos Melhor do que pensar no que vem depois é pensar no que veio antes, ou seja, melhor do que inventar uma nova memória é reconstruir a sua história.

Santos vai mais longe dizendo “Nossa situação é um tanto complexa: podemos afirmar que temos problemas modernos para os quais não temos soluções modernas. E isso dá ao nosso tempo o caráter de transição: temos de fazer um esforço muito insistente pela reinvenção da emancipação social” (2007, p. 19).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Ao fazer minhas considerações,
Não poderia deixar de falar das minhas ilusões,
Estou certo que cheguei neste final com tamanha satisfação,
Realizado os objetivos, vai restando recordações,
Dos tempos de angústias, dos dias de escuridão,
Das trovoadas do inverno e das tempestades de verão.
E pra não dizer que não falei de flores, como já disse Guimarães,
Vou fechando este ciclo de mesmo modo que abri cada seção,
Mas esta parte por ser a última, considere minhas considerações,
Considere que fui claro, com minhas pretensões,
Que fui também corajoso nesta luta pela inclusão,
E que incluir não é apenas abrir espaço para receber a diversificação,
Mas também dar boas e novas condições de vida e de atuação,
Condições de existência e de luta por transformações.
Neste sentido também considero, dever cumprido com dedicação,
E fica o meu legado para na luta para a nossa e muitas outras gerações.*

(Adão Fernandes)

Acho relevante dizer que a pesquisa fez um esforço de apresentar parte da vida da comunidade Vão de Almas num sentido de encorajar a luta por uma educação inclusiva, e mais que isso, pelos seus direitos plenos à vida conforme a Constituição Brasileira.

Pelo fato de tomar como um dos seus sustentáculos o princípio ecológico da diversidade da vida, a educação propugna pela diversidade e defende as minorias no âmbito do desenvolvimento pleno da vida e da formação humana. Todas as culturas, os seres e os seus bancos de conhecimentos devem ser respeitados e valorizados por terem valores intrínsecos.

A Educação é o caminho para a mediação destes valores e por isso mesmo ela deve gozar desse banco de conhecimentos que vem da tradição negra. Dito isso, estou certo de que o caminho está sendo construído e muito convicto de que este desafio enfrentado, este trabalho de pesquisa, tem um importante papel a desempenhar nesse caminhar.

Assim, considero que este trabalho é uma projeção das respostas que a comunidade espera para melhoria no calendário e na educação escolar das nossas crianças. Considero

também que mesmo ter passado por dificuldades, os objetivos propostos foram aqui alcançados. O maior deles é construir o calendário agrícola da comunidade, e como se pode ver o mesmo foi apresentado depois de muitas idas e voltas no capítulo final do trabalho.

É lúcido considerar também que o trabalho é uma política em defesa de educação inclusiva que busca se firmar em um espaço de negação do direito Kalunga. Neste sentido, esta política vigora num espaço onde o poder capitalista tenta continuamente reprimir e ocultar sonhos de liberdade plena e gozação das formas de vida de um povo com suas culturas, ideologias e identidades.

Faço ressalvas as considerações já feitas, mas considero ainda que quando em momentos anteriores enfatizei a importância dos conhecimentos agrícolas para a construção do calendário agrícola no contexto da Educação Escolar Quilombola, apontava uma forma diferente de educação que não é formal, mas que é praticada na comunidade Vão de Almas e que reafirma a identidade étnica do nosso povo. Um modelo educativo que pode ser somado à escola de formação.

Exemplo: a compreensão do sentido didático da realização do plantio da mandioca, no caso, “seca e z’água” são fundamentais na formação da nossa cultura e para a nossa educação. Pois é neste processo que vai formando a nossa identidade e as relações de ensino-aprendizagem de geração para geração.

Essa é uma constatação de um currículo invisível como já apontado anteriormente que vai se desenvolvendo e sendo realizado informalmente marcado pelo reflexo do aproveitamento das experiências construídas ao longo dos tempos. É o que leva os alunos a conhecerem a história da comunidade, da sua família, a sua própria história e se reconhecerem como diferentes.

O calendário escolar que se tem não leva em consideração as práticas de cultivo dos alunos, as experiências que são construídas com essas práticas, e ao impor-se como uma norma no processo formal educacional quilombola, além de esconder a universalidade de outro calendário ele reafirma o papel de negação da nossa própria história nessa educação. Daí algumas críticas até convincentes de que os povos tradicionais são leigos a sua própria história. E de fato pode ser, porque como educador que sou vejo a escola tem atuado fortemente até então sem propósito algum de valorizar essas histórias, esse calendário, esse currículo invisível.

Há uma necessidade grande de colocar a escola mais próxima da realidade do calendário da comunidade, dos estudantes e dos educadores se quisermos formarmos

sujeitos capazes de se reconhecerem reconhecer o outro e serem construtores das suas próprias histórias num Brasil pluridiverso como o nosso. E é dever nosso enquanto sociedade e muito mais dever do Estado rever e possibilitar um novo quadro para que a educação escolar dos povos tradicionais supere essa situação que vivemos na atualidade. Como disse Moura (2012):

No caso da educação escolar, é também dever da gestão dos sistemas de ensino, das escolas e dos cursos de formação inicial e continuada de professores a inserção da realidade sociocultural e histórica da realidade quilombola nos currículos e eu digo mais, também no calendário, assim como a reorganização dos tempos e dos espaços escolares para que o atendimento a especificidades dessas comunidades seja um dos eixos da educação igualitária. (MOURA, 2012, p. 40).

Essa discussão do calendário específico já foi deslanchada anteriormente quando debati sobre as Leis 9394/96 a 10.639/03, a 11945/98 e a resolução nº 08/2012 do Conselho Nacional de Educação dentro das Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola e ao longo de todo o trabalho.

A partir do momento em que fiz estas considerações fica evidente que terminado este compromisso que estou tendo em apresentar esta demanda e validar este calendário agrícola através de um programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável Junto a Povos e Terras Tradicionais, os sistemas de educação nas comunidades tradicionais de todo país deverão cumprir com o dever e a responsabilidade educacional de implementá-lo.

Para tal, deverão considerar vários aspectos da nossa ancestralidade africana tais como: o conceito de Terra e Território Quilombola, as relações dos quilombolas com a Terra, os aspectos agroecológicos tradicionais, a agricultura de subsistência das comunidades, a identidade cultural e agrícola, bem como também os avanços já obtidos e os limites constitucionais do nosso povo, os quais busquei abordar superficialmente nesse trabalho de dissertação.

Em nome da inclusão e do desenvolvimento, e até por desejo individual ou coletivo, diante de tudo que acabo de dizer, estou convicto de que o mais novo calendário reforça nossas perspectivas de trabalho educacional interdisciplinar e transdisciplinar. Além disso, tem uma importante função a desempenhar no futuro dentro da Educação Escolar Quilombola dos quilombos contemporâneos. Como se pode perceber, a linguagem que se constitui neste trabalho não é estruturada especificamente por uma área de conhecimento,

mas sim, por várias linhas do pensamento capazes de dialogar com o todo, indo muito além das duas formas aqui mencionadas do repasse dos conhecimentos.

ANEXOS

Anexo 1

Questões básicas de orientação para produção da pesquisa e relatório sobre o manejo da mandioca na comunidade

Questionário 1

- 1 Nome completo e idade
- 2 Lugar que nasceu e foi criado
- 3 Planta mandioca e desde quando?
- 4 Existe um lugar certo para o plantio e como é este lugar?
- 5 Por que é escolhido um lugar?
- 6 Por que as roças de mandioca geralmente ficam mais longe de casa?
- 7 Como sabe do lugar apropriado para plantar a mandioca e ela ser uma boa plantação?
- 8 Quais meses é feito a roçada e como ela é feita?
- 9 O que é feito depois da roçada?
- 10 Quais ou qual mês a mandioca é mais plantada e por quê?
- 11 Existe um mês determinado para produzir a farinha ou qualquer mês é apropriado?
- 12 Como é chamado na comunidade o local de produção da farinha e por que é chamado assim? E por que tem que ter esse local separado? Quais outros locais que pode ser plantada a mandioca, além da roça?
- 13 Por que planta a mandioca e produz a farinha? Qual é a importância disso?
- 14 Como é essa plantação na comunidade? Todos plantam ou só uma pessoa?
- 15 Qual é o tipo de terra, solo mais apropriado para o plantio?
- 16 O que mais acontece no manejo da mandioca? Há trocas de serviços, contação de histórias etc?
- 17- Conte um pouco mais sobre a sua experiência de vida com a plantação de mandioca, como aprendeu plantar, com quem e onde.
- 18 O senhor(a) sabe sobre a história de produção de mandioca na comunidade, como e quando começou a ser produzida aqui pelos mais velhos?

Anexo 2

Questionário 2

1 Qual a sua concepção de calendário agrícola e de calendário cultural em relação às comunidades tradicionais?

2 Sabe-se que Vão de Almas é uma comunidade muito rica em agricultura e outras culturas, a que denomino de agrícolas (junção da agricultura com todas as outras culturas local) provenientes das lutas de resistência dos negros. Neste sentido, quais elementos agrícolas são relevantes para a adequação de um calendário escolar específico para as escolas dessa comunidade?

3 Como a construção do calendário agrícola da comunidade Vão de Almas poderá contribuir nessa proposta de mudança do calendário escolar?

4 O calendário agrícola é apenas um guia de orientação e valorização do banco de conhecimentos, saberes e fazeres tradicionais da comunidade. Do seu ponto de vista quais saberes e fazeres são relevantes para esta proposta?

Anexo 3

Transcrição de relatórios sobre a produção de mandioca

Relato Professor x:

A comunidade Kalunga Vão de Almas fica situada a quase 70 Km de Cavalcante Goiás. Rica em suas biodiversidades abriga cerca de umas 400 famílias, tendo em vista que a maioria produz o cultivo da mandioca para o consumo e ajudar na renda familiar. Segundo os mais velhos é uma das produções mais utilizada na comunidade, por não necessitar de muita chuva e ter bastante rendimento na colheita.

Neste contexto, as práticas de manejo da mandioca começam a partir do mês de julho quando as famílias iniciam a roçada e derruba do cerrado ou capoeira para realização da roça. Depois de todo este trabalho espera-se de 15 a 20 dias para queimar o mato já seco. Assim o preparo da terra se inicia a partir do mês de setembro tendo várias etapas.

1ª etapa: o engarranchamento dos restos da madeira que sobraram após a queimada

2ª etapa: a capina braçal com enxadas

3ª etapa: a coleta e queima das ramas (o cisco como chamamos na comunidade)

Daí começa o plantio, covando a terra com enxadas e colocando um ou dois pedaços de maniba, depois cobrindo-os com a terra que foi retirada, estes levam em torno de 8 a 15 dias para nascer, caso não nasça direito é preciso voltar e percorrer todo o local para replantar.

Depois de plantada começa os cuidados como capinar de três a quatro vezes durante o ano chagando terra aos pés como diz os agricultores. Se a terra for boa e, a plantação desenvolver bem, um ano depois do plantio, a mandioca pode ser retirada da terra, para o consumo com um bom rendimento, senão só depois de um ano e meio a dois anos.

Preparo da farinha

O preparo da farinha se dá a partir do momento que retiramos a mandioca da terra, e lavando para casa, a mesma é descascada, lavada e ralada, depois posta em um tipiti levando-o a prensa, com duração de 10 minutos pra massa ficar seca, pronta pra ser passada na peneira e levada ao forno aquecido, onde mexeremos a massa com um objeto chamado rodo até obter a farinha no ponto, (1 hora no mínimo).

Depois de torrada ela é passada novamente na peneira para retirar o caroço como é chamado na comunidade. Assim finalmente podendo chamar de farinha pronta para o consumo diário.

Conclui-se que o manejo da mandioca mesmo ando tanto trabalho ainda é bastante usado na comunidade pelas famílias, pois além de ajudar na alimentação diária, ainda é a única coisa que muitos exportam para ajudar na renda, e suprir as outras necessidades. Por ser, um plantio feito braçalmente, e sem muita escola de lugar, todas as famílias, ainda que para o próprio consumo possui.

Relato professor y:

A produção da mandioca acontece por meios de trabalho em várias etapas. Para produzir a mandioca, primeiramente temos que escolher a área ou o terreno para devastar (roçar e derrubar) onde cortamos todas as árvores daquele espaço adequado para se plantar. Uma das melhores áreas para se produzir é no cerrado onde o solo é arenoso, e onde a mata é ainda conservada (lugar onde nunca foi devastado). Pois temos que ter o conhecimento do solo adequado e a área que queremos ocupar com o plantio, terminando a devastação esperamos por um determinado tempo até secar as madeiras devastadas, depois é queimar onde fazemos aceiros para que só queime a área devastada, depois de queimado cercamos o espaço com madeira ou arame aí depois de cercada chamamos de roça. Depois capinamos a área cercada para pegar os ciscos e iniciar o plantio do caule da mandioca. Ele é cortado em pedaços aproximadamente 20 cm ou 15 cm de comprimento e enterrado debaixo do solo.

Após 8 ou 10 dias enterrada ela germina (nasce) e após 6 meses tiramos os matos ao seu meio e a partir de 1 ano ou 2 anos está apropriada para a rança (retirada da raiz da

mandioca do solo para elaboração da farinha). A farinha é um cereal que as pessoas produzem para se alimentar, comercializar ou trocar.

Relatório professor z:

Na comunidade Kalunga acontecem o manejo das práticas do plantio da mandioca, primeiramente procurar o lugar adequado, depois com o lugar certo já começa a roçada e derruba do mato, todas aquelas árvores daquele espaço adequado que vai fazer o plantio, uma das melhores áreas para produzir principalmente em lugar mais fresco.

Assim que escolhemos o lugar iniciamos o trabalho de devastar a área que queremos ocupar para produzir. Em determinado tempo até secar as madeiras para poder queimar, depois de queimado cercamos o espaço do plantio com madeira e arame. Começa a pegar todos os garranchos do espaço, para poder iniciar a capina. Já com a terra limpa, começa a dar as covas da mandioca tem os pedaços de 15 cm ou 20 cm de comprimento para colocar na cova para enterrar. Com ela plantada esperar uns dias ela nascer para ver se é preciso replantar novamente até ela ficar do jeito adequado.

Vem a limpa novamente da mandioca até chegar a época de rancar dura 1 ou 2 anos para dar na data de produzir a farinha. A produção da mandioca acontece por meio de trabalhos em etapas diferente, vem a ranca da mandioca, descascar, lavar, ralar, secar, e coar a massa levar ao forno até chegar o ponto da farinha.

Anexo 4

Transcrição de entrevistas feitas por estudantes

Relatório A:

Meu nome é Natalina dos Santos Rosa tenho 69 anos nasci em Vão do Moleque e me criou no Vão de Almas. Eu planto mandioca, comecei a plantar com 10 anos de idade, o lugar onde nós plantamos a mandioca é mais sustentável para nascer, porque este lugar para mim foi mais escolhido porque a mandioca sai mais bonita e melhor. A roça fica mais longe da casa porque sabemos que tem mais espaço para plantar.

Nós sabemos que a terra é boa pela cor da terra, porque onde ela estiver com a terra fofa aí sabemos que nasce.

A roçada acontece no mês de agosto e depois da roçada temos que derrubá. Porque os meses que as mandiocas são mais plantadas é novembro dezembro e janeiro. Ai depois de um ano se a mandioca já tiver boa de raiz nós podemos produzir a farinha.

O lugar onde produzimos a farinha nós chamamos de casa de forno. É chamado assim porque tem um forno de torrar a farinha.

Além da roça a mandioca também é plantada no quintal. Todos nós plantamos mandioca.

Relatório B:

Jandira Francisco da Cunha tem 77 anos nascida e criada no Vão de Almas Kalunga. Planto mandioca desde quando eu tinha 7 anos já aprendi plantar mandioca desde quando eu morava com meus pais eu já ia a roça com mãe para ajuda plantar mandioca. O lugar de plantar a mandioca é o lugar melhor que a gente encontra para o plantio é um lugar um pouco afastado da casa. Porque a gente procura um lugar que a terra é melhor para ser plantada. Porque é onde as pessoas acham o lugar melhor para plantar.

Fazer a roça meio perto do rio que é onde a gente encontra um lugar fresco para a roça, e a terra ser boa porque tem um lugar melhor que outro.

A gente começa a fazer a roça julho, a gente começa a roçar os paus e deixa os paus secar para colocar fogo para queimar os ciscos. Pegar os garranchos e muntuar em lugar para ser queimado.

Depende, se a chuva tiver bem chovendo pode plantar a mandioca em novembro ou dezembro. Tem que ter os meses certos para produzir a farinha. Junho, julho, agosto e os meses seguintes para produzir a farinha. É produzida na casa do forno porque é onde fica o forno de torrar farinha, chama essa local casa de forno.

Todas as pessoas que plantam mandioca têm a casa do forno separada das outras.

Pode plantar em quintal também. Todos têm seu lugar para plantar, todos nos plantam.

Relatório C:

A mandioca na nossa comunidade Vão de Almas é ter uma terra boa para produzir. Depois do processo de plantação vem o processo da farinha. Antigamente era produzida no ralo, hoje ficou mais avançada com a evolução das máquinas de ralar e de torrar. Isso mudou muito e ficou mais fácil.

Então, a mandioca não é plantada em qualquer terra talvez, mas tem de escolher uma terra boa para a mandioca.

E hoje, as principais mudanças nesse processo é saber evoluir a plantação da mandioca, porque a mandioca é muito importante para o povo.

Até não é difícil plantar a mandioca, só é difícil quando é para fazer a farinha.

Relatório D:

Ao ouvir falar sobre o processo da mandioca hoje já mudou muita coisa porque antes era mais difícil. A mandioca era consumida no ralo e hoje ainda tem ralo, mas a maioria das pessoas quase todos tem a máquina de produzir a massa. Melhorou também o forno de ferro que já está sendo usado na comunidade.

De pouco a pouco as coisas estão melhorando e Deus ajuda que a nossa comunidade seja cheia de coisas valiosas, vamos tentar buscar o que precisamos.

Relatório E:

Anteriormente, 20 anos atrás de fazer e plantar era muito bom nos anos mais antigos coisas que a gente plantava recolhia todos. Mandioca, arroz, feijão, milho, no tempo que havia muita chuva. Era muitas coisas que a gente tinha, porque nessa época era muito mais chuvoso. Minha mãe sempre fala que quando ela morava com o pai dela que eles plantavam roça e era muito mais chuva e as coisas que ela plantava eles colhiam todos que plantava. Mas só uma coisa que ela fala que a mandioca não gosta só de chuva, tem que ser chuva e sol. Eles diziam que nem preocupava quando plantava roça porque sabia que era muito chuvoso e as plantas ganharia bem.

Hoje mudou tudo não chove igual chovia antigamente tudo que a gente podia até colher mais era pouca coisa que a gente conseguia colher. Mais não chove muito mais sei que é difícil as pessoas plantar e não conseguir colher morre de trabalhar e nem consegue recolher mais sempre Deus tenha dó de nós que trabalha muito e não colhe tudo que planta.

Quando a gente vai começar a plantar roça aquelas mulheres que tem filhos que estuda ou estudava perdia muitas aulas para ajudar os pais. Eu mesma sei contar como que era. Eu fui mais uma das alunas que perdia muitas aulas para ajudar mãe e pai no tempo de vigiância porque se não vigiasse os pássaros no arroz, milho, eles comiam tudo o que a gente tinha plantado para recolher.

Mãe falava que o tempo de fazer roça antigamente começava em maio, mas hoje tudo mudou até o jeito de plantar.

Relatório F:

Meu nome é Mauro Pereira da Cunha. Tenho 38 anos nascido e criado aqui no Vão de Almas. Eu planto mandioca. Quando eu comecei a plantar sozinho, tinha 15 anos. Não

tem lugar certo de plantar. Eu escolhi um lugar mais seguro. Porque, talvez, tem mato que não da mandioca perto de casa. E no lugar que ela dá raiz e uma boa plantação.

Eu faço a roçada no mês de agosto para setembro. Depois que eu faço a roçada eu faço o aceiro depois eu queimo, depois cerca, capina e planta no mês de novembro. Tem os meses certos para produzir farinha, março abril, maio até setembro. Onde eu produzo a farinha chama casa de forno ou casa de farinha porque já tem a casa própria de fazer.

A farinha é o rango da sobrevivência que Deus deixou para nós criar os nossos filhos, então tem uma grande importância

Eu planto outras coisas também além da mandioca, arroz, feijão, milho, etc. A plantação aqui na comunidade é um pouco complicada, porque tem ano que a gente planta e não ganha.

A terra preta é a terra mais própria para essa plantação. Acontece que tem de aproveitar a mandioca depois de um ano plantada para deixaras raízes pubar na terra.

Aqui também há muitas trocas de serviços, há muita contação de história que os mais velhos contam e a gente lembra.

Minha experiência de vida é que eu encontrei muita dificuldade desde quando eu comecei a trabalhar e a vida é assim até hoje. Pode já ter melhorado um pouco, mas não foi muito não. Eu comecei a trabalhar com meu pai Nazário, porque quando minha mãe morreu eu fiquei pequeno ainda. Eu não sei da história da produção de mandioca, eu não sei quando começou a ser produzida aqui pelos antepassados.

Relatório G:

Meu nome é Édson Aquino da Cunha, a minha idade é 44 anos. Nasci no Kalunga e me criei no Kalunga e desde 8 anos de idade comecei a plantar mandioca com meus pais.

Para plantar a mandioca tem de procurar um mato melhor para plantar. Porque no mato a mandioca sai melhor. Tem de escolher um lugar melhor por causa da chuva também. O mato grosso é roçado em julho e o mais fino é em agosto.

Depois da roçada é só queimar o mato. Novembro e janeiro que a mandioca é mais plantada. Qualquer mês faz a farinha. O lugar de fazer farinha é uma casa chamada de forno e porque tem um forno. A casa de forno é feita porque precisa ter um lugar certo e porque tem medo de queimar a casa própria.

A mandioca também é plantada no quintal. No quintal ela sempre dá bem.

A farinha é um dos produtos melhor para o alimento, a importância é comer o seu próprio alimento é bom.

Aqui na comunidade todos plantam, é uma terra fresca para plantar a mandioca. Acontece que o plantador de mandioca conta muitas histórias isso o serviço rende mais. Eu aprendi com meu povo meu pai e minha mãe que me ensinou, eu aprendi aqui na comunidade Kalunga.

Relatório H:

Meu nome é Maria Aparecida Pereira Fernandes tenho 44 anos. Nasci na comunidade Ema e fui criada na Ema. Planto mandioca desde os meus 10 anos de idade. Sempre tem o lugar certo de plantar mandioca. A roça as vezes fica longe e nem todo lugar é bom por causa da terra. O mês da roçada hoje sempre é agoste e setembro, depois da roçada, nós colocamos fogo. Sempre a gente planta mandioca amarga, às vezes tem o mês certo de produzir a farinha, mas tem que ter um ano de plantada.

O local de produzir farinha chama casa de farinha ou casa de forno porque é um nome necessário. A maioria das pessoas gosta, adora produzir farinha.

A importância da farinha sempre faz parte do nosso pão por isso é preciso manter a mandioca perto da gente. Essa plantação na comunidade sempre é legal porque a maioria planta. A terra boa é a terra de capoeira, mas se não chover a mandioca não consegue viver. Na plantação de mandioca há trocas de serviços e contação de histórias também, mas não sei nem uma história.

Relatório I:

Na comunidade Vão de Almas, até o momento não é visível a expansão do atual modelo agrícola, talvez pelas características do relevo e solo da região. Como os Kalungas possuem diferentes maneira de dominar o uso da terra, pode ser que seja difícil a mudança no calendário escolar.

Vale ressaltar que é comum entre as comunidades tradicionais o direito de os povos decidirem seu próprio sistema alimentar e produtivo. Sendo assim, apontar sobre a produção de vida dos produtores vinculados a família que se relaciona em função da referência familiar e constroem um modo de vida e um novo calendário escolar, um acontecimento que se materializa através da união de um grupo da família camponesa.

A agricultura permanece significativamente responsável pela produção de alimentos na comunidade, desenvolvendo atividades econômicas no meio rural, utilizando mão de obra da própria família.

Cabe a comunidade demonstrar a sensibilidade e a firmeza para assumir a luta pela preservação da agricultura. Pois é de fato, econômica, ambiental e socialmente sustentável. E cabe também produzir um novo calendário escolar para que a juventude produza conhecimentos necessários, capazes de inspirar novas políticas de agricultura que efetivamente considere a produção e o modo de vida.

Relatório J:

Na minha opinião o calendário agrícola e calendário cultural em relação as comunidades tradicionais é importante porque ajuda os moradores, sobretudo os produtores a terem uma melhor visão do cultivo do solo para melhor produção. Já o cultural é importante para deixar registrado a cultura que as várias comunidades têm, assim podendo ajudar os visitantes compreenderem melhor as especificidades dos lugares.

No meu ponto de vista os elementos agrícolas relevantes para a adequação de um calendário específico às comunidades seriam a elaboração de um currículo escolar que trouxesse nele a realidade das comunidades levando em consideração as várias culturas e os indivíduos que fazem parte delas.

Assim, poderá contribuir através de propostas e provas concretas de que o calendário diferenciado pode ajudar tanto os pais quanto aos alunos, uma vez que ambos necessitam uns dos outros para melhor desempenho em suas atividades. Com isso, diminuirá a quantidade de alunos faltosos que de alguma forma interfere no plantio e colheita das roças.

No meu ponto de vista os saberes e fazeres mais relevantes são os conhecimentos dos mais velhos que de alguma forma vem passando de geração a geração sem perder o foco fazendo com que os jovens compreendam a importância desses valores, dessas culturas.

Relatório K:

O calendário agrícola tem por finalidade auxiliar os produtores rurais nas suas plantações durante o ano, ajudando de forma em que possa ganhar todo o seu plantio porque vai saber os meses em que vai ocorrer as chuvas época em que o tempo é apropriado. O calendário cultural são nós mesmos quilombolas da comunidade que fazemos, pois sempre tem as rezas que também faz parte, as folias e a época da Romaria que tem a festa de Nossa Senhora D'Abadia e aproveitamos para ver as famílias que moram fora da comunidade. Isso vem dos mais velhos e tentamos preservar até os dias de hoje.

No entanto a conscientização da comunidade é a primeira fase relevante para esse calendário, em segundo os próprios professores. Sendo que na nossa comunidade do Vão de Almas, já tem uma data de plantio, e isso requer uma força total da comunidade entre jovens e adultos, envolvendo a cultura e a tradição do lugar. Ex: agricultura precisa da chuva, do terreno apropriado, o que plantar no tempo certo.

O calendário precisa atuar de forma que possa ser bom para as famílias e para a escola, sendo que esse calendário prometa e cumpra seu papel de compromisso, e que a comunidade possa ter uma junção metodológica.

Assim, é preciso estar no calendário toda a cultura tradicional da própria comunidade e tudo aquilo que envolve a agricultura familiar local.

BIBLIOGRAFIA

- BENJAMIN, Walter. *Magia e ética, arte e cultura*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, vol.1. tradução: Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio, Jane Marie Gagnebin. 1ª ed.1985, 3ª ed. Editora brasiliense. Dividindo opiniões multiplicando cultura, 1987.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris (org). *Professor pesquisador*. 1ª ed. Parábola editorial, São Paulo, 2008.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues, 1940. *O Que é Educação?* 41º reimp.- São Paulo: Brasiliense 2002.- (Coleção primeiros passos; 73).
- BRANDÃO, Zaia: *A Crise dos Paradigmas e a Educação*. Editora Cortez, 3º Edição 1996 – (Coleção questões da nossa época)
- CALDART, Roseli Salette. (orgs) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CISCATO, Carlos Alberto Mattoso, PEREIRA, Luis Fernando, CHEMELLO, Emiliano, PROTI, Patrícia Barrientos. *Química*. 1. Ed.- São Paulo: editora, Moderna, 2016.
- CRESWELL, Jon W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Tradução; Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva.- 3. ed.- Porto Alegre: Artmed, 2010.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Resolução nº 08/2012, CNE/ CEB, Brasília, DF.
- FONSECA, J.J.S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projeto de pesquisa*. 5ª ed. São Paulo. Atos, 2010.
- KABENGELE, Munanga, organizador. *Superando o Racismo na escola*. 2º edição revisada-[Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- MAGALHÃES, Nancy Alessio. *Terra: memória, imagem e raízes da vida*. Textos de História, vol. 12, nº 1/2,20.
- MOURA, Gloria/ SCIPIONI, Lamberto (fotos): *Festas dos Quilombos*- Brasília: Editora Universidade de Brasília-UnB, 2012. 184p.; 21cm.
- MOURA, Gloria. *Uma História do Povo Kalunga* / Secretaria de Educação Fundamental- MEC; SEF, 2001, 2º edição 2007.
- MOURA, Gloria. *Quilombos contemporâneos: resistir e vencer* / Glória Moura. – Brasília: FCP, 2012.
- PISTRAK, Moisey Mikhailovich. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. Tradução; Daniel Aarão Reis Filho, 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- RECK, Jair. Por *Uma Educação Libertadora: O Ideário Político Pedagógico do Educador Cubano José Martí*.Cuiabá:EdUFMT, 2005.

SANTOS, Boa Ventura de Sousa,1940-***Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*** /Boa ventura de Sousa Santos; tradução Mouzar Benedito. - SãoPaulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Clarice Aparecida dos: ***Por uma educação do campo: Campo- Políticas Públicas- Educação.*** INCRA/MDA- Brasília 2008.

SILVA, Givânia Maria da. **Educação como processo de luta política: a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das Crioulas /** Gilvânia Maria da Silva. Brasília, 2012;

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1988.